

FACULDADE METROPOLITANA



COMPLEMENTAR



Estélio Silva Barbosa
Mara Cristina Gonçalves dos Santos
Joel Franklin dos Santos
Robson Antonio Tavares Costa
(Organizadores)

VOLUME 1

FACULDADE METROPOLITANA





EDITORA ENTERPRISING

Direção Nadiane Coutinho

Gestão de Editoração Antonio Rangel Neto

Gestão de Sistemas João Rangel Costa

Conselho Editorial

- Antonio Augusto Teixeira Da Costa, Phd – UIht – Pt
- Eraldo Pereira Madeiro, Dr – Unitins – Br
- Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Dra.
UFSM;
- Luama Socio, Dra. - Unitins - Br
- Ismael Fenner, Dr. - Fics – Py
- Francisco Horácio da Silva Frota, Dr. UECE;
- Tânia Regina Martins Machado, Dra. - Unitins – Br;
- Agnaldo de Sousa Barbosa, Dr. UNESP.

Copyright © 2024 da edição brasileira.

by Editora Enterprising.

Copyright © 2024 do texto.

by Autores.

Todos os direitos reservados.



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es). Obra sob o selo Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Diagramação João Rangel Costa

Design da capa Petra Oliveira da Silva

Revisão de texto Estélio Silva Barbosa
Joel Franklin dos Santos



EDITORA ENTERPRISING

www.editoraenterprising.net

E-mail: contacto@editoraenterprising.net

Tel. : +55 61 98229-0750

CNPJ: 40.035.746/0001-

55

**ESTÉLIO SILVA BARBOSA
MARA CRISTINA GONÇALVES DOS SANTOS
JOEL FRANKLIN DOS SANTOS
ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA
(ORGANIZADORES)**

COMPLEMENTAR

Volume 1



Brasília - DF

F123c

Complementar Volume 1 / Estélio Silva Barbosa (Organizador), Mara Cristina Gonçalves dos Santos (Organizadora), Joel Franklin dos Santos (Organizador), Robson Antonio Tavares Costa (Organizador). -Brasília: Editora Enterprising, 2024.

(Complementar Volume 1)

Livro em PDF

180p., il.

ISBN: 978-65-84546-82-0

DOI: 10.29327/5429192

1. Pesquisa. 2. Extensão. 3. Interdisciplinaridade. 4. Acessibilidade.

I. Título.

CDD: 370

CDI: 378

Acreditamos que o conhecimento é a grande estratégia de inclusão e integração, e a escrita é a grande ferramenta do conhecimento, pois ela não apenas permanece, ela floresce e frutifica.

Equipe Editora Enterprising.

FACULDADE METROPOLITANA

Presidente da Faculdade Metropolitana

Adriana Evangelista de Sousa

Diretora Geral

Stefania Mayara Oliveira Silva

Secretário Acadêmico

Mauro Robert de Sousa Silva

Coordenador do Curso de Pedagogia

Professor Dr. Estélio Silva Barbosa

Coordenador do Núcleo de Pós Graduação e extensão

Professor Dr. Wesley Leal Ferreira

ORGANIZADORES



Estélio Silva Barbosa. Diretor do departamento de humanidades da Logos University International, UniLogos - EUA. Professor Universitário. Educador Social. Pós doutorado em Educação. Doutorado em Gestão. Doutorado em Educação Mestre em Educação. Dr. Honoris Causa pela University de Malawi. Professo honoris causa pela Logos University International, UniLogos, EUA. Membro da Academia de Letras e Artes ACLAS. Membro da Academia Mundial de Letras da Humanidade. – AMLH. Membro da Academia de Letras dos Intelectuais e Escritores do Brasil - IEB. Possui o Título de embaixador da Paz pela Organização Mundial dos Defensores dos Direitos Humanos. Possui o Título de COMENDADOR MÁXIMO PLANUDES pela University Internacional, UNILOGOS. Miami Flórida.USA. Graduado em Teologia. Licenciado em Pedagogia, em Filosofia, em Letras LIBRAS e Educação Física. Especialista em Educação Especial. Especialização em LIBRAS, Docência do Ensino Superior. Metodologia do Ensino. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialização em Docência e Internacionalização do Ensino Superior. Especialização em Metodologia em Educação a Distância. AUTOR DE oito LIVROS. Autor de vários artigos (Nacionais e Internacionais) parecerista de Diversos LIVROS da Universidade Federal do Piauí UFPI e da Universidade Estadual do Piauí UESPI. Parecerista ad hoc do Comitê Editorial Nacional da Revista Científica FIEPS BULLETING. Membro do COMITÊ CIENTÍFICO do Periódico MULTIDISCIPLINAR COGNITIOS. Foi Membro do Comitê de Ética em pesquisa na Universidade Estadual do Piauí UESPI e das Faculdades FATEPI & FAESPI. E-mail: esteliobarbosasilva@gmail.com. Currículo Lates <http://lattes.cnpq.br/9917115701695838>. ORCID. <https://orcid.org/0000-0002-3769-6289>



Maria Cristina Gonçalves dos Santos – Licenciada em Matemática pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Bacharela em Ciências Contábeis pela Faculdade do Tapajós – FAT, Especialista em Docência do Ensino Superior pela FACEC - Faculdade de Ciência e Educação do Caparaó, Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Metropolitana de Teresina, atuou como Diretora da Faculdade de Educação Superior de Paragominas – FACESP, Diretora da Faculdade Metropolitana de Teresina – FAM, atualmente atua como procuradora Institucional de ambas Faculdades. E-mail cristinasantos.adm@gmail.com



Joel Franklin dos Santos. Graduação: Licenciatura Plena em Letras Português/Inglês Pós-graduação em: Especialização em Docência e Gestão do Ensino Superior. E-mail joelfranklindos@gmail.com.



Robson Antonio Tavares Costa: Possui graduação em Administração com ênfase em Ciências Gerenciais pelo Centro Universitário do Estado do Pará (2001), Graduação em Programação e Designer de Games-Cruzeiro do Sul (2022), MBA em Gerencia Contábil Auditoria e Controladoria pela Faculdade Internacional de Curitiba (2004), MBA em Desenvolvimento de Web-FACULMINAS (2023), MBA em Desenvolvimento de Jogos Digitais-FACULMINAS (2023). Mestrado em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (2009), doutorado em Gestão Empresarial pela Universidade de Trás-os- Montes e Alto Douro (2015) Revalidação em Instituto COPPEAD-UFRJ e Pós-Doutorado em Administração de Empresas na Universidade Estadual do Ceará (2016) e Livre Docência em Gestão da Tecnologia-Faculdade Interamericana de Ciências Sociais-FICs (2020).

SUMARIO

APRESENTAÇÃO

Stefania Mayara Oliveira Silva

CAPÍTULO 1.....12

O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS PELO CORPO DOCENTE DO CMEI ÉRICO VERÍSSIMO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Abílio Carneiro de Gois Neto

DOI 10.29327/5429192.1-1

CAPÍTULO 2.....28

TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS, EXPLORANDO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, TECNOLOGIAS E PRÁTICA INTERDISCIPLINAR: UMA REVISÃO DE INTEGRATIVA

Estélio Silva Barbosa

Antonia Maria Cardoso e Silva

Maria Oneide Lino da Silva

DOI 10.29327/5429192.1-2

CAPÍTULO 3.....43

AUTISMO E EDUCAÇÃO: O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NAS ESCOLAS NOS ANOS INICIAIS

Seliane de Deus Mourão

Rosana Costa

DOI 10.29327/5429192.1-3

CAPÍTULO 4.....63

POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR PARA O ESPAÇO ESCOLAR

Antônia Maria Cardoso e Silva

Estélio Silva Barbosa

Maria Oneide Lino da Silva

DOI 10.29327/5429192.1-4

CAPÍTULO 5.....80

**DISLEXIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
DYSLEXIA IN THE EARLY GRADES OF ELEMENTARY SCHOOL**

Isabella Da Silva Leal
Lidiane Gomes Da Costa
Deyvis Dos Santos Costa Castro
DOI 10.29327/5429192.1-5

CAPÍTULO 6.....94

**NATUREZA SANCIONATÓRIA E CARÁTER PEDAGÓGICO: CAMINHOS
PARA A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES PRIVADOS DE
LIBERDADE**

Amanda Pinheiro Dias Pereira
Valdirene Pinheiro Dias Avendaño Reategui
DOI 10.29327/5429192.1-6

CAPÍTULO 7.....109

**A CONTRIBUIÇÃO DA LEITURA PARA O DESENVOLVIMENTO DA
CRIANÇA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Erika Fernanda Costa de Campos
Francisca Eudeilane da Silva Pereira
DOI 10.29327/5429192.1-7

CAPÍTULO 8.....121

**A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NA FORMAÇÃO
EDUCACIONAL DA CRIANÇA**

Mayana Marques Moura
Rosana Costa
DOI 10.29327/5429192.1-8

CAPÍTULO 9.....137

**O LUDICO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE TERESINA- PI**

Claudia Maria da Silva Santos
Ronielly Patricia de Oliveira Costa
Estélio Silva Barbosa
DOI 10.29327/5429192.1-9

CAPÍTULO 10.....154**O USO DA LINGUAGEM MUSICAL NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Andreia de Carvalho Silva

Maria Oneide Lino da Silva

Estélio Silva Barbosa

Cláudia Maria da Silva Santos

Antonia Maria Cardoso e Silva

DOI 10.29327/5429192.1-10

APRESENTAÇÃO

A faculdade Metropolitana tem a honra de apresentar o livro: COMPLEMENTAR VOLUME 1, o presente volume consagra o ensino da pesquisa e extensão em nossa instituição educacional, ainda que em pequenas parcelas de temas distribuídos nos dez capítulos, que mesmo sendo pequenos, merecem a nossa leitura, reflexão e ação diante dos nossos pensamentos ao se debruçarem sobre os trabalhos aqui apresentados, pois são frutos de trabalhos de pesquisas dos nossos discentes e docentes que ao longo das disciplinas ministradas na faculdade metropolitana, serviu de inspiração e iluminação desse celeiro acadêmico.

Os resultados dos estudos apresentados nesse livro mostram a essência dos nossos alunos e professores que comprometidos com o ensino da pesquisa, realizam a extensão ao estenderem à toda comunidade em geral esta obra "complementar", que transforma e colabora para a vida acadêmica de todos que buscam uma boa leitura embasada em descobertas e o fomento e incentivo a novos ensinamentos.

O que você vê e tem em mãos é um marco significativo na história da Faculdade Metropolitana. Essa obra científica e literária só foi possível por que Deus autor de toda sabedoria e dono de todo conhecimento permitiu que nós na condição de seus filhos por intermédio dos nossos alunos e professores trouxéssemos à luz do conhecimento o que nesse livro se compartilha, a saber: Tecnologia. Inclusão. Reintegração Social. Interdisciplinaridade. Acessibilidade. Ensino. Prática. Docência. Leitura, Canto e Encanto.

"Então voltou os olhos para o céu e, com um profundo suspiro, disse-lhe: "Efatá!", que significa " abre-te!" Marcos 7:34.

... Abre-te para ouvir... Abre-te para ler... Abre-te para o conhecimento...

Stefania Mayara Oliveira Silva

Diretora Geral da Faculdade Metropolitana

O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS PELO CORPO DOCENTE DO CMEI ÉRICO VERÍSSIMO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Abílio Carneiro de Gois Neto

DOI 10.29327/5429192.1-1

RESUMO

O presente trabalho trata da utilização das novas tecnologias digitais na educação infantil e tem como objetivo averiguar a relação da tecnologia digital do corpo docente e como ela está inserida no cotidiano dos discentes das turmas de educação infantil do CMEI Érico Veríssimo. Com base nessa perspectiva, para completar esse objetivo, definem-se como objetivos específicos: Identificar as ações que estimulam e incentivam a utilização dos recursos tecnológicos durante as aulas; Analisar uso das Tecnologias no espaço escolar; Incentivar a utilização dessas novas tecnologias, suas vantagens e desvantagens para docentes e discentes. A pesquisa bibliográfica de cunho descritivo e de abordagem qualitativa situa-se na área da educação e discute a identificação das tecnologias existentes na escola. Para dar suporte teórico a esse estudo, foram utilizados autores como: Amadeu (2000), Brito (2009), Prata (2002), Valente (2011). A natureza usada nesta pesquisa foi de cunho qualitativo, do tipo descritivo, foi utilizado para produção de dados um questionário aberto, aplicado a 2 professoras da Educação infantil. As análises revelaram que existe a necessidade de contribuir com a inclusão mais significativa dos docentes e discentes em relação ao uso das tecnologias nas salas de aula das turmas de educação infantil, auxiliando a ampliar os conhecimentos adquiridos, multiplicando saberes para os futuros docentes. Dando ênfase a importância do uso dos recursos tecnológicos na educação infantil e conclui que há possibilidades de seu uso no processo de ensino/aprendizagem, contribuem para uma reflexão crítica dos professores, tendo em vista a necessária inclusão digital para uma inovação da prática pedagógica e que existe a necessidade de um educador preparado que saiba usá-las de maneira adequada em sua prática pedagógica, resultando com isso, melhora na qualidade do ensino.

Palavras-chave: Ensino; Tecnologia; Professor; Aprendizagem.

ABSTRACT:

This work deals with the use of new digital technologies in early childhood education and aims to investigate the relationship of digital technology among the teaching staff and how it is inserted in the daily lives of students in early childhood education classes at CMEI Érico Veríssimo. Based on this perspective, to complete this objective, the following are defined as specific objectives: Identify actions that stimulate and encourage the use of technological resources during classes; Analyze the use of Technologies in the school space; Encourage the use of these new technologies, their advantages and

disadvantages for teachers and students. The bibliographical research of descriptive nature and qualitative approach is located in the area of education and discusses the identification of existing technologies in the school. To give theoretical support to this study, authors such as: Amadeu (2000), Brito (2009), Prata (2002), Valente (2011) were used. The nature used in this research was of a qualitative nature, of the descriptive type, an open questionnaire was used to produce data, applied to 2 teachers of kindergarten. The analyzes revealed that there is a need to contribute to a more significant inclusion of teachers and students in relation to the use of technologies in the classrooms of early childhood education classes, helping to expand the knowledge acquired, multiplying knowledge for future teachers. Emphasizing the importance of using technological resources in early childhood education and concluding that there are possibilities for their use in the teaching/learning process, they contribute to a critical reflection by teachers, bearing in mind the necessary digital inclusion for an innovation in pedagogical practice and that there is a need for a prepared educator who knows how to use them properly in their pedagogical practice, resulting in an improvement in the quality of teaching.

Keywords: Teaching; Technology; Teacher. Learning.

1 INTRODUÇÃO

Em meio a toda essa explosão tecnológica, que vem trazendo variadas formas de acesso à informação e de interação com as mesmas, a educação viu-se na obrigação de se adequar a essas novas formas de vivência da sociedade moderna, trazendo para o âmbito educacional essas ferramentas digitais dinamizando assim, o processo de ensino-aprendizagem. O presente trabalho trata do uso de novas tecnologias digitais por parte do corpo docente nas salas de aula, em especial nas turmas de educação infantil do CMEI Érico Veríssimo na cidade de Teresina.

Como problemática para realização desse estudo postula-se o seguinte questionamento: de que modo ocorre a relação da tecnologia digital do corpo docente e discente nas turmas de educação infantil do CMEI Érico Veríssimo? Decorrente do problema de pesquisa, algumas hipóteses nortearam o desenvolvimento da investigação aqui proposta. São elas: O que existe para realização de atividades tecnológicas; A relevância de uma qualificação adequada do corpo docente para o uso dessas tecnologias; A dificuldade de acesso dos alunos no uso adequado das tecnologias durante as aulas.

O estudo tem como objetivo geral: averiguar a relação da tecnologia digital do corpo docente e discente das turmas de educação infantil do CMEI Érico Veríssimo e como objetivos específicos: Identificar as ações que estimulam e incentivam a utilização dos recursos tecnológicos durante as aulas; Analisar uso das tecnologias no espaço escolar;

Incentivar a utilização dessas novas tecnologias, suas vantagens e desvantagens para docentes e discentes.

O interesse pelo tema justifica-se a partir da nova configuração dos espaços de aprendizagem e a implementação abrupta do ensino remoto, on-line ou até mesmo híbrido que exige dos professores e dos alunos domínio das tecnologias digitais, e o ensejo de incorporá-las na sala de aula, em específico, os professores atuantes do CMEI Érico Veríssimo. Percebe-se a relevância do tema à medida que a tecnologia vem adquirindo cada vez mais espaço no ambiente escolar, e sendo utilizada também como ferramenta de interação pelos os docentes e discentes, transformando a escola em ambiente atrativo e interativo a todos.

Apesar de todas as vantagens oferecidas, deve-se ressaltar o modo em que as tecnologias digitais estão sendo introduzidas no ambiente escolar bem como sua efetiva aplicabilidade. Alguns autores abordam esta temática em livros, artigos, revistas especializadas em educação, em sites científicos na internet, auxiliando também para a fundamentação deste estudo, tais como: Amadeu (2000), Brito (2009), Prata (2002), Valente (2011), ENTRE OUTROS.

A metodologia aplicada foi de pesquisa bibliográfica para levantamento da literatura, uma pesquisa de campo com aplicação de questionários para obtenção de dados, optando pela abordagem qualitativa e descritiva para descrever os dados obtidos na pesquisa de campo.

Esta Pesquisa tem como principal objetivo elencar os benefícios que o uso da tecnologia em sala de aula pode promover, bem como relatar quais os desafios os docentes precisam superar mesmo com a conscientização de diversas classes que atuam direta e indiretamente na educação. Expondo a realidade da “era digital”, e como ela afeta os métodos educacionais tradicionais, evidenciando com embasamento teórico a necessidade das metamorfoses que a educação sofreu e adotou a partir da inserção desta realidade tecnológica, e como ela deve reagir e se adequar.

Espera-se que ao final deste estudo é elencar contribuições epistêmicas tanto para o pesquisador quanto para escola pesquisada em relação ao ensino e aprendizagem dos docentes e discentes da referida escola e que seus objetivos, bem como a problemática e hipóteses sejam esclarecidas de forma que possa melhorar o ensino e aprendizagem através dos meios tecnológicos existentes no ambiente escolar apesar de todos os benefícios oferecidos, deve-se também analisar a forma que as tecnologias nas escolas devem ser introduzidas e estabelecer os limites a serem respeitados.

2 A IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS NO AMBIENTE ESCOLAR

A escola sempre se propôs a preparar os estudantes para todo e qualquer desafio durante o processo de ensino-aprendizagem. E atualmente, em tempos de tecnologias avançadas, se torna cada vez mais constante educar para lidar com o mundo digital. Nesse sentido, o uso adequado da tecnologia no ambiente escolar tem se tornado fundamental, pois são utilizadas várias ferramentas dentro do processo de construção de conhecimento, pensando na formação de cidadãos integrados tecnologicamente e ativos nessas transformações.

Uma direção que vem se popularizando nos últimos anos e tem incentivado o aparecimento de um grande número de iniciativas relacionadas ao uso das tecnologias digitais na educação é a do Pensamento Computacional como uma habilidade essencial para todas as pessoas (WING, 2006). Com isso a utilização das tecnologias de informação e comunicação se torna cada vez mais evidente em todo o mundo e as grandes mudanças que vem ocorrendo de forma gradativa com a educação, daí surge à importância das tecnologias estarem inseridas no ambiente escolar, bem como na vida em sociedade, pois através delas é possível ampliar as alternativas na construção e aquisição de conhecimentos do aluno, pois o acesso às informações pode ocorrer em qualquer tempo e espaço o que torna mais fácil quando inserido precocemente.

Segundo Moran, Masetto e Behrens (2000) muitos docentes ainda têm dificuldades de uso das tecnologias digitais e midiáticas, o que exige das mesmas ações de mediação pedagógica em ambientes virtuais e digitais. Por isso, são muitos os desafios encontrados por parte da escola durante todo o processo, desde o conteúdo a confrontar, solicitações, instalações, capacitação para orientar não só alunos, mas todos envolvidos no ambiente escolar que irão se beneficiar com as tecnologias, e assim atender as necessidades individuais e coletivas para, desenvolver competências capazes de atrair principalmente as crianças, tendo em vista que hoje elas têm mais facilidade em acessar e em manusear recursos tecnológicos, com habilidades impressionantes, muitas vezes superando os adultos em certos pontos, por isso é importante que a quantidade de recursos e informações sejam dosados durante cotidiano escolar.

A escola nesse momento deve desempenhar uma prática pedagógica adequada e os currículos, incorporados as tecnologias em seu ambiente escolar, a princípio conceituar a cultura digital, assim:

A cultura digital é a cultura em rede, a cibercultura que sintetiza a relação entre sociedade contemporânea e Tecnologias da Informação (TI's). Ao mesmo tempo em que a cultura digital abriga pequenas totalidades e seu significado, mantém-se desprovida de fluxos, de conhecimentos e de criações, que dá corpo e identidade às organizações que delas se constituem. (AMADEU, 2016, p.20).

Portanto, o ideal é que profissionais em educação recorram às tecnologias que retirando o estudante do quadro de passividade e o envolvendo em todas as ações para transformar o ambiente escolar em um local mais agradável durante o processo de ensino-aprendizagem, utilizando recursos que permitam a interação real entre o educador e o educando e assim aproveitar da melhor maneira possível à implantação da tecnologia usufruindo dos inúmeros ganhos para a escola, alunos, pais e professores.

2.1 DIFICULDADES DE INCLUSÃO DA TECNOLOGIA DIGITAL NO AMBIENTE ESCOLAR

O papel da escola é oferecer recursos para que os alunos possam absorver o conhecimento de forma completa, portanto a tecnologia educacional pode ser uma grande aliada neste processo educacional por isso hoje é comum encontrar vários recursos tecnológicos na escola como, por exemplo, TVs Multimídia, o pen drive e o laboratório de informática, o computador está inserido por um período maior nem por isso deixou de ser o maior desafio para muitos professores e até mesmo para profissionais da educação, porque além de englobar o conhecimento técnico, a compreensão do mesmo e a forma como será utilizado se torna uma ferramenta pedagógica fundamental. Teruya (2006) cita que “o computador passa a ser considerado uma ferramenta educacional, não mais um instrumento de memorização, mas um instrumento de mediação na construção do conhecimento” (Teruya, 2006, p. 74).

Na atualidade, a escola se vê diante das mudanças nos hábitos leitura e escrita de seus alunos provocados pela utilização cada vez maior dos recursos digitais. De acordo com Mamede-Neve e Duarte (2008):

Deixando de professar a primazia do texto impresso como fonte exclusiva de conhecimentos válidos, os jovens de hoje vêm migrando do livro, jornal e revistas impressos para a internet, onde acreditam

poder encontrar tudo de que necessitam para se manter informados e vinculados ao seu grupo, assim como para aprender. (MAMEDE-NEVE E DUARTE. 2008, p.778).

Talvez esse se torna o maior desafio do corpo docente escolar em relação ao uso das tecnologias na sala de aula se dá em relacionar os princípios que favorecem a construção de conhecimentos, que vão desde aprendizado significativo, interdisciplinar até o integrador. Nesse caso a escola deixa de ser apenas transmissora de informação e passa a intensificar a aprendizagem de fato, mas como sabemos nem todas as crianças possuem o mesmo nível de aprendizagem, por isso, os educadores precisam explorar o potencial de cada um em relação ao uso das novas tecnologias.

De acordo com Lima Júnior (2007, p. 67), “Nossas escolas, que visam contribuir para que os indivíduos participem ativa e criticamente da dinâmica social, podem e devem investir na nova eficiência e competência, baseadas numa lógica do virtualizante”. No entanto, os números indicam que essa tecnologia é mais comum em escolas da rede particular e ainda não faz parte de todas as escolas públicas no país no qual encontram obstáculos como à falta de equipamentos e um olhar específico para a formação dos professores com a finalidade de proporcionar uma liberdade destinada aos alunos, de forma que ele utilize a tecnologia que possui, em favor da aula proposta, envolvendo o aluno no aprendizado de forma que ele sinta que está sendo atuante no processo de ensino-aprendizagem. Porém, existem várias maneiras de inserir as novas tecnologias em sala de aula e os professores podem utilizá-las, não para substituir sua didática, mas para aprimorá-la com o objetivo de alcançar melhores resultados com os alunos da nova geração.

Lima Júnior (2005), não define tecnologia apenas como a utilização de equipamentos, máquinas e computadores, nem pode ser entendida como algo mecânico ligado a ideia de produtividade industrial, seu conceito é muito mais abrangente e retorna á matriz grega de *teckné* trata-se de um processo criativo através do qual o ser humano utiliza-se de recursos materiais e imateriais, ou os cria a partir do que está disponível na natureza e no seu contexto vivencial, a fim de encontrar respostas para os problemas do seu cotidiano, superando-os.

Atualmente, é comum encontrar nas salas de aula os recursos considerados básicos como quadros brancos, marcadores, televisores, algumas instituições utilizam também recursos audiovisuais, computadores, projetores e PowerPoint, para realizar aulas de maneira dinâmica, atraindo a atenção dos alunos, mas como citado nem todas possuem estrutura adequada e talvez a maior dificuldade com uso dessa nova forma de ensinar é o despreparo físico da escola para receber recursos como: televisão conectada a

notebook, data show, internet Wi-fi e uma sala de computação muitas vezes por falta de investimento ou descaso com essa importante ferramenta.

Na prática educacional este movimento pode ser traduzido com a dissociação do uso do aparato tecnológico apenas como recurso, conforme afirma Pretto (2011, p. 110 e 111):

Esses equipamentos, e todos os sistemas a eles associados, são constituidores de culturas e, exatamente por isso, demandam olharmos a educação numa perspectiva plural, afastando a ideia de que educação, cultura, ciência e tecnologia possam ser pensadas enquanto mecanismos de mera transmissão de informações, o que implica pensar em processos que articulem todas essas áreas concomitantemente.

Outro fator a ser considerado é o acesso à internet, feito através do celular do aluno ou computadores da escola, podendo se tornar uma distração, se não for realizada de maneira organizada. E competir com as redes sociais, por exemplo, é uma função desleal para o professor. Por isso, é importante que nas aulas, o professor deve redobrar a atenção e observe se o estudante está utilizando o recurso da forma proposta ou apenas para entretenimento pessoal e fora de hora, além disso, está sempre estimulando os alunos a participarem dispendo sua opinião e de forma efetiva garantir que as novas tecnologias desperte no estudante um interesse maior pelo conteúdo apresentado com isso o planejamento escolar, tem a missão de construir uma aula voltada para o aluno da nova geração tornando mais fácil o processo de ensino-aprendizagem.

2.2 O PROFESSOR E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Anteriormente a educação utilizava metodologias mais autoritárias onde o professor era o transmissor do conhecimento, sem levar em consideração as necessidades de cada aluno presente em sala de aula, mas com a introdução das novas tecnologias, a educação evoluiu, e o acesso ao conhecimento tornou-se algo muito fácil, pois os recursos e as ferramentas disponíveis contribuem de forma significativa para o desenvolvimento de novas habilidades.

Para Kenski (2011), tecnologia é o conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam a um determinado tipo de atividade como construir uma caneta esferográfica ou um computador, não importa, nesta tarefa o ser humano precisa pesquisar planejar e criar o produto, o serviço, o processo. Com isso, a transformação digital possibilita avanços, e ao mesmo tempo, exige que o ser humano esteja disposto a fazer mudanças para se adaptar aos novos desafios em diversos setores da sociedade

que envolva tecnologias, e no setor educacional o professor tem um papel muito importante ao utilizar as tecnologias em sala de aula, pois ele deve ter a responsabilidade de motivar e manter a atenção de todos no conteúdo discutido, pesquisado e planejado para cada aula ministrada.

Como Valente (2011, p.14), nos diz que: "a questão da aprendizagem efetiva, relevante e condizente com a realidade atual configuração social se resume na composição de duas concepções: a informação que deve ser acessada e o conhecimento que deve ser construído pelo aprendiz". Por isso outro fator é a concentração na aprendizagem, pois é importante manter os alunos concentrados e isso tem se tornando uma tarefa cada vez mais difícil para o professor principalmente na educação infantil onde as crianças estão sempre agitadas e curiosas em relação a qualquer novidade e com as tecnologias não é diferente,

Para Silva (2011), não basta utilizar bem as tecnologias, faz-se necessários recriá-las, assumir a produção e a condução tecnológica de modo a refletir sobre a sua ação sobre o processo educativo, pois desconectadas de um projeto pedagógico a mesma tecnologia que viabiliza o progresso e as novas formas de organização social também têm um grande potencial para alargar as distâncias existentes entre os mundos dos incluídos e dos excluídos. Atualmente a maioria dos profissionais da educação acreditam que a tecnologia representa uma ameaça para o professor, e constantemente é comum escutar que ele seria substituído pelos recursos tecnológicos deixando de existir de modo presencial. Mas isso não acontece porque o papel do professor diante de novas tecnologias é imprescindível, ele tornou-se o elo entre ensino-aprendizagem, e passou a facilitar a aquisição do conhecimento a partir das ferramentas tecnológicas, e sem o professor muitas dessas tecnologias não existiriam ou sequer seria possível o manuseio durante as aulas.

Portanto é possível afirmar que o papel do professor diante das novas tecnologias é mais do que ensinar, ele passa a possibilitar o acesso dos alunos aos recursos tecnológicos, acompanhando-os, organizando com limites, para que consigam realizar as tarefas de forma correta e buscando ampliar o conhecimento. Sendo imprescindível diante das novas tecnologias buscando sempre uma melhor qualificação, para entender as inovações e utilizar os recursos disponíveis ao seu favor diante de qualquer situação no ambiente escolar.

Pois em um mundo de adultos cada vez mais ocupados, a escola, muitas vezes, é o lugar onde crianças e jovens encontram suporte para lidarem com suas carências, dúvidas e conflitos. E os professores acabam sendo catalisadores desse processo e tem, em suas mãos, o poder de criar conexões transformadoras na vida de cada um do

aluno. E é justamente nesse aspecto, demasiado humano, que o professor jamais conseguirá ser substituído por qualquer tecnologia.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi realizada no CMEI Érico Veríssimo localizada no bairro Tabocas da zona rural da cidade de Teresina do Piauí, Que atualmente conta com 150 alunos com idade entre 3 a 5 anos das seis turmas de educação infantil divididas em dois turnos (Matutino e Vespertino) da referida escola. No ano de 2021 o CMEI atende à demanda de forma remota e híbrida nos matutino e vespertino. Para a coleta de dados foram utilizados questionários de sondagem, entregue aos educadores da modalidade de educação infantil, buscando responder ao questionamento do problema levantado no projeto. Estes dados foram analisados para obtenção de seus resultados, onde o pesquisador não obterá nenhuma influência em relação aos participantes do estudo.

Os questionários foram produzidos no *googleforms* e enviados aos sujeitos da pesquisa de forma eletrônica, bem como o recebimento dos mesmos. Continham cinco questões subjetivas a ser respondido pelos sujeitos da pesquisa que são discentes do CMEI Érico Veríssimo, portanto os sujeitos da pesquisa responderam os questionários anonimamente, tendo assim suas identidades preservadas sem correr nenhum risco quanto as suas identificações. Para garantir o sigilo das respostas dos sujeitos foram usados códigos para diferenciá-los que se justificam por questões éticas. Assim as mesmas são identificadas neste estudo pelos os codinomes de P1 e P2.

4 ANÁLISE DE DADOS: SOBRE O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS PELO CORPO DOCENTE DO CMEI ÉRICO VERÍSSIMO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS DO ENSINO INFANTIL.

Este tópico tem a finalidade de apresentar e discutir os dados coletados com a pesquisa, ou seja, apresentar e discutir sobre como se dá o uso e o desenvolvimento das tecnologias digitais pelo corpo docente do CMEI Érico Veríssimo durante o processo de ensino e aprendizagem. Para isso, foram feitos questionários com cinco questões subjetivas para o corpo docente e coordenação da instituição.

Percebe-se que nesta escola que os professores dominam, mas utilizam com pouca frequência as ferramentas como tecnológicas: computadores, TV, Rádio, Câmera fotográfica digital e filmadora. Porém eles consideraram de extrema importância o uso

da internet para as atividades escolares, Após o levantamento realizado, constatou-se que os recursos tecnológicos existentes na escola alvo deste estudo, consistem apenas em um Notebook, Data Show, duas televisões, dois aparelhos de DVDs e dois rádios.

A seguir tem-se a entrevista com o corpo docente, onde inicialmente foi feito o seguinte questionamento: ***Em sua opinião como a tecnologia pode transformar a educação?***

Sujeitos da pesquisa/ codinome	Respostas
P1	Sim, pois com a tecnologia podemos dinamizar o trabalho em sala de aula, tornando a aula alegre, diferente e muitas vezes trazendo o conteúdo da forma mais real possível.
P2	Sim, a tecnologia nos auxilia de todas as formas principalmente na hora das atividades.

Fonte: Dados produzidos pelo pesquisador 2021.

Por meio da primeira resposta, podemos perceber a importância das tecnologias na educação e o quanto essas ferramentas podem dinamizar o processo de ensino-aprendizagem. Se aplicada de modo responsável e criativo, a tecnologia pode apresentar diferentes benefícios para os alunos e até mesmo para a equipe de educadores. Como se sabemos, outras tecnologias sempre foram utilizadas nas escolas todas elas são consideradas tecnologias, conforme se afirmou:

A forma como organizamos em grupo, em salas, em outros espaços: isso também é tecnologia. O giz que escreve na lousa é tecnologia de comunicação, e uma boa organização de escrita facilita – muito – a aprendizagem. A forma de falar, gesticular, de falar com os outros: isso também é tecnologia. O livro, a revista, o jornal, o gravador, o retroprojetor, a televisão, o vídeo são tecnologias importantes e muito mal utilizadas em geral. (MORAN, 2003, p.153).

Com a popularização e a modernização dos aparatos tecnológicos, é comum que as novas gerações tenham esses equipamentos inseridos em seu dia a dia, e a escola não deve estar alheia a essas influências. Para Brito (2009) a tecnologia faz parte de nossas vidas e está presente, em toda parte. Isto se confirma no seguinte relato portanto confirma segunda pergunta foi: ***Quais são as soluções tecnológicas que podem ajudar os estudantes e as escolas atualmente?***

Sujeitos da pesquisa/ codinome	Respostas

P1	Acesso à família com internet; aparelho eletrônico (celular, computador, tablete); Plataformas digitais de fácil acesso.
P2	Iniciativas políticas de distribuição de internet gratuita nas escolas e em pontos localizados nas comunidades de zona rural.

Fonte: Dados produzidos pelo pesquisador 2021.

Portanto aliando-se a essas vantagens, os docentes têm em mãos informações e ferramentas que possibilitam uma melhor análise do desempenho da turma. Assim, ele pode avaliar os pontos positivos de cada aluno e suas principais dificuldades com relação ao entendimento dos conteúdos ensinados para, em seguida, propor novas estratégias — que ajudem os estudantes a compreender assuntos mais complexos, despertando a atenção, e aumentando a participação e integração entre o professor e os demais colegas. Com isso surge a terceira pergunta: ***O uso das TICs facilita o interesse dos alunos pelos conteúdos na escola?***

Sujeitos da pesquisa/ codinome	Respostas
P1	Sim, por dinamizar o trabalho a tecnologia aproxima e conecta o aluno a realidade e conteúdo escolar.
P2	Com certeza, pois todas as crianças já estão conectadas e trazendo isso para o lado do aprendizado facilita a interação e os motiva a participar mais das aulas.

Fonte: Dados produzidos pelo pesquisador 2021.

Podemos observar que os docentes foram unânimes em responder que os recursos tecnológicos facilitam compreender o conteúdo. Pois a tecnologia aproxima as crianças principalmente àquelas com mais dificuldades, através de atividades no computador e com a utilização data show facilitando a aprendizagem, através de imagens e sons diferentes.

No ambiente escolar, principalmente no período pandêmico foi inevitável não implantar tecnologia e isso possibilitou a criação de inúmeras formas de envolver, estimular os estudantes e explorar novas estratégias dentro da sala de aula. Evidenciando o papel da escola de oferecer recursos para que os alunos possam viver o conhecimento de forma plena, e a tecnologia educacional pode ser uma grande aliada neste processo. Mas até onde as escolas estão preparadas para essa

responsabilidade? É o que mostra a quarta pergunta: ***A escola consegue acompanhar o ritmo de avanço das tecnologias?***

Sujeitos da pesquisa/ codinome	Respostas
P1	Não da forma que desejávamos, ainda temos dificuldade de acesso, ambientação e formação dos professores para essa nova realidade.
P2	Em parte. Para os alunos não, pois como estamos localizados na zona rural a maioria não conseguem acesso, já para as professoras conseguimos uma educação significativa.

Fonte: Dados produzidos pelo pesquisador 2021.

Conclui-se que a tecnologia gera vários benefícios quando bem utilizada dentro e fora da sala de aula e em todo ambiente escolar. Mas ainda pode melhorar no alcance e distribuição mais homogênea entre todos. Dentre esses benefícios é possível destacar que as tecnologias: auxiliam na construção de um planejamento escolar mais eficiente; aperfeiçoam a criação de planos de aula; possibilitam a elaboração e geração de atividades diferentes e mais atrativas. Valente (1993, p.115) considera que:

O conhecimento necessário para que o professor assuma esta postura não é adquirido através de treinamento. É necessário um processo de formação permanente, dinâmico e integrador, que se fará através da prática e da reflexão sobre esta prática – do qual se extrai o substrato para a busca da teoria que revela a razão de ser da prática.

Observa-se também que ainda a inclusão é bastante carente e a formação continuada de professores, deixa a desejar na educação da rede pública de ensino, e pode acabar dificultando a prática de professores, visto que a formação de um professor é um processo contínuo que deve estar sempre em renovação e aquisição de novas metodologias e práticas de ensino. Posteriormente questionei: ***Como você imagina a sala de aula do futuro em relação ao uso das tecnologias?***

Sujeitos da pesquisa/ codinome	Respostas
P1	Uma sala de aula equipada com equipamentos tecnológicos e com professores preparados para trabalhar com os recursos.

P2	Uma sala de aula completa, com todos os equipamentos necessários para melhorar a didática e professores preparados para manusear todos os equipamentos.
----	---

Fonte: Dados produzidos pelo pesquisador 2021.

Os dois sujeitos afirmam que ao implantar a tecnologia, a escola reforça o seu papel de agente decisivo na transformação da sociedade e na construção de um país melhor, mais inovador, criativo e em constante avanço. Onde é necessário que o educador tenha conhecimentos de quais recursos tecnológicos sua escola disponibiliza para fazer uso com educandos e, a partir disso, verificar todas as possibilidades e habilidades de desenvolvimento de trabalhos diversificados enriquecendo sua prática pedagógica e motivando os educandos para uma aprendizagem assim como afirma Prata (2002):

A escola deve começar com o que tem de imediato, seja em relação a equipamentos, seja através de programas existentes e acessíveis a todos. As experiências vivenciadas servirão de referência pessoal e política para reivindicar mais e melhor tecnologia nas escolas e, conseqüentemente, despertar para as suas possibilidades pedagógicas (PRATA, 2002, p. 79)

Valente (1998) também colabora ao afirmar:

[...] o uso desta tecnologia não como “máquina de ensinar”, mas, como uma nova mídia educacional: o computador passa a ser uma ferramenta educacional, uma ferramenta de complementação, de aperfeiçoamento e de possível mudança na qualidade de ensino [...] (VALENTE, 1998, p. 06).

Portanto os resultados da investigação junto aos docentes confirmaram o que a experiência empírica revelou e o que se constatou na análise bibliográfica. E, ainda reforçou o que os professores afirmaram sobre sua prática pedagógica e uso das novas tecnologias., assim como.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esta pesquisa foram consultadas outras fontes bibliográficas, além das citadas neste artigo, nas quais foram constatados que os recursos tecnológicos estão presentes no dia a dia dos educandos e, na educação brasileira, além disso, ela tornou-se realidade em quase todas as escolas, sendo assim, os educadores precisam se qualificar, se atualizar, estudando as novas possibilidades e formas de ensino/aprendizagem a partir do uso adequado dos recursos tecnológicos.

Pois, a partir dos questionários é perceptível que a equipe escolar mostra compromisso com a educação dos alunos da instituição e que mesmo com as dificuldades não medem esforços para ofertar uma educação de qualidade às crianças sempre inovando e buscando os melhores recursos para a inserção desses alunos oriundos da zona rural no meio tecnológico.

As Tecnologias de Informação e Comunicação nunca foram tão necessárias para a educação como nos dias atuais. Todos nós tivemos que nos render as TIC'S, como são conhecidas, e a cada dia estão fazendo cada vez mais parte do cotidiano de professores e alunos desde educação infantil ao ensino superior.

Apesar disso, muitos ainda se perguntam se elas são importantes e se devem ser estudadas. Após esse artigo a resposta é sim, devemos buscar uma proximidade maior com esses recursos tecnológicos. Mesmo com as diversas dificuldades encontradas relatadas pelos profissionais, quanto aos equipamentos, manutenção e formação de professores ela se torna uma ferramenta primordial na educação atualmente.

Mas, o uso da tecnologia não significa, necessariamente, que os alunos melhorarem seu desempenho nas avaliações tradicionais. Pois a aprendizagem depende diretamente da compreensão, utilizar aplicativos sem um preceito pedagógico pode não ser tão interessante ao conteúdo que se quer repassar.

Sendo assim, é de extrema importância a aplicação desses recursos na sala de aula, pois eles irão contribuir para que os alunos se interessem pelos conteúdos, facilitando o entendimento sobre os assuntos das disciplinas contribuindo para o processo de ensino aprendizagem, que irá garantir uma sala de aula dinâmica, contribuindo para mudanças significativas na prática pedagógica.

Pode-se observar também que há coerência no pensamento dos professores entrevistados quanto à ideia de que atualmente as TICs e TDICs podem ter grande impacto na vida profissional de um professor, pela mudança constante que há na rede que nunca para de se atualizar. Tanto nos conteúdos como nos métodos de ensino aprendizagem, os estudantes devem ser vistos como participantes ativos no processo e não apenas como simples receptores de conhecimento.

Partindo desse pressuposto, os resultados obtidos no presente estudo podem contribuir para a discussão de como a tecnologia vem sendo incorporada na prática pedagógica e possibilitar a análise das alterações ocorridas no contexto de uma turma de Educação Infantil buscando identificar mudanças nas interações sociais entre as professoras e as crianças. De uma maneira geral, pode-se perceber que existe uma relação de ganho em termos de aprendizagem, de interação para a promoção da aprendizagem e de desenvolvimento das crianças considerando os aspectos físico,

intelectual, psicológico e social, decorrentes da utilização dessas novas tecnologias entende-se que o educador e as instituições de ensino devem oferecer condições em que os educandos consigam dar significados às informações que recebem através das tecnologias de informação e comunicação (TICs), a partir de discussões e análises críticas.

REFERÊNCIAS

- BRITO, A. C. A. G. et al. **Um Olhar sobre Educação: uma abordagem a partir das novas tecnologias**. In: Revista Digital Pandora Brasil nº 9. 2009.
- CAVALCANTE, M. B. **A educação frente às novas tecnologias: Perspectivas e desafios**. 2012.
- KENSKI, V.M. **Educação e Tecnologias o Novo Ritmo Da Informação**. Editora Papyrus. Campinas, SP, 8º edição, 2011.
- KENSKI, Vani Moreira. **O Ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias**. In VEIGA, Ilma P. Alencastro (org). Didática: o Ensino e suas relações. Campinas, SP, Papyrus, 1996, 127-147.
- LIMA JUNIOR, A. S. **A escola no contexto das tecnologias de comunicação e informação: do dialético ao virtual**. Salvador: EDUNEB, 2007.
- MAMEDE-NEVES & DUARTE, M. A. C. Rosalia, **O contexto dos novos recursos tecnológicos de informação e comunicação e a escola**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial p. 769-789, out. 2008.
- MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- PRATA, C. L. Gestão escolar e as tecnologias. In: ALONSO, M.; ALMEIDA, M. E. B.; MASETTO, M. T.; MORAN, J. M.; VIEIRA, A. T. **Formação de gestores escolares para utilização de tecnologias de informação e comunicação**. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2002.
- PRETTO, N. de L. **Linguagens e tecnologias da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- SILVA, Ângela Carrancho da. **Educação e Tecnologia: entre o discurso e a prática**. Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, vol.19, n.72, pp. 527-554, jul. /set.2011.

TERUYA, Teresa Kazuko. **Trabalho e educação na era midiática: um estudo sobre o mundo do trabalho na era da mídia e seus reflexos na educação.**

Maringá, PR: Eduem, 2006.

VALENTE, J. A. (Org.). **Computadores e conhecimento: repensando a educação.** 2. Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v.20,

n.2, p. 355-372, jul./dez. 2015 - ISSN 1516-2664 372 Uso das tecnologias de informação e comunicação na educação ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

WING, Jeannette. 2006. **Computational Thinking.** *Communications of the ACM* 49, 3, 33-35. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/1118178.1118215>.

TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS, EXPLORANDO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, TECNOLOGIAS E PRÁTICA INTERDISCIPLINAR: UMA REVISÃO DE INTEGRATIVA

DOI 10.29327/5429192.1-2

Estélio Silva Barbosa
Antonia Maria Cardoso e Silva
Maria Oneide Lino da Silva

RESUMO

Introdução: A educação contemporânea tem sido impactada pelas transformações sociais e tecnológicas, destacando a Educação a Distância (EaD) como uma alternativa inclusiva e flexível. A integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) e a prática interdisciplinar no ensino são essenciais para promover uma aprendizagem dinâmica e contextualizada. **Objetivo:** Este artigo visa analisar as transformações educacionais decorrentes da integração da EaD, das tecnologias educacionais e das práticas interdisciplinares, destacando seus benefícios, desafios e perspectivas no contexto educacional atual. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura qualitativa e exploratória, baseada em artigos científicos publicados entre 2019 e 2023 nas bases de dados SciELO. Foram utilizadas as palavras-chave "Educação a Distância", "Tecnologias Educacionais" e "Prática Interdisciplinar", resultando na seleção de oito estudos para análise. **Resultados:** Os estudos mostram que a EaD democratiza o acesso à educação, especialmente em regiões remotas, e que as TDICs facilitam a interação e o aprendizado. No entanto, há desafios, como a evasão escolar, a adaptação tecnológica e a necessidade de apoio contínuo a alunos e professores. A interdisciplinaridade se destaca como um fator que enriquece a aprendizagem e prepara os estudantes para resolver problemas complexos. **Conclusão:** A EaD, aliada às tecnologias e à interdisciplinaridade, representa uma importante evolução na educação. Contudo, é necessário superar desafios relacionados à adaptação e suporte institucional para garantir seu pleno potencial no desenvolvimento educacional.

Palavras – chave: Educação a distância; Tecnologias educacionais; Prática interdisciplinar.

ABSTRACT

Introduction: Contemporary education has been impacted by social and technological transformations, highlighting Distance Education (EaD) as an inclusive and flexible alternative. The integration of Digital Information and Communication Technologies (TDICs) and interdisciplinary practice in teaching are essential to promote dynamic and contextualized learning. **Objective:** This article aims to analyze the educational transformations resulting from the integration of distance learning, educational technologies and interdisciplinary practices, highlighting their benefits, challenges and perspectives in the current

educational context. Methodology: This is a qualitative and exploratory literature review, based on scientific articles published between 2019 and 2023 in the SciELO databases. The keywords "Distance Education", "Educational Technologies" and "Interdisciplinary Practice" were used, resulting in the selection of eight studies for analysis. Results: Studies show that distance learning democratizes access to education, especially in remote regions, and that TDICs facilitate interaction and learning. However, there are challenges, such as school dropout, technological adaptation and the need for continuous support for students and teachers. Interdisciplinarity stands out as a factor that enriches learning and prepares students to solve complex problems. Conclusion: Distance learning, combined with technologies and interdisciplinarity, represents an important evolution in education. However, it is necessary to overcome challenges related to adaptation and institutional support to guarantee its full potential in educational development.

Keywords: Distance education; Educational technologies; Interdisciplinary practice.

1 INTRODUÇÃO

A educação contemporânea tem sido objeto de constantes análises e reorganizações diante das mudanças sociais, tecnológicas e culturais da era digital.

Nesse contexto, a educação a distância (EaD) surgiu como um método flexível e de fácil utilização, capaz de se adaptar às necessidades de aprendizagem dos indivíduos em diferentes ambientes. A integração da tecnologia educacional no processo de ensino e aprendizagem é imprescindível para promover uma experiência educacional mais dinâmica e eficaz, evidenciando a necessidade da prática interdisciplinar para potencializar a construção do conhecimento de forma holística e contextualizada (ALMEIDA et al., 2021).

A crescente ubiquidade das tecnologias digitais na sociedade contemporânea influencia diretamente a forma como aprendemos e ensinamos. A utilização de plataformas online, recursos multimídia e ferramentas de comunicação síncrona e assíncrona possibilita a ampliação do acesso à educação, rompendo barreiras geográficas e temporais (SENKEVICS et al., 2021). Nesse sentido, a Educação a Distância se destaca como um meio promissor para democratizar o conhecimento e promover a inclusão educacional, sobretudo em regiões remotas ou desfavorecidas.

No entanto, a mera transposição de conteúdos tradicionais para o ambiente virtual não é suficiente para garantir uma aprendizagem significativa.

É fundamental repensar as práticas pedagógicas, incorporando abordagens interdisciplinares que estimulem a conexão entre diferentes áreas do conhecimento e promovam a resolução de problemas complexos (Souza & Santos, 2020). A interdisciplinaridade não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também prepara os estudantes para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, que demandam habilidades de pensamento crítico, criatividade e colaboração.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar na literatura vigente aspectos relacionados as transformações educacionais decorrentes da integração da Educação a Distância, das tecnologias educacionais e das práticas interdisciplinares, analisar os benefícios, desafios e perspectivas dessas abordagens no contexto educacional contemporâneo, fornecendo percepções relevantes para educadores, pesquisadores e gestores educacionais.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

A Educação a Distância (EaD) possui uma trajetória que remonta ao final do século XIX, quando surgiram as primeiras iniciativas de ensino por correspondência, principalmente voltadas à educação de adultos e à formação profissional. Segundo Litto e Formiga (2009), essas modalidades iniciais de EaD tinham como objetivo democratizar o acesso ao conhecimento, atingindo indivíduos que, por motivos geográficos ou sociais, estavam alijados do ensino formal. As primeiras práticas estruturadas de EaD foram observadas em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, com a oferta de cursos por correspondência, promovidos por instituições como o Instituto Pitman e a Universidade de Chicago, no final do século XIX.

Ao longo do século XX, a EaD passou por uma série de transformações impulsionadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias. Na década de 1960, com a popularização do rádio e da televisão, essas ferramentas foram incorporadas ao ensino a distância, permitindo uma maior interação entre professores e alunos, embora ainda de maneira limitada. Peters (1993) destaca que esse período foi marcado pelo surgimento de universidades abertas, como a Open University, no Reino Unido, criada em 1969, que se tornou um marco para a institucionalização da EaD. A proposta dessas universidades era

proporcionar ensino superior a pessoas que, por diversas razões, não podiam frequentar os cursos presenciais.

Com o advento da internet na década de 1990, a EaD vivenciou um avanço significativo, tanto em termos de alcance quanto de qualidade. A utilização de plataformas digitais possibilitou uma interação mais efetiva entre os participantes do processo educacional, superando a limitação das mídias anteriores. De acordo com Moore e Kearsley (2011), a internet trouxe novas possibilidades de aprendizagem colaborativa, permitindo a troca de informações em tempo real e o acesso a uma vasta gama de materiais didáticos. Nesse contexto, surgiram os primeiros ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), que se tornaram centrais para a operacionalização dos cursos a distância.

No Brasil, a EaD também acompanhou essas transformações globais. Em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação a distância foi oficialmente regulamentada como uma modalidade de ensino no país (BRASIL, 1996). Desde então, houve uma expansão significativa dessa modalidade, tanto no ensino básico quanto no ensino superior. Segundo Maia e Mattar (2007), o desenvolvimento da EaD no Brasil foi impulsionado por políticas públicas que visavam ampliar o acesso à educação, principalmente em regiões onde a oferta de cursos presenciais era limitada.

Atualmente, a EaD se consolidou como uma modalidade essencial para a democratização do ensino, especialmente em contextos de crise, como o observado durante a pandemia de COVID-19. A flexibilidade de tempo e espaço proporcionada pela EaD, aliada ao uso de tecnologias digitais, tem permitido que um número crescente de pessoas tenha acesso à educação de qualidade. Conforme afirma Kenski (2012), a EaD, ao incorporar as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), não apenas amplia o acesso, mas também transforma profundamente as práticas pedagógicas, exigindo novas formas de ensinar e aprender adequadas às demandas do século XXI.

2.1 Tecnologias Digitais Da Informação: Desafios E Potencialidades No Ensino

Vivemos uma era de transformações, onde o avanço das tecnologias digitais tem gerado um confronto com tradições culturais e educacionais, exigindo uma reorganização significativa. A integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no ensino desafia os educadores a reconfigurar suas práticas pedagógicas para se alinhar às novas demandas da sociedade contemporânea. Como aponta Kenski (2013, p.15), flexibilidade, mobilidade e personalização são algumas das exigências educacionais que emergem diante das múltiplas temporalidades do mundo atual. O ritmo acelerado da vida, influenciado pelo uso das tecnologias, reduz o tempo disponível para filtrar e aprofundar informações, o que representa, segundo Nogaro e Simões (2016, p.286), um grande desafio: transformar o vasto fluxo de dados em conhecimento.

Para abordar os desafios e as potencialidades dessas tecnologias no contexto educacional, é essencial primeiro entender o conceito de TDICs. Vidal (2017, p.29) esclarece que a tecnologia educacional visa facilitar a aprendizagem e melhorar o desempenho por meio de processos e recursos tecnológicos adequados. Peters (2012) complementa, destacando que a informação é gerada a partir da interpretação de sinais e dados. Sem essa interpretação, o vasto volume de dados disponíveis na internet ou nas redes sociais não se transforma em conhecimento útil. Nesse sentido, Teixeira (2005, p. 20) ressalta que, embora a informação seja abundante, muitas vezes se apresenta fragmentada e fora de contexto, sendo necessário o desenvolvimento crítico e autônomo para a sua compreensão.

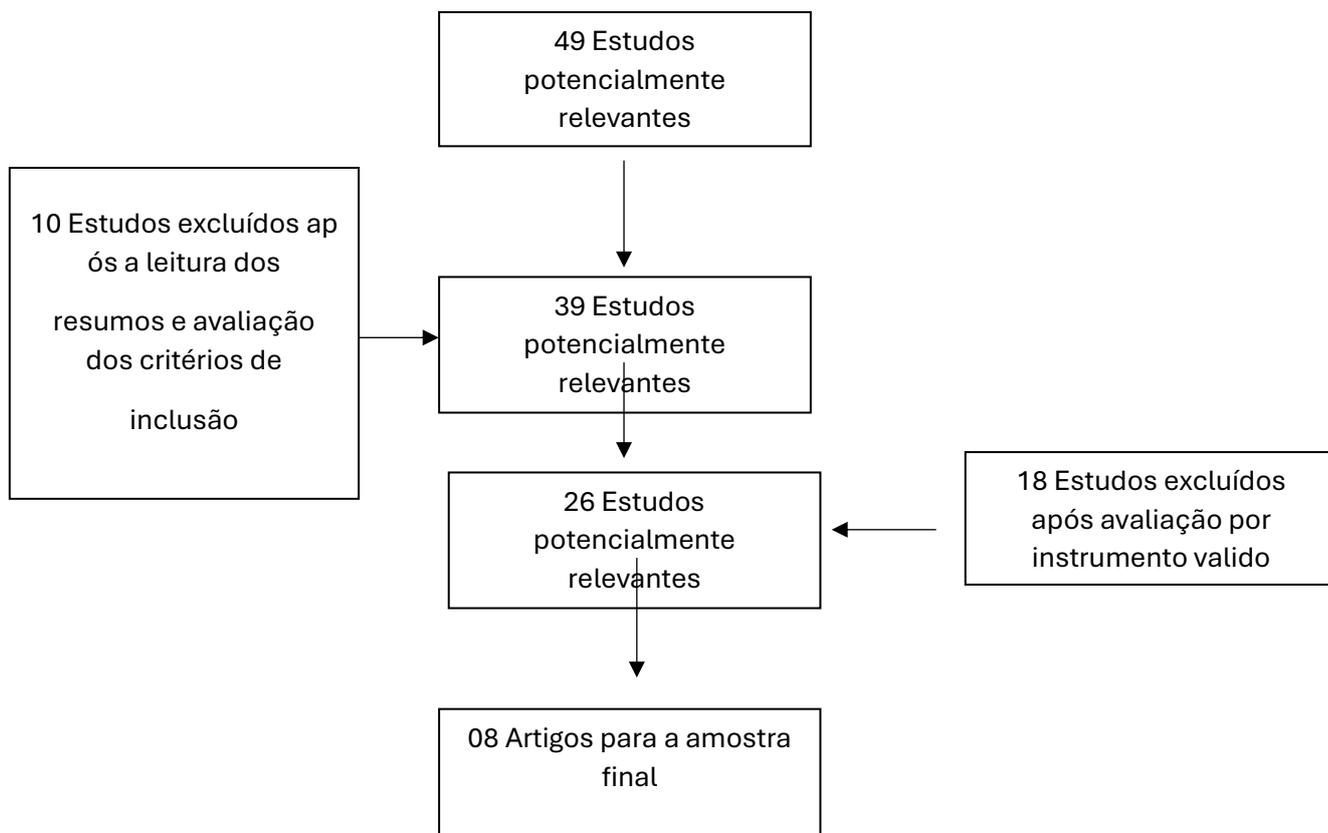
As TDICs, portanto, podem ser compreendidas como um conjunto de ferramentas e recursos tecnológicos, online ou offline, que promovem novos métodos e agregam qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. Isso corrobora a visão de Kenski (2012, p.17) sobre tecnologia, que a define como um conjunto de ferramentas e técnicas moldadas conforme os usos de cada época. Nesse contexto, surge a questão levantada pela Pesquisa TIC Educação (2015, p.29): as práticas pedagógicas estão preparadas para incorporar adequadamente as TDICs? Muitas vezes, há uma compreensão limitada dessas

tecnologias, vistas apenas pelo prisma técnico, o que pode dificultar a integração efetiva nas atividades pedagógicas.

Além disso, as TDICs desempenham um papel importante na formação da identidade, em uma sociedade repleta de informações, mas onde muitas vezes os indivíduos não sabem como proceder. As interações nas redes sociais podem criar identidades irreais, alterando sutilmente as percepções sobre a realidade (KENSKI, 2013). Assim, é crucial refletir sobre o papel da informática nas escolas, sua influência no processo de aprendizagem, nas relações entre professores e alunos, e seu potencial para promover mudanças nos âmbitos social, econômico e cultural.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática de literatura de caráter exploratório descritivo de abordagem qualitativa sobre as transformações educacionais relacionadas à Educação a Distância, Tecnologias e Prática Interdisciplinar. Inicialmente, simultaneamente, foram explorados artigos científicos na base de dados SciELO, utilizando as palavras-chave "Educação a Distância", "Tecnologias Educacionais" e "Prática Interdisciplinar", com combinação de operadores booleanos "AND" e "OR". Os critérios de inclusão estabelecidos contemplaram estudos publicados nos últimos 10 anos, sem restrição de idioma, visando abarcar a produção científica mais recente e diversificada sobre o tema. Após a aplicação dos critérios de busca, os resultados foram submetidos a uma análise criteriosa, resultando na seleção de oito artigos considerados pertinentes para integrar os resultados da revisão de literatura, proporcionando assim uma base sólida e atualizada para a investigação das transformações educacionais na era digital.

Figura 1 – Fluxograma das diferentes fases da revisão.

Fonte: Pesquisadores.,2024.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este artigo foi composto a partir de uma revisão de literatura que buscou explorar as transformações educacionais, com foco na educação a distância (EaD), tecnologias digitais e práticas interdisciplinares. Durante o processo de pesquisa, foram analisados artigos publicados entre os anos de 2019 e 2023, totalizando oito estudos selecionados.

Tabela 1: Visão geral dos trabalhos selecionados para compor os resultados, 2024.

ORD	Autor e ano	Objetivo	Principais resultados
01	GOMES, Corrêa et al., 2020	Elencar aplicativos gratuitos para dispositivos móveis, que promovam acessibilidade e inclusão digital e educacional de pessoas com Transtorno	Identifica-se a ampla gama de possibilidades de utilização de recursos de Tecnologia Assistiva em dispositivos móveis que poderia contribuir para a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista

		do Espectro Autista (TEA) na modalidade EaD.	tanamodalidadedeEducaçãoaDistânci
02	HAYASHI, Carmino., 2020	traçar um histórico destas novas tecnologias, seus modelos, tipos e ambientes virtuais de aprendizagem utilizadas atualmente na Educação a Distância.	Quanto aos modelos de EaD, existem inúmeras variações e adaptações de ambientes virtuais de aprendizagens (AVA), subsidiadas pelas novas tecnologias digitais, representadas por inúmeros softwares e aplicativos que facilitam as interatividades e alavancam as relações ensino - aprendizagem online. Entretanto, é necessário observar que a utilização e evolução da EaD exige uma atenção especial no processo de implantação e gestão dos cursos.
03	RODRIGUES et al., 2020	analisar as implicações dessas medidas no que se refere a adoção em larga escala do “ensino remoto” como substituição às atividades presenciais e do emprego das novas tecnologias de informação e comunicação nesse processo	As novas tecnologias TIC, mesmo sendo essenciais para o novo panorama mundial, necessitam, acima de tudo de mais adaptação tanto dos alunos quanto dos professores para se tornarem tecnologias unanimemente eficientes no quesito ensino aprendizagem.
04	NAKADA et al.,2023	analisar os dados estatísticos sobre a EaD no Brasil	A EaD apresenta-se em crescimento exponencial no Brasil, e desde 2017, os números de novos ingressos em cursos superiores de tecnologia na modalidade EaD superam os números da modalidade presencial, evidenciando as contribuições para a EPT. Com base em dados de relatórios CensoEaD.Br (ABED), a principal fragilidade da EaD no Brasil é a evasão, motivada por falta de tempo para estudar e participar do curso, seguida da falta de adaptação à metodologia, que se traduzem em uma demanda por processos de ensino-aprendizagem

			especialmente pensados para a modalidade à distância. Outras fragilidades incluem desafios organizacionais de instituição presencial que passa a oferecer
05	SANTOS et al., 2023.	Analisar estudos e pesquisas que evidenciam a eficácia da educação a distância na formação de professores, destacando sua flexibilidade, acessibilidade e capacidade de atualização de conhecimentos.	Os resultados apontaram para a efetividade de estratégias pedagógicas como a utilização de recursos multimídia, ambientes virtuais de aprendizagem e interação síncrona e assíncrona entre professores e alunos. Dentre os benefícios identificados, destacam-se a ampliação do acesso à formação, a possibilidade de conciliar estudos e atividades profissionais, a autonomia no processo de aprendizagem e a utilização de tecnologias educacionais inovadoras. No entanto, também foram discutidos desafios, como a necessidade de motivação e autodisciplina, a superação de obstáculos tecnológicos e a importância de um suporte adequado por parte das instituições de ensino.
06	NASCIMENTO et al., 2020.	Apresenta a experiência de professoras de Ciências e Biologia egressas da Educação a Distância quanto ao uso de tecnologias digitais como recurso pedagógico.	Os resultados apontam que as professoras reconhecem a importância do uso de tecnologias digitais como recurso auxiliar na prática pedagógica, apontam que é um desafio que precisa ser superado cotidianamente e demonstram curiosidade e facilidade ao inserir as referidas tecnologias em suas atividades
07	CARMO et al., 2020.	Discutir as diferenças entre o ensino remoto emergencial (ERE) e a modalidade de educação a distância (EAD), analisando as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC)	O uso das TDIC na educação representa um avanço com grande potencial, porém traz consigo uma variedade de desafios. Mesmo no contexto da EAD, onde elas são vistas atualmente como um importante recurso facilitador, as TDIC já foram alvo de um grande debate. Contudo, uma vez transpostas as

			barreiras inerentes às dificuldades comuns a todo projeto em construção, a tecnologia passou a ser vista como um recurso muito útil ao processo de ensino e aprendizagem na modalidade EAD. É fato que parte dessa mudança se deu em função do avanço tecnológico, entretanto o sucesso das TDIC na EAD se deve muito mais à evolução e ao amadurecimento dessa modalidade de ensino. Pois, se assim não fosse, as TDIC também seriam a solução para a implementação bem-sucedida do ERE na atual conjuntura.
08	VALENTE .,2019.	Discutir como as tecnologias e os recursos de educação a distância auxiliaram no desenvolvimento das metodologias ativas.	Os resultados mostram que as metodologias ativas usadas foram a aprendizagem baseada em projetos e a sala de aula invertida; e que a produção dos alunos, bem como o aproveitamento deles, podem ser considerados de boa qualidade. Além disso, a evasão e a reprovação na disciplina foram praticamente inexistentes.

Fonte: Pesquisadores.,2024.

Os estudos analisados no presente artigo oferecem uma visão abrangente sobre as transformações educacionais impulsionadas pela Educação a Distância (EaD), abordando as tecnologias, a acessibilidade e os desafios enfrentados por alunos e professores. Gomes, Corrêa et al. (2020) destacam a importância dos aplicativos gratuitos voltados para a acessibilidade e inclusão digital de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na EaD. A identificação de uma vasta gama de possibilidades oferecidas pelas tecnologias assistivas, especialmente em dispositivos móveis, revela o potencial dessas ferramentas para promover uma educação mais inclusiva. No entanto, o estudo também ressalta a necessidade de adaptação das tecnologias ao perfil específico dos alunos, para que o processo de ensino-aprendizagem seja realmente eficaz e acessível.

Em relação aos ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), Hayashi (2020) traça um panorama das novas tecnologias utilizadas na EaD e suas variações. O autor aponta para a crescente diversidade de modelos de AVAs, impulsionada pelo avanço das tecnologias digitais, o que facilita as interações

entre alunos e professores. No entanto, o autor também alerta que a implantação e a gestão de cursos EaD requerem atenção especial, uma vez que a simples inserção de tecnologias não garante a eficácia pedagógica. É necessário um planejamento cuidadoso e uma gestão eficiente para que os AVAs realmente contribuam para o sucesso da modalidade.

Rodrigues et al. (2020) destacam que as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), embora essenciais para o ensino remoto e a EaD, apresentam desafios significativos. O estudo aponta que tanto alunos quanto professores ainda enfrentam dificuldades para se adaptarem completamente ao uso dessas tecnologias. Para que as TICs se tornem unanimemente eficientes, é preciso desenvolver habilidades específicas e promover um maior suporte técnico e pedagógico. A integração das TICs no ensino não pode ser vista como uma solução imediata, mas como um processo contínuo de adaptação e aprendizagem.

O estudo de Nakada et al. (2023) revela que a EaD tem apresentado um crescimento exponencial no Brasil, com um número crescente de matrículas em cursos superiores na modalidade EaD superando os da modalidade presencial desde 2017. No entanto, o estudo também destaca uma das principais fragilidades da EaD no Brasil: a alta taxa de evasão, motivada principalmente pela falta de tempo dos alunos e pela dificuldade de adaptação à metodologia a distância. Isso reforça a necessidade de estratégias de ensino mais adequadas à realidade dos alunos e de um suporte institucional mais eficiente, de forma a mitigar essas fragilidades.

Os resultados de Santos et al. (2023) reforçam a eficácia da EaD na formação de professores, evidenciando sua flexibilidade e acessibilidade. O estudo aponta que as estratégias pedagógicas baseadas em recursos multimídia e a interação entre alunos e professores, tanto síncrona quanto assíncrona, são fundamentais para o sucesso da EaD. No entanto, o estudo também menciona desafios como a necessidade de motivação e autodisciplina por parte dos alunos, além da superação de barreiras tecnológicas. Assim, a EaD se mostra eficaz, mas depende de um suporte contínuo das instituições para garantir uma experiência educacional positiva.

No estudo de Nascimento et al. (2020), que investiga o uso de tecnologias digitais por professoras egressas da EaD, os resultados indicam que, embora

reconheçam a importância dessas tecnologias, as professoras ainda enfrentam desafios cotidianos para sua integração na prática pedagógica. A curiosidade e a facilidade em inserir as tecnologias no ensino são destacadas como aspectos positivos, mas a superação dos desafios técnicos e pedagógicos permanece uma necessidade constante. Isso demonstra que a formação contínua e o apoio institucional são fundamentais para a incorporação efetiva das tecnologias no ensino.

Carmo et al. (2020) discutem as diferenças entre o ensino remoto emergencial (ERE) e a EaD, com foco no uso das TICs. O estudo revela que, embora as TICs sejam essenciais para a EaD, o seu sucesso depende muito mais da evolução e amadurecimento da modalidade do que das tecnologias em si. O estudo aponta que as dificuldades enfrentadas na implementação do ERE, em muitos casos, resultam da falta de preparação e planejamento adequados, o que contrasta com o desenvolvimento mais estruturado da EaD. Assim, o avanço tecnológico, por si só, não é suficiente para garantir o sucesso da educação a distância; é necessário um planejamento pedagógico robusto.

Por fim, Valente (2019) discute como as tecnologias da EaD têm auxiliado no desenvolvimento de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e a sala de aula invertida. O estudo mostra que essas metodologias têm proporcionado um alto nível de engajamento e aproveitamento dos alunos, além de reduzir significativamente as taxas de evasão e reprovação. Isso indica que, quando bem implementadas, as metodologias ativas podem ser uma poderosa ferramenta para melhorar a qualidade da educação a distância e aumentar a motivação dos alunos.

Esses resultados demonstram que, apesar dos desafios, a EaD tem mostrado grande potencial para promover a inclusão, a flexibilidade e a inovação no ensino, especialmente quando aliada a tecnologias digitais e metodologias pedagógicas bem planejadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise abrangente dos estudos selecionados, é possível inferir que as transformações educacionais, pautadas na Educação a Distância (EaD), Tecnologias Educacionais e Prática Interdisciplinar, representam uma

importante evolução no panorama educacional contemporâneo. A crescente integração de recursos digitais no processo de ensino-aprendizagem demonstra potencial para ampliar o acesso ao conhecimento, promover a inclusão e estimular o engajamento dos alunos. No entanto, os desafios identificados, como a necessidade de formação docente e suporte institucional adequado, não devem ser negligenciados, uma vez que podem impactar diretamente a eficácia e a sustentabilidade dessas iniciativas. Nesse sentido, torna-se imperativo o desenvolvimento de políticas educacionais e estratégias pedagógicas que considerem as demandas emergentes da sociedade digital, visando garantir uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva para todos os indivíduos. Ademais, a continuidade de pesquisas e avaliações sistemáticas se faz essencial para aprofundar o entendimento sobre os efeitos das transformações educacionais e subsidiar a tomada de decisões fundamentadas no âmbito educacional.

REFERÊNCIAS

Digitais na Educação, v. 12, n. 14, p. 104–121, 2023. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/ead/article/view/17699>>. Acesso em: 6 set. 2024.

ROBERTO, Carlos ; DE, Renata. Tecnologias de informação e comunicação na educação a distância e no ensino remoto emergencial. **Conhecimento & Diversidade**, v. 12, n. 28, p. 24–24, 2020. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/7152>. Acesso em: 6 set. 2024.

EDUARDA, Maria; CRUZ, Silva; EDUARDA, Maria; et al. Metodologias e tecnologias para educação em tempos de pandemia COVID-19. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 3, p. 6281–6290, 2020. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/11584>>. Acesso em: 16 maio 2024.

GOMES, Corrêa; JAISON MARQUES LUIZ; LISANDRA XAVIER GUTERRES; et al. Tecnologias assistivas no contexto da acessibilidade e mobilidade: possibilidades de inclusão digital de autistas na educação a distância. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 2, p. 61–73, 2020. Disponível em:

<<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/539>>.

Acesso em: 6 set. 2024.

NAKADA, Liane ; URBAN, Rodrigo. Educação a Distância no Brasil: potencialidades, fragilidades e contribuições para a educação profissional e tecnológica. **EaD & Digitais na Educação**, v. 12, n. 14, p. 104–121, 2023. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/ead/article/view/17699>>.

Acesso em: 6 set. 2024.

ROBERTO, Carlos ; DE, Renata. Tecnologias de informação e comunicação na educação a distância e no ensino remoto emergencial. **Conhecimento & Diversidade**, v. 12, n. 28, p. 24–24, 2020. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/7152>. Acesso em: 6 set. 2024.

SANTOS, Andrey Anderson dos. Proposta de um modelo de gestão para a Universidade Aberta do Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Florianópolis: 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219563>. Acesso em: 15 de mai de 2024.

SENKEVICS. ADRIANO SOUZA A expansão recente do ensino superior. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, v. 3, n. 4, p. 48–48, 2021. Disponível em: <<https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/4892>>. Acesso em: 16 maio 2024.

SILVA; NASCIMENTO-E-SILVA, Daniel; DE, Angélica; et al. ASPECTOS RELEVANTES NA CONSTRUÇÃO DE PRODUTOS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. *REPPE - Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino*, v. 3, n. 2, p. 105–119, 2019. Disponível em: <<https://seer.uenp.edu.br/index.php/reppe/article/view/948>>. Acesso em: 16 maio 2024.

SOARES, Magda. Letramento. 2014. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da; VAL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (orgs.). *Glossário Ceale – Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, 2014. Disponível em:

<https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/letramento>. Acesso em: 14 de mai de 2024.

SOARES, Valéria et al, A educação a distância nos 21 anos da Universidade Estadual de Goiás: interiorização e capilarização do ensino superior nos municípios goianos, Cuadernos de educación y desarrollo, v. 15, n. 10, p. 11235–11251, 2023.

View of Digital technologies in Distance Education: phases, models, platforms and tools. *Rsdjournal.org*. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9295/8233>>. Acesso em: 6 set. 2024.

Vista do Uso de Tecnologias Digitais como Recurso Pedagógico: Relato de Experiência de Professoras de Ciências e Biologia Egressas da Educação a Distância. *Sbc.org.br*. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/ctrl/article/view/11443/11306>>. Acesso em: 6 set. 2024.

AUTISMO E EDUCAÇÃO: O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NAS ESCOLAS NOS ANOS INICIAIS

DOI 10.29327/5429192.1-3

Seliane de Deus Mourão
Rosana Costa

RESUMO:

O presente trabalho expõe como tema o autismo e a educação, uma proposta para a inclusão escolar de crianças nos Anos Iniciais, com destaque nas dificuldades de aprendizagem, trata-se de um tema com abrangência significativa no contexto escolar para que o aluno se desenvolva, visto que há um longo percurso para que elas sejam integradas, e de fato ocorra seu desenvolvimento, para isso torna-se relevante o atendimento tanto no ensino regular como nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo que o ensino regular acaba não sendo suficiente para as crianças com esse transtorno e dificuldades de aprendizagem desenvolver-se em suas dimensões cognitivas. Dessa forma, oferecer todos os mecanismos para que se efetive, na prática, essa prerrogativa é primordial ao longo da vida desses discentes. Nesse sentido, abordamos como as escolas de ensino regular estão lidando com o atendimento de alunos portadores desse distúrbio e como as metodologias são aplicadas, visto que é uma ferramenta muito importante para a efetivação da inclusão das pessoas com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Porém, através das metodologias, avalia-se esse público alvo em sua vida escolar e social, ajudando-as a superar as limitações e conquistar autonomia individual e o convívio social. Discutimos as características de pessoas com autismo e como ocorre o processo de aprendizagem desse aluno, bem como compreender determinados comportamentos e aspectos apresentados por autistas. A pesquisa é uma revisão bibliográfica, consistindo em uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, qualitativa sobre o tema. O estudo foi feito através da pesquisa bibliográfica em capítulos de livros, artigos científicos, revistas especializadas e bases eletrônicas de dados, como *Scielo* e *Google Acadêmico*.

Palavras-Chave: Autismo; Educação Inclusiva; Aprendizagem.

ABSTRACT:

The present work exposes autism and education as a theme, a proposal for the school inclusion of children in the Initial Years, with emphasis on learning difficulties, it is a theme with significant scope in the school context for the student to develop, a long journey for them to be integrated, and in fact to occur their development, for this, attendance in both regular education and in Specialized Educational Assistance (AEE) classrooms becomes relevant, and regular education ends up not being enough for children with this disorder and learning difficulties develop in its cognitive dimensions. Thus, offering all the mechanisms

to put this prerogative into practice is paramount throughout the lives of these students. In this sense, we approach how regular schools are providing assistance to students with this disorder and how the methodologies are applied, since it is a very important tool for the effective inclusion of people with disabilities or special educational needs. However, through the methodologies, this target audience is evaluated in their school and social life, helping them to overcome limitations and gain individual autonomy and social life. We discussed the characteristics of people with autism and how the learning process of this student occurs, as well as understanding certain behaviors and aspects presented by autistic people. The research is a bibliographic review, consisting of an exploratory and descriptive, qualitative research on the subject. The study was carried out through research in book chapters, scientific articles, specialized magazines and electronic databases such as Scielo and Google Scholar.

Keywords: Autism; Inclusive education; Learning.

1 INTRODUÇÃO

Diante das constantes mudanças e transformações que vêm ocorrendo na sociedade, a falta de embasamento teórico, de discussão e apropriação sobre o autismo torna professores e demais profissionais da educação alheios e indiferentes diante de situações tão presentes no cotidiano escolar, ocasionando a exclusão desse grupo, pois a inclusão não é estar matriculado e frequentar a escola, na verdade, vai muito além disso, é compreender o aluno em seus mais diversos aspectos e fornecer a ele meios necessários para aprender e se desenvolver, contribuir de forma significativa na vida deste indivíduo.

Nesse contexto, infelizmente, ainda hoje, encontram-se muitos profissionais e instituições de ensino com visões diferentes e limitadas em relação à inclusão da criança autista, os quais se percebe a necessidade de capacitações constantes e investimentos por parte do Poder Público para que a inclusão aconteça na prática.

Outro fator bastante relevante é a falta de percepção do autismo, a falta de um diagnóstico nos primeiros anos da criança. Observar os traços, as características que apontem ou despertem a curiosidade dos pais no que diz respeito aos filhos, para que, assim, possam buscar ajuda profissional, ainda na fase da infância, é de suma importância para que se inicie o acompanhamento profissional de forma adequada para que essa criança não tenha consequências futuras no que diz respeito ao seu desenvolvimento.

Infelizmente, é possível notar que muitos pais apresentam esta dificuldade de percepção e de aceitação, no que diz respeito ao autismo, tardando, assim,

o diagnóstico, entende-se que, quanto mais cedo diagnosticado, maiores serão as chances de intervenção para viver com mais qualidade de vida. É necessário discutir sobre o assunto para que seja naturalizado o tema aos indivíduos, não causando temor às famílias, nem indiferença aos profissionais da educação que irão receber esses indivíduos.

Nisto, a presente discussão se torna indispensável em meio às transformações sociais e de uma sociedade contemporânea, em constante movimentação, com a exclusão social cada vez mais presente, em que cada vez mais se apresenta exigente em todos os aspectos. Para tanto, se traz como problema central: Como se dá o processo de inserção da criança autista nas escolas nos anos iniciais?

Nesse sentido, a pesquisa aborda o tema em estudo, tendo em vista que, o que se percebe, é que essa inclusão não se efetiva da forma como deveria ser partindo do pressuposto de que não se tem uma atenção especial a essas pessoas com autismo dentro das escolas, como professores preparados e estrutura escolar, para o recebimento dessas pessoas, em que, muitas vezes, ocasiona a evasão escolar, os pais acabam retirando os filhos da escola por não perceberem o acolhimento dos filhos, ou até mesmo por falta de assistência necessária.

A sociedade brasileira ainda encontra dificuldades em compreender tal assunto, inclusive a própria família da pessoa autista, e tem muito a evoluir quando se fala sobre o Autismo ou como é caracterizado atualmente nos Transtornos do Espectro Autista (TEA). Pois, de fato, a sociedade ainda sofre desta ampla e generalizada falta de informação no seio social e é exatamente isto que ainda impede que a maioria das crianças sejam precocemente tratadas, e preparadas para o convívio social e um maior desenvolvimento em todos os aspectos.

Dentro dessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo geral: analisar o processo de inclusão da criança autista nas escolas nos anos iniciais. E como objetivos específicos: compreender a política de educação, no contexto da educação inclusiva; identificar o que é autismo e quais consequências essa deficiência traz para o meio educacional; enumerar as dificuldades encontradas para o processo de ensino-aprendizagem no diagnóstico tardio da criança autista

inserida na escola; apontar o papel da escola no processo de inclusão da criança autista nos anos iniciais.

Esse tema se justifica no intuito de conhecer, de fato, como se dá o processo de inclusão da criança autista nas escolas nos anos iniciais. Entende-se que o autismo é uma condição permanente, a criança nasce com autismo e torna-se um adulto com autismo e, assim como qualquer ser humano, cada pessoa com autismo é única e todas podem aprender.

Daí na perspectiva do direito à educação e, tendo em vista a política de educação que lhe assegura tal direito, pode-se perceber a importância da inserção dessas pessoas na escola, sendo tratadas de forma igual na perspectiva de direitos, mas sendo percebidas com um olhar mais atento tendo em vista essa condição de dificuldade de aprendizado.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, embasada em artigos científicos e revistas eletrônicas, relacionados à presente temática, publicados e disponíveis nas bibliotecas Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, utilizando, ainda, livros publicados de autores que discutem acerca do tema e palavras-chaves utilizadas que norteiem a pesquisa fornecendo elementos necessários para que se chegue ao resultado, em responder a problemática apresentada. A técnica utilizada é de coleta de dados qualitativos, buscando uma discussão aprofundada do tema, e método de abordagem dialético para o desenvolvimento da pesquisa.

2 O AUTISMO E A INCLUSÃO ESCOLAR

A partir do último Manual de Saúde Mental – DSM-5, que é um guia de classificação diagnóstica, o Autismo e todos os distúrbios, incluindo o transtorno autista, fundiram-se em um único diagnóstico chamado Transtornos do Espectro Autista – TEA.

Para melhor esclarecimento, cabe aqui discorrer sobre o que vem a ser autismo, pois, a partir do último Manual de Saúde Mental – DSM-5, que é um guia de classificação diagnóstica, o Autismo e todos os distúrbios, incluindo o transtorno autista, transtorno desintegrativo da infância, transtorno generalizado do desenvolvimento não especificado (PDD-NOS) e Síndrome de Asperger, fundiram-se em um único diagnóstico chamado Transtornos do Espectro Autista – TEA. Para tanto, o TEA pode ser associado com deficiência intelectual,

dificuldades de coordenação motora e de atenção e, às vezes, as pessoas com autismo têm problemas de saúde física, tais como sono e distúrbios gastrointestinais e podem apresentar outras condições como síndrome de déficit de atenção e hiperatividade, dislexia ou dispraxia, na adolescência podem desenvolver ansiedade e depressão.

O TEA é uma condição geral para um grupo de desordens complexas do desenvolvimento do cérebro, antes, durante ou logo após o nascimento. Diante disto, pode-se dizer que é uma síndrome comportamental, de causas e características diferentes que incapacita a pessoa de se relacionar com outras, causando em si distúrbios de linguagem, resistência ao aprendizado e a não aceitação em mudanças de rotina.

Kanner (apud. RIVIÈRE, 2004), ao estudar e descrever a condição de 11 crianças consideradas especiais observou que elas demonstravam capacidades incomuns de se relacionarem com outras pessoas, com os objetos concomitantes e apresentavam graves desordens no desenvolvimento da linguagem. A maioria delas não falava e, quando falava, era comum a ecolalia, inversão pronominal e concretismo, tinham comportamentos repetitivos, não suportavam mudanças de ambiente e preferiam ficar isolados.

Portanto, de acordo com o autor, a pessoa com TEA encontra diversas dificuldades, em vários estágios da vida, desde o relacionamento com outras pessoas, quanto à adaptação ao ambiente, não se adequando a possíveis mudanças, como também apresentando dificuldade na linguagem, ou seja, dificuldade ao se expressar, sendo repetitivas em sua fala, apresenta, ainda, dificuldades funcionais que comprometem sua interação social.

Um dos fatores que podem implicar no desenvolvimento da criança autista é o diagnóstico tardio do paciente, sendo que os sintomas já estão cristalizados, o que pode dificultar a intervenção dos profissionais no tratamento e desenvolvimento desta criança. “Quando o tratamento é feito precocemente, antes dos três anos de idade, poderá ser estabelecido”, no dizer de Santos (2008) afirma que a escola tem papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares. É onde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais - o que é muito difícil para um autista.

Assim sendo, percebe-se a necessidade e urgência em identificar o autismo ainda nos primeiros anos, para que se possa contribuir, de forma significativa, para o desenvolvimento da criança, proporcionando uma melhor qualidade de vida. Apesar do autismo ainda ser um assunto relativamente novo, a literatura dos últimos anos possui uma concordância quando o assunto é o benefício da intervenção precoce, alertando sempre que, quanto mais cedo se inicia essa intervenção, melhores serão os resultados de desenvolvimento dessa criança (ROGERS; DAWSON, 2014; SCHMIDT *et al.*, 2015; ROGERS *et al.*, 2014; WHITMAN, 2015; COSSIO *et al.* 2017).

Nesse sentido, é necessário que os profissionais da área estejam preparados e capacitados para trabalharem com essas crianças e adolescentes ofertando um atendimento que realmente incluam eles na sala de aula e faça através de recursos e novas metodologias para que eles possam aprender de forma igualitária.

O autor Orrú (2011, p.28) afirma que “a síndrome do autismo não se manifesta por traços na aparência da pessoa e, também, não é identificada pela maioria dos exames laboratoriais”. Dessa forma, o diagnóstico do autismo se torna mais difícil e complexo. Para isto, nota-se, de acordo com o autor, que as características do TEA não são físicas, e sim comportamentais, o que pode até de início dificultar a percepção da família nos primeiros anos, podendo ser confundidos como fases naturais de toda criança no seu desenvolver, e que isso requer uma atenção maior da família, para, assim, conseguir um diagnóstico mais breve possível, para que possa iniciar um tratamento com essa criança. Pois, para Onzi e Gomes (2015), quanto mais cedo a criança for diagnosticada, maiores serão as chances de seu desenvolvimento acontecer de maneira mais adequada, alcançando independência e autonomia.

Logo, o autismo precisa da sua identificação o mais cedo possível para que se modifique, com resultados, os sérios prejuízos sociais e de funcionamento cognitivo que, se nada feito, desembocarão em permanentes dependências e impedimentos para o resto de suas vidas. Portanto, percebe-se a importância do conhecimento do autismo (TEA), de forma mais aprofundada, para que se saiba lidar com a realidade dessas pessoas e também para um melhor desenvolvimento das delas, proporcionando inclusão social e melhor qualidade de vida em diversos aspectos.

O desenvolvimento infantil possui marcadores importantes que precisam ser monitorados para que haja a estimulação necessária que ajude a criança a seguir o desenvolvimento típico (ZAQUEU *et al.*, 2015).

Nesse contexto, assim afirmam os autores Garcia e Lampreia:

Embora não haja, até o momento, evidência que respalde um diagnóstico no primeiro ano que se comprove estável, é crescente o volume de conhecimento sugerindo a possibilidade de identificação de risco de autismo neste período, ainda que não haja consenso sobre quais comportamentos observar. (GARCIA e LAMPREIA, 2011, p.300)

Tendo em vista que o autismo é um transtorno que atinge uma grande parte do desenvolvimento típico da criança, diminuir os déficits existentes e promover a autonomia e melhora da qualidade de vida maximizando suas maiores competências é o objetivo primordial de qualquer intervenção (DE LIMA, 2012; COSSIO *et al.* 2017), assim, essa intervenção deve ser apropriada para estimulação da socialização, comunicação, autonomia, jogo, cognição e também de suas competências acadêmicas (DE LIMA, 2012). SCHMIDT *et al.* (2015) mencionam em seu trabalho que algumas interferências sobre o modo que essas crianças aprendem levaram pesquisadores a propor formas diferentes de ensino que trariam maior eficácia para a aprendizagem dessas crianças, somando ao programa de intervenção, estratégias de ensino e adaptações curriculares.

Diante disso, é uma prerrogativa de todas as crianças terem acesso a uma educação que garanta sua permanência na escola, e isso só será efetivo se tiverem acesso às práticas que envolvam suas necessidades e ampliem suas possibilidades, o AEE é um atendimento primordial, pois é uma complementação do ensino regular, sendo necessário para a interação da criança, e seu pleno desenvolvimento, segundo a Lei máxima que rege a educação:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996, não paginado).

Para que as crianças com autismo ou qualquer outro tipo de necessidades educativas se desenvolva dentro de suas limitações, a escola e professores devem estar preparados para ajudá-los a pensar, aprender, construir e tomar decisões. As crianças com TEA conseguem ler e resolver cálculos matemáticos, sem saber do que se trata. Desse modo, a formação profissional é necessária

para identificar as crianças autistas em sala de aula e assim poder inseri-las na convivência social.

É notório que uma criança portadora do transtorno autista possui características que, em muitos casos, pode exigir uma intervenção maior, principalmente ao estar inserido na escola, necessitando de um ambiente propício para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma acessível, e que tenha potencial significativo na vida deles. Assim, como afirma Eugênio Cunha (2019, p. 52):

O trabalho que na escola estabelece impreterivelmente a ação. A ação move os corações bem mais do que as teorias. Não se constroem os movimentos de aprendizagem somente com a qualidade das nossas ideias, mas principalmente, com o valor das nossas ações.

Cabe aqui destacar que a escola vem passando por mudanças para garantir a inclusão dessas crianças, e a elaboração do currículo, assim como a forma de tratar as crianças com TEA, tem sido motivo de preocupação e ela vem tentando transformar esse ambiente, onde as crianças interajam e através da sua socialização descubram as regras a serem seguidas.

Nisto, essa ação exige um esforço coletivo e bem planejado, para que em sintonia com a família, com os profissionais qualificados, os docentes, que possuam caráter pesquisador e que aceitem o desafio de ter um aluno autista, promovam um processo de inclusão que desenvolva a aprendizagem deles. Para isso, é essencial entender os processos mentais dos indivíduos, para que seja utilizado um melhor tratamento educacional com o intuito de elevar ao máximo suas potencialidades. (CUNHA, 2019).

Diante de tais dificuldades a serem enfrentadas pelas características do aluno autista, torna uma responsabilidade não só do profissional, mas também pessoal, onde se faz necessário que o professor venha a ter o desejo de fazer a diferença na vida da criança com TEA, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento, cabendo a esse profissional se qualificar e se preparar para então lidar com essas crianças no âmbito escolar estabelecendo métodos de aprendizados, tendo em vista as implicações acima, que afetam essa criança.

Trabalhar com aluno autista em sala de aula é uma situação desafiadora, na área da educação, visto que conhece pouco sobre autismo e muitas crianças ainda estão sem diagnósticos e sem educação adequada ao seu

desenvolvimento, o que dificulta ainda mais a inserção dessa criança na escola e o seu aprendizado.

Diante disto, pode-se dizer que, quanto mais cedo for diagnosticado o autismo na criança, melhor será o seu desenvolvimento, pois seu acompanhamento será dentro do tempo estimado, como melhor fase de aprendizagem e estímulo, propiciando, assim, um melhor desenvolvimento dela.

Em contrapartida, tem-se uma maior dificuldade, tornando-se grande o impacto nos profissionais de educação que atuam na escola quando se deparam com as reações dessas crianças, que tanto quanto os professores estão diante de uma experiência nova. Glat (1998, p. 369) diz que “o processo de inclusão é algo que transcende o plano das ideias. A intenção hoje não é mais discutir se deve ou não integrar e incluir todos os alunos, mas como integrar/incluir”. Portanto, para incluir uma criança com alguma limitação no âmbito escolar se faz necessária uma série de medidas para que essa criança se sinta acolhida em um ambiente propício e acima de tudo favorável ao seu desempenho emocional e educacional.

Com isto, é possível a inserção da criança autista na escola regular, desde que se leve em consideração as limitações e as implicações desta criança, propiciando meios que possam facilitar seu aprendizado e desenvolvimento. Independentemente do que muitos acreditam, a inclusão de alunos autistas não objetiva apenas a integração delas com crianças normais, mas pela relevância disso para seu desenvolvimento, pois favorece um momento de liberação da compensação das suas limitações sociais e podem ser reduzidas indiretamente no desempenho educativo, como Fonseca (1995 p. 56) afirma “[...] incluir os alunos com deficiência nas turmas de educação regular eleva a convivência de cada aspecto inter-relacionado da escola como uma comunidade”.

No entanto, inclusão vai além da presença física da criança autista na sala de aula, incluir significa situar esse aluno no ambiente escolar para que ela se desenvolva socialmente e interaja com os outros, adequando as atividades a suas limitações, sem que ela seja excluída diante das situações corriqueiras, nas quais as demais crianças são inseridas.

Para Feurstein (1997, p. 25); “uma pessoa é capaz de aumentar o seu potencial de inteligência, independente de problemas que possa ter, ou da idade”. Nessa perspectiva, pode-se perceber que a criança autista tem

possibilidades de aprender, desde que se tenham profissionais comprometidos, que criam fortes laços com a criança, influenciando diretamente em seu desenvolvimento, e que possibilitem a abertura do mundo autista, a partir de uma relação intersubjetiva de onde resultam “intuições educativas” de valor inestimável ao desenvolvimento da criança.

Diante dos assuntos abordados, do que vem a ser autismo, e o processo de aprendizagem e inclusão dessa criança na escola, pode-se dizer que várias são as dificuldades apresentadas e que ela requer cuidados especiais, necessitando de atenção maior e de profissionais preparados, possibilitando seu desenvolvimento enquanto ser humano e acesso aos seus direitos estabelecidos constitucionalmente.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma:

As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Esse Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretção da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização, pois se percebe que são muitos, e que, na atualidade, ainda existem preconceitos a essas pessoas, e também a falta de conhecimento, e a não efetivação de fato das políticas tem ocasionado essa diferenciação e discriminação.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatíveis com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Diante do exposto, pode-se dizer que as crianças com TEA podem ser consideradas pessoas com deficiência, pois em 2012 foi criada uma lei que afirma que o TEA se equipara à deficiência, conforme nos termos do artigo 1º, § 2º “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”, não podendo, assim, ser excluída visto que elas têm total direito de serem incluídas na escola, podendo aprender a ler e escrever e a se desenvolver em meio à sociedade (dentro de suas limitações), como qualquer outra pessoa normal.

Partindo de leituras feitas sobre a presente temática, é possível observar que o autismo ainda não tem fundamentações científicas suficientes que apontam sua causa ou fator que o desenvolva, nota-se, ainda, que a proporção de incidência é de 1 para 51, ou seja, 1% da população mundial tem autismo. Logo, traz a discussão do tema para a escola, receptora desses indivíduos, porta de entrada da preparação deles para a vida, para o trabalho, para as relações sociais, etc., com isto, os professores necessitam munir suas ações pedagógicas em relação ao Transtorno do Espectro Autista - TEA, uma vez que embasados teoricamente terão uma prática docente inclusiva que esteja em consonância às demandas dos discentes autistas. (MOTA; BRITES, 2019).

Baptista (2002) relata que, dentre as características do autismo, a mais perceptível é a demora em falar, a fala custa a aparecer e, quando isto acontece, o que se observa é o uso inadequado dos pronomes, que dificultam a linguagem e a interação social, pois apresenta, ainda, dificuldade em usar termos abstratos, ou seja, dificuldade em usar a imaginação, entendendo as situações de forma concreta, no geral, há um comprometimento na interação social, tanto na linguagem oral como na linguagem corporal, apresentando problemas de relacionamento social até os 5 anos de idade, é possível, ainda, destacar, dentre as características da criança autista, a dificuldade de desenvolver contato visual, algumas crianças também não mantêm vínculo social e não conseguem participar de atividades em grupo.

Algumas pessoas com TEA podem ter dificuldades de aprendizagem em diversos estágios da vida, desde estudar na escola, até aprender atividades da vida diária, por exemplo, tomar banho ou preparar a própria refeição. Algumas poderão levar uma vida relativamente “normal”, enquanto outras poderão precisar de apoio especializado ao longo de toda a vida, para isto, um ponto

bastante relevante é a detecção precoce de crianças que apontam sinais de autismo, pois, quanto mais cedo se inicia uma intervenção adequada, melhor o prognóstico e menor a carga familiar e social, para que cada fase do desenvolvimento infantil seja estimulada de acordo com suas características, e que estas fases não venham a ser perdidas com tentativas inapropriadas de ensino e/ou interação. Portanto, cabe aqui uma análise maior a respeito do referido assunto.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o autismo é uma deficiência que limita o indivíduo em várias situações da vida, percebe-se, também, que se forem diagnosticados precocemente, terá uma maior possibilidade de um melhor desenvolvimento. Ainda na mesma linha de pensamento, o TEA não impede que essa criança venha a ter acesso à educação, pois existem leis e políticas públicas voltadas para atender suas demandas, incluindo-o enquanto cidadão à escola, que, se forem levados em consideração, e executados na prática, facilitarão a inclusão.

Dessa forma, o autismo não deve ser uma pretensão para a exclusão das crianças portadoras dessa deficiência, os alunos podem desenvolver-se e atingir objetivos propostos pela escola, se forem assistidos por profissionais com formação específica. Com isso, fica explícito que o distúrbio não pode ser motivo de exclusão, que a sociedade, diante do conhecimento sobre o autismo, colabore com a inclusão desses indivíduos que já possuem aspecto fortemente percebido de distanciamento social.

2.1 A criança autista e as dificuldades de aprendizagem

Atualmente, a temática autismo é amplamente discutida em vários cursos de graduação e pós-graduação na área pedagógica, tal discussão ganha grande espaço nos cursos de formações continuada, incluindo professores e coordenadores para suprir as necessidades das escolas.

Na visão de Cunha (2014), o autismo pode surgir nos primeiros meses de vida, mas, em geral, os sintomas tornam-se aparentes por volta dos três anos. Percebe-se na criança o uso insatisfatório de sinais sociais, emocionais e de comunicação, além da falta de reciprocidade afetiva. A comunicação não verbal é bastante limitada, as expressões gestuais são inexistentes, porque a criança não atribui valor simbólico a eles.

A necessidade de conhecer sobre o TEA tem crescido atualmente, e com isso conhecer sobre o assunto é importante para saber lidar com as dificuldades enfrentadas pelas escolas, quando se diz respeito à criança com autismo, a formação na área para ajudá-la é indispensável no ambiente escolar.

Segundo Ferrari (2007), o termo Autismo origina-se do termo grego *Autós*, que significa de si mesmo. Assim, pode-se afirmar que a pessoa com Autismo pode apresentar dificuldades no contexto social, no desenvolvimento da fala e na comunicação.

A pessoa autista não apresenta características físicas diferente das outras pessoas, é no convívio social e sobre seu comportamento que o autismo é percebido. Porém, nem toda criança que apresenta comportamento insociável pode ser autista. Dessa forma, pais ou responsável de crianças, que têm dificuldade de se relacionar e interagir socialmente, devem procurar um especialista na área para chegar ao diagnóstico.

No que diz respeito à dificuldade nas interações sociais, observa-se por parte das pessoas com autismo, uma dificuldade em estabelecer relações interpessoais, nota-se, algumas vezes, a falta de reação e interesse por outras pessoas, tais dificuldades são percebidas desde os primeiros anos de vida (SILVIA, 2011).

Segundo o referido autor, é nos primeiros anos de vida e nas relações sociais que o autismo é percebido. No entanto, muitas famílias não chegam a perceber tais manifestações e somente na escola, após algumas dificuldades, os professores alertam para a situação e assim a criança autista, na maioria das vezes, é excluída, pela falta de conhecimento dos familiares e também por falta de formação por parte dos profissionais.

Para nos comunicar, utilizamos a linguagem verbal para interagir socialmente e compreender o mundo ao nosso redor. Todavia, a pessoa autista mostra singularidade nesse aspecto, ela pode apontar atraso em sua linguagem podendo apresentar ecolalia - a repetição de sílabas ou palavras. A ecolalia no autismo pode ter vários propósitos, que podem mudar com o tempo. Algumas crianças com autismo imitam a fala sem entender o significado por trás desses sons. Elas podem usar a ecolalia como uma saída sensorial, uma maneira de se acalmar quando estão ansiosas ou para lidar com desafios sensoriais.

Nesse contexto, acerca da temática, assim afirma Praça (2011):

Assim, a pessoa autista permanece em seu mundo interior como um meio de fugir dos estímulos que a cerca no mundo externo. Outro motivo para o autista permanecer em seu universo interior é o fato de que, em geral, o autista sente dificuldade em se relacionar e em se comunicar com outras pessoas uma vez que ele não usa a fala como um meio de comunicação (PRAÇA, 2011, p. 25).

Portanto, as dificuldades de desenvolver o senso imaginário e conotativo do sentido de algumas palavras se torna uma das características perceptíveis na pessoa autista, além de dificuldade de compreensão na comunicação de caráter subjetivo, ela apresenta, também, dificuldade de memória, dentre outras.

Contudo, vale salientar que nem todas as pessoas com autismo podem ser atípicas de tais características, assim como as pessoas consideradas normais, algumas delas portam algumas dificuldades, diferentes de outras que não necessariamente são inseridas no mesmo aspecto de dificuldades.

A escola, dependendo de como ela está preparada para receber uma criança autista, pode despertar uma aprendizagem que favoreça aos seus anseios ou pode ser uma barreira para o desenvolvimento de suas habilidades. A criança com TEA demonstra desconforto em ambientes barulhentos, pode manusear objetos de forma diferente e dificuldades de concentração.

Surgindo desde o nascimento ou nos primeiros anos de vida proveniente de causas biológicas desconhecidas, o Autismo tem demandado inúmeras interrogações. Possui diferentes tipos de gravidade e está relacionado a outros sintomas que começam na infância, mas é abundantemente certo que o diagnóstico precoce, o tratamento especializado e a educação adequada melhoram a qualidade de vida em qualquer nível de comprometimento. O autismo é tratável (CUNHA, 2014).

O meio social exerce uma função importante para o desenvolvimento desses indivíduos, quando estimulados podem compreender aspectos favoráveis ao convívio e evoluir em sua aprendizagem. Sob a perspectiva de Vygotsky e Rego (1995), o cérebro, produto de uma longa evolução, é o substrato material da atividade psíquica que cada membro da espécie traz consigo ao nascer. No entanto, essa base material não significa um sistema imutável e fixo. As funções psicológicas especificamente humanas se originam nas relações entre o indivíduo e seu contexto social e cultural. Isto é, o desenvolvimento mental humano não é dado *a priori*, nem independente das formas sociais de vida.

Considerando o que foi exposto, comprova-se que a criança com autismo é capaz de aprender conceitos e desenvolver habilidades. Contudo, vale destacar que o ambiente escolar pode influenciar negativo e positivo para a construção de aprendizagem dos alunos autista. O que pode diferenciar da maioria das escolas que tem como público esses alunos é a metodologia que advém de um corpo docente preparado para lidar com a situação. Experiência essa adquirida por meio de formação continuada, que contribui favoravelmente para que o ambiente escolar inclua as crianças autistas de forma segura nas atividades diversas oferecidas na sala de aula, e garanta a aprendizagem delas em consonâncias às suas limitações.

Tratando-se acerca da inclusão do indivíduo na sala de aula do ensino regular, “as adaptações curriculares tornam-se de grande importância para propor ações que prevejam um currículo mais apropriado, [...] que busque alcançar as necessidades específicas apresentadas por esses alunos, [...]” (MANZOLI; SIGOLO, 2012, p, 90).

Outra forma de inclusão é a adequação do currículo escolar, que necessariamente precisa sofrer alterações para abranger também os discentes autistas. Para isso, dispensa-se a necessidade de rotulação, pois pode ocasionar sérios problemas afetivos na relação professor-aluno e aluno-aluno. Nesse sentido, os docentes devem estar atentos a todo tipo de comportamento em sala de aula, evitando discriminação e diferenças entre alunos.

Um dos desafios enfrentados pelos docentes em sala de aula é a alfabetização, que requer métodos que assegurem a compreensão de sons e letras. Nesse sentido, as crianças, nessa fase, precisam, através dos métodos, alcançarem a consciência fonológica para que consigam compreender os sinais gráficos que levará a leitura.

Marrou (1969 apud DIAS, 2014) explica que, nos estágios iniciais da alfabetização, soletrar uma palavra ou letra é usado como método. As crianças tinham que memorizar o nome das letras em sua ordem e só então começar a soletrá-las e associar o som e a forma escrita. Só, então, entraram famílias de sílabas e sílabas mais complexas. Foi um processo lento, bastante complexo em que o aluno levou pelo menos 4 anos para aprender.

Alfabetização é um estado ou condição alcançada por um grupo social ou indivíduo como resultado do domínio da escrita e de suas práticas sociais. Este

vocábulo contrasta fortemente com a alfabetização que significa ter aprendido a ler e escrever.

Nesse cenário da alfabetização, Cunha (2016, p. 81) evidencia que a escola é, em seu âmago, um ambiente que gera aprendizado de letramento e alfabetização, todavia, “[...] a ênfase dessa prática não pode estar centrada somente no processo de aquisição de códigos alfabéticos e numéricos, mas também, acima de tudo, nas experiências e vivências socioculturais, familiar e escolar”. Em síntese, o educador que deseja alfabetizar e letrar seu discente precisa compreender esse indivíduo bem como conhecer princípios e seus interesses, precisões, entendendo, desse jeito, seu universo, e seu desempenho educacional.

E quando se trata de alfabetizar criança com singularidade, a tarefa se torna um desafio um pouco maior. Em se tratando de alfabetização nos referimos a métodos e abordagem com foco na leitura e escrita dos alunos que se encontram matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental.

Os profissionais atuantes nos ambientes escolares, onde se encontram frequentes alunos autistas deve ser propício às suas dificuldades de aprendizagem, os materiais utilizados devem ser lúdicos, no intuito de intervir e atender as características da criança e reconhecer o seu grau cognitivo e social. Lembrando que os pais devem ser pessoas atuantes no processo de aprendizagem dos seus filhos.

Portanto, pais e educadores devem estimular as crianças a enfrentarem os problemas, oferecer segurança e apresentar as soluções em detrimento dos problemas. Com a participação dos pais, no processo de ensino aprendizagem, o aluno fica mais confiável, uma vez que percebemos que todos estão se interessando por ele, e também porque passamos a conhecer quais são as dificuldades e quais os conhecimentos que ele possui.

Com base em Amy (2001, p. 27-28):

A família tem um papel insubstituível de síntese das diferentes contribuições recebidas pela criança. É em família que tudo isso é assimilado. Nós não pensamos que os pais devam substituir os educadores, caso em que perderiam algo de seu papel insubstituível, nem, sobretudo, realizar o trabalho técnico dos profissionais [...].

Desse modo, a parceria entre escola e família é imprescindível, assim como a comunicação entre os profissionais que atuam em salas de ensino

regular e os profissionais das salas de AEE, que lidam com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), visto que a união resulta no progresso e na inclusão desse aluno no ambiente escolar.

3 APORTE METODOLOGICO

O procedimento adotado foi à pesquisa bibliográfica que teve o objetivo de fazer um aprofundamento teórico sobre o tema para melhor debatê-lo no contexto de confrontar a temática frente aos objetivos propostos. Utilizamos ainda da pesquisa qualitativa que contribui de forma significativa diante do assunto. A pesquisa qualitativa segundo Godoy (1995) apresenta o fenômeno descritivos do assunto, podemos observar que :

A pesquisa qualitativa não procura enumerar ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise de dados; envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares, procurando compreender os fenômenos segundo as perspectivas dos sujeitos. (GODOY, 1995, p.58).

A pesquisa qualitativa na visão desses teóricos traduz por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis, sendo assim, quando se trata dos sujeitos, levam-se em considerações seus traços subjetivos e suas particularidades. Tais pormenores não podem ser traduzidos em números quantificáveis.

4 RESULTADOS DE DISCUSSÕES

Diante das mudanças já existentes, podemos perceber alguns pontos positivos nas escolas, como profissionais que se habilitaram com a formação na área. Com isso, a escola tem se tornado um cenário de mudanças no diz respeito a esse assunto, que tem buscado qualificação profissional para melhor atuar com pessoas autistas, a oportunidade de uma educação inclusiva, aos gestores uma visão diferente na construção da Proposta Pedagógica, há muitos desafios a se enfrentar até que se alcance o desejado, uma educação igualitária para todos.

Percebe-se, ainda, que há muito a se conquistar quando se trata de inclusão, a aceitação das pessoas autistas nas salas de ensino regular, ainda não é o desejado, na verdade as escolas precisam passar por mudanças para que esses direitos sejam garantidos na íntegra. A falta de profissionais

habilitados e de recursos pedagógicos têm dificultado o atendimento às necessidades de alunos com habilidades diferenciadas.

Preservar o direito à educação não significa apenas reconhecer que a criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) necessita de relacionamentos sociais e educativos, condição essencial para o seu desenvolvimento, contudo, garantir que a ela ponha em atividade e desenvolva suas funções mentais e sociais, possibilitando o pleno exercício da vida social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho se propôs a discutir sobre a inclusão da criança autista no ambiente escolar, como também, melhorar a aprendizagem dela através metodologias para minimizar as dificuldades de aprendizagem. Visto que, todas as crianças têm direito a uma educação de qualidade, logo, estando matriculados em uma instituição de ensino, é preciso garantir que eles possam se desenvolver independente de qualquer deficiência ou transtorno de aprendizagem.

A escola precisa, em sua proposta pedagógica, conter os princípios e valores, destacando a necessidade de cooperação e de solidariedade entre todos os atores educacionais, manifestando sua preocupação com a inclusão, o respeito, com a intolerância na relação com os colegas. Observa-se que as escolas que se preocupam com essas questões e se dedicam em tratar as múltiplas questões educacionais, envolvendo a tolerância e a paciência diante dos seus alunos autistas, proporcionando um momento de diálogo entre todos.

Agindo assim, a escola não só investe em inclusão como também no vínculo afetivo entre os alunos, ocasionando o companheirismo e a solidariedade, como aprimora as trocas afetivas. Permitindo que eles avancem em demonstrações mais emocionais e, portanto, impulsivas e descontroladas, para atitudes de respeito, colaboração, ajuda mútua, e valorização de si e do outro.

Conclui-se que o direito da pessoa autista, vai além de tudo que foi conquistado até o momento, o respeito e a inclusão devem ser permanentes no cotidiano, para que ela tenha seu acesso e permanência no sistema de ensino garantido. Esse direito perpassa aceitação, inclusão de atividades no currículo escolar da educação básica, afetividade entre professor-aluno e aluno-aluno,

permitindo o aluno autista o contato com os diferentes conhecimentos trabalhados na sala de aula, facilitando sua interação com os demais e oportunizando a todos uma educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

AMY, Marie Dominique. **Enfrentando o Autismo**: a criança autista, seus pais e a relação terapêutica. Tradução de Sérgio Tolipan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Baptista, C. R. e Bosa, C. **Autismo e Educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 03 maio 2023.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Gerente, 2009.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2014.

DAWSON, Geraldine.; ROGER, Sally J. Conhecimento atual da aprendizagem Infantil e do Autismo. *In*: DAWSON, Geraldine.; ROGER, Sally J. **Intervenção Precoce em Crianças com Autismo**. Lisboa: Lidel, 2015.

DE LIMA, C.; As metodologias de intervenção no PEA. *In*: DE LIMA, Cláudia B. **Perturbações do Espectro Autismo**. Lisboa: Lidel, 2015.

DIAS, Rachel A. M. da S. **Alfabetização e Letramento**: concepções da Prática docente de alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UENF. dissertação. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Campos dos Goytacazes, 2014.

GARCIA, M.; LAMPREIA, C. Limites e possibilidades da identificação de risco de autismo no primeiro ano de vida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, n. 1, p. 300-308, 2011.

MOTA, Luciana; BRITES, Clay. **Mentes únicas**. São Paulo: Editora Gente, 2019.

ONZI, Z. F.; GOMES F. R. Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. *In*: **Caderno Pedagógico** – Univates, v. 12, n. 3, 2015. ORRÚ, Ester Silva. **Autismo**: o que os pais devem saber? 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

PRAÇA, E. T. P. de. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

RIVIÈRE, ÂNGEL. **O Autismo e os Transtornos Globais do Desenvolvimento**. In: Desenvolvimento Psicológico e Educação, Cesar Coll, Álvaro Marchesi, Jesus Palacios; trad. Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo**: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo: CRDA, 2008.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifacio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

SILVA, E. C. S. da. **A prática pedagógica na inclusão educacional de alunos com autismo**. 2011. 166f. Dissertação (Pós-graduação em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR PARA O ESPAÇO ESCOLAR

DOI 10.29327/5429192.1-4

Antônia Maria Cardoso e Silva
Estélio Silva Barbosa
Maria Oneide Lino da Silva

RESUMO

A Educação Inclusiva no ambiente escolar é uma modalidade de ensino e aprendizagem, com intuito de estimular o progresso da inclusão de crianças com deficiência. Dessa maneira, é relevante conhecer as possibilidades em relação à inclusão em todos os níveis de ensino e neste trabalho tem-se como foco o autismo. É necessário entender como as instituições de ensino recebem as crianças com deficiências, como são as estruturas físicas que garantam o acesso, ambientes adequados e apropriados para a locomoção e as questões pedagógicas como a formação continuada de professores, agentes de inclusão e gestores, bem como as estratégias metodológicas, visando nesse âmbito o acesso, a permanência e o aprendizado. Nesse contexto, o problema da pesquisa versa em compreender à luz da literatura já publicada, quais as possibilidades e a realidade da inclusão de crianças autistas no espaço escolar. O objetivo geral é analisar as possibilidades da inclusão da criança autista no espaço escolar; e os específicos - I) conhecer por meio da literatura especializada sobre o autismo; II) compreender quais as possibilidades da inclusão escolar para o aluno autista; e III) identificar o papel do professor no processo de inclusão. A pesquisa é de cunho qualitativo, com uso da pesquisa bibliográfica, a partir de teóricos como: Kanner (1943), Silva (2012), Mello et al. (2013), Sasaki (2010), Mantoan (2015), Ferreira (2018), Garofalo (2018), entre outros. Por fim, como resultados, compreende-se que a inclusão do aluno autista no espaço escolar de ensino necessita de se planejar práticas para esse tipo de aluno e atender suas necessidades para que tenha autonomia na vida familiar, escolar e social.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Inclusão Escolar; Autismo; Possibilidades.

ABSTRACT

Inclusive Education in the school environment is a teaching and learning modality, with the aim of stimulating progress in the inclusion of children with disabilities. Therefore, it is important to know the possibilities in relation to inclusion at all levels of education and this work focuses on autism. It is necessary to understand how educational institutions receive children with disabilities, what are the physical structures that guarantee access, adequate and appropriate environments for mobility and pedagogical issues such as the continued training

of teachers, inclusion agents and managers, as well as methodological strategies, aiming at access, permanence and learning in this context. In this context, the research problem is to understand, in light of the literature already published, what are the possibilities and reality of including autistic children in the school space. The general objective is to analyze the possibilities of including autistic children in the school space; and specific ones - I) know through specialized literature on autism; II) understand the possibilities of school inclusion for autistic students; and III) identify the role of the teacher in the inclusion process. The research is qualitative in nature, using bibliographical research, based on theorists such as: Kanner (1943), Silva (2012), Mello et al. (2013), Sassaki (2010), Mantoan (2015), Ferreira (2018), Garofalo (2018), among others. Finally, as results, it is understood that the inclusion of autistic students in the school teaching space requires planning practices for this type of student and meeting their needs so that they have autonomy in family, school and social life.

Keywords: Inclusive Education; School Inclusion; Autism. Possibilities.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a problemática relacionada à inclusão de alunos com autismo na educação escolar, com o objetivo de analisar e compreender as possibilidades oferecidas pela educação e o papel do professor nesse processo. Observa-se que, muitas vezes, o professor não se encontra preparado para receber adequadamente estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A inclusão é um tema amplamente discutido no cenário nacional e internacional. Refletir sobre essa questão envolve diferentes dimensões, pois não é possível implementar esse processo sem, primeiramente, considerar os sujeitos que dele necessitam, assegurando seus direitos ao acesso à educação de qualidade, à convivência social, além de outros bens e serviços. O direito à inclusão escolar está assegurado constitucionalmente, exigindo que os sistemas educacionais sejam inclusivos em todos os níveis, oferecendo oportunidades para que os alunos desenvolvam e alcancem plenamente seus talentos e habilidades.

Neste trabalho, o foco recai sobre o autismo, cujo nome técnico é Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este é um tema amplamente discutido, uma vez que ainda há necessidade de desenvolver técnicas voltadas para a promoção de habilidades e intervenções especializadas, considerando as condições essenciais para a inclusão de estudantes autistas no ambiente escolar. Embora existam diversos transtornos que afetam o desenvolvimento

físico, comportamental e comunicativo, o autismo ainda enfrenta o desconhecimento de muitos, que carecem de informações mais aprofundadas sobre o transtorno.

De acordo com Silva (2012), a criança autista apresenta uma diversidade de características que comprometem desde suas interações sociais até sua linguagem, necessitando, portanto, de apoio específico no processo de ensino-aprendizagem. A oferta de escolarização para todos, na perspectiva de incluir alunos com deficiência no espaço escolar, "aos poucos vem ocorrendo em nosso cenário educacional" (CARNEIRO, 2012, p. 13).

Diante disso, objetivo geral deste estudo consiste em analisar as possibilidades de inclusão de crianças autistas no espaço escolar; e os objetivos específicos são: examinar a literatura especializada sobre o autismo; compreender as possibilidades de inclusão escolar para o aluno autista; e identificar o papel do professor no processo de inclusão.

Nesse contexto, os direitos educacionais devem ser estendidos às pessoas com autismo, conforme garantido na Constituição Federal (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA (2012) e em outros dispositivos legais. Esses documentos asseguram o acesso à educação com as devidas adaptações que contemplem suas necessidades.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA CRIANÇAS AUTISTAS NO MEIO ESCOLAR

2.1 O autismo

O autismo – Transtorno do Espectro do Autismo é algo que ainda exige, muitas pesquisas, pois a cada descoberta, há um “fascínio”, como afirma o psiquiatra austríaco radicado nos Estados Unidos, o doutor Leo Kanner:

Desde 1938, chamaram-nos a atenção várias crianças cujo quadro difere tanto e tão peculiarmente de qualquer outro tipo conhecido até o momento que cada caso merece – e espero que venha a receber com o tempo – uma consideração detalhada de suas peculiaridades fascinantes (KANNER, 1943, p. 234 e 235).

Segundo Kanner (1943), o autismo apresentou-se como um mundo estranho e cheio de enigmas, vários anos se passaram e observa-se que ainda

é necessário enfrentar vários desafios que vão surgindo a cada dia. Ele define o autista como uma pessoa imprevisível, que vive mentalmente ausente, e que é necessária a realização de investigações e pesquisas.

Uma criança com autismo apresenta características especiais voltadas aos aspectos das relações sociais, comunicação e a insistência em não variar o ambiente. Nos primeiros momentos de pesquisa relacionada ao autismo, tais hoje consideradas essencialmente falsas, mas que foram fundamentais para chegarmos aos resultados de hoje, e aceita-se de forma universal que o melhor tratamento é a educação, nesse contexto Kanner afirma:

O autismo é um transtorno emocional, produzido por fatores emocionais ou afetivos inadequados na relação da criança com as figuras de criação. Tais fatores dão lugar a que a personalidade da criança não possa construir-se ou que se transtorna. Desse modo, mães e /ou pais incapazes de proporcionar o afeto necessário para a criação produzem uma alteração grave do desenvolvimento de crianças que teriam sido potencialmente normais e que seguramente possuem uma inteligência muito melhor do que parece, mas que não podem expressar por sua perturbação emocional ou de relação. (KANNER, 1943, p. 234 e 235).

A educação com pessoas com autismo e outros transtornos exigem mais recursos, pois os progressos são muito lentos, trata-se de um problema essencialmente qualitativo. É um desafio sério com relação a aceitação de seres “alheios”.

Silva (2012) apresenta de uma forma bem rica em detalhes, o que é ser uma criança com TEA (Transtorno do Espectro Autista) e suas especificidades. Segundo a autora, o TEA é “um transtorno global do desenvolvimento infantil que se manifesta antes dos 3 anos de idade e se prolonga por toda a vida”. Assim, o TEA caracteriza-se por “um conjunto de sintomas que afeta as áreas da socialização, comunicação e do comportamento”, e salienta-se que, dentre estas áreas, geralmente a mais comprometida é a interação social (SILVA, 2012, p. 6).

O interessante nas discussões de Silva (2012) é que seus estudos têm por base relatos vividos por sua equipe na clínica, onde atende essas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Isso aproxima a teoria com a prática,

proporcionando a vivência de cada momento, porém, cheios de grandes significados.

O diagnóstico dos indivíduos com TEA está precocemente no Brasil, mas por muitas vezes esses diagnósticos aconteciam em idade escolar ou quando o indivíduo já era adulto (MELLO *et al.*, 2013).

Sobre o tratamento, o material elaborado pelo Ministério da Saúde que abarca as diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com TEA, descreve que:

O tratamento deve ser estabelecido de modo acolhedor e humanizado, considerando o estado emocional da pessoa com TEA e seus familiares, direcionando suas ações ao desenvolvimento de funcionalidades e à compensação de limitações funcionais, como também à prevenção ou retardo de possível deterioração das capacidades funcionais, por meio de processos de habilitação e reabilitação focados no acompanhamento médico e no de outros profissionais de saúde envolvidos com as dimensões comportamentais, emocionais, cognitivas e de linguagem (oral, escrita e não verbal), pois estas são dimensões básicas à circulação e à pertença social das pessoas com TEA na sociedade (BRASIL, 2012, p. 57).

Portanto, quanto mais cedo houver diagnóstico, tratamento e intervenção, maior será a chance desse indivíduo desenvolver suas potencialidades e ser incluído na sociedade. Para tal, Mello *et al.* (2013) afirmam que: “As pessoas com transtornos do espectro do autismo, na sua maioria, têm necessidades especiais durante toda a vida - assisti-las envolve cuidados muito intensivos, desde a intervenção precoce até sua velhice”.

Conforme um estudo de Oliveira (2016) para a USP, estima-se que existam cerca de 2 milhões de autistas no Brasil, porém, esses milhões de brasileiros com TEA ainda não encontram-se em tratamento adequado ou até mesmo nem receberam o diagnóstico específico. É importante que haja um diagnóstico precoce, para isso é necessário que se tenha um trabalho em conjunto com diversas áreas, principalmente a saúde e a educação, fazendo um trabalho de intervenção. Segundo Mello *et al.* (2013, p. 83) “a intervenção para pessoas com para pessoas com autismo, deve ser guiada por objetivos mensuráveis que permita avaliar os resultados”.

Reforçando a ideia de que toda criança tem direito a educação e acesso à escola, e devem ter oportunidades de avanço, mostrando caminhos para que a organização da educação especial seja realizada, a inclusão se torna

necessária o mais cedo possível. Dessa forma, a criança se desenvolverá nas várias dimensões, inclusive na construção da identidade e do respeito à diversidade.

Nesse sentido, é importante compreender sobre a inclusão escolar do aluno autista, bem como do papel do professor frente a inclusão, discutidas nas seções seguintes.

2.2 A inclusão escolar do aluno autista

É importante analisar que a pessoa com deficiência enfrenta diversas dificuldades, mas com metodologias e estrutura adequada podem existir possibilidades no processo de inclusão escolar, possibilitando estimular as aprendizagens dos alunos independentes das limitações e capacidades.

De acordo com Sasaki (2010), é preciso entender a ideia dos fundamentos da inclusão dentro do espaço escolar no processo de estimular o desenvolvimento dos alunos em coletivos com os professores.

Sasaki (2010, p. 30-31) afirma ainda que:

A ideia de inclusão surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram expostas as pessoas com deficiência por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes de trabalhar, características essas atribuídas indistintamente a todos os portadores ou que tiveram alguma deficiência.

É crucial compreender os princípios da Educação Inclusiva para alunos com deficiência, a fim de viabilizar sua inclusão no ambiente escolar e social. De acordo com Mantoan (2015), a inclusão representa um modelo educacional que integra todas as crianças sem distinção, e uma escola inclusiva deve organizar seu sistema educacional para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência.

Ferreira (2018) sugere abordagens para superar os desafios da inclusão, destacando a importância de uma pedagogia centrada na criança, que deve focar nas habilidades em vez das deficiências. Essa abordagem deve incorporar conceitos como interdisciplinaridade e conscientização/sensibilização, afastando práticas cristalizadas e institucionalizadas que lidam apenas com a

homogeneidade. Ferreira defende que é necessário questionar valores, verdades e hábitos tradicionais para promover uma educação mais inclusiva.

Adicionalmente, Ferreira (2018) enfatiza a importância de utilizar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que fornece orientações para as instituições de ensino. Sobre a BNCC (2018) e a Educação Inclusiva, Ferreira (2018, p. 10) destaca:

A Base Nacional Comum Curricular é um grande avanço para a educação brasileira, pois abre oportunidades para uma educação mais inclusiva, que parta do olhar para o aluno e suas singularidades. Ela amplia as possibilidades para que as escolas busquem novas alternativas para ensinar a todos. Sendo assim, dialoga com os princípios do desenho Universal para a aprendizagem (DUA), que são: Proporcionar diversos meios para a aprendizagem; proporcionar diferentes formas para expressão do que foi aprendido e manter a motivação e permanência dos estudantes.

Como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) faz apenas menção a essa legislação, é necessário consultar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que também integram a Política Curricular Nacional, para obter uma compreensão mais aprofundada sobre a necessidade de pensar, organizar e promover uma educação comprometida com o processo de inclusão. Assim, as DCNs (2013) incentivam uma análise crítica da realidade existente, problematizando-a e buscando possibilidades de mudança.

Exige-se, pois, problematizar o desenho organizacional da instituição escolar, que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem. Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, [...] dos grupos historicamente excluídos. [...] todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas (BRASIL, 2013, p. 16).

No entanto, é compreensivo diante de fatores relevantes para o processo de conhecimento dos alunos no contexto histórico da Educação Inclusiva, é interessante analisar os pontos principais do ensino, de forma que possibilite a buscar os deveres e direito de cada aluno com ou sem deficiências, pois segundo Ferreira (2018, p. 04), a Educação Inclusiva é:

Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito a escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor.

É importante ressaltar que a Educação Inclusiva visa compreender e aplicar os conceitos necessários para a formação de cidadãos capacitados, com habilidades e conhecimentos adequados. O objetivo é desenvolver recursos e meios de comunicação, tanto educativos quanto governamentais, para promover uma inclusão verdadeiramente igualitária. Na visão de Sasaki (2010, p. 41):

É fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos.

No contexto da inclusão de alunos autistas, Santos (2008) afirma que a escola desempenha um papel crucial na investigação diagnóstica, pois é o primeiro ambiente de interação social separado da família. Neste espaço, a criança frequentemente enfrenta desafios significativos para se adaptar às regras sociais, um processo particularmente difícil para alunos com autismo.

Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem aprender, mas frequentemente enfrentam dificuldades ao ingressar no ambiente escolar. Essas dificuldades se tornam parte do cotidiano dos professores e da escola como um todo. Uma abordagem eficaz para melhorar a adaptação e reduzir as dificuldades enfrentadas pela criança é a adaptação do currículo (Cunha; Bordini; Caetano, 2016).

Suplino (2009, p. 02) destaca que: "para garantir o acesso, é necessário assegurar a permanência com qualidade". Assim, é essencial focar nos potenciais individuais de cada aluno e garantir que o educador transmita confiança e segurança, possibilitando uma aprendizagem significativa. Além disso, "para alcançar um ensino de qualidade, é necessário um currículo apropriado que promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e o uso de recursos, entre outros" (BRANDE; ZANFELICE, 2012, p. 44).

Valle e Maia (2010, p. 23) definem a adaptação curricular como "o conjunto de modificações realizadas nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender às diferenças individuais dos alunos". As adequações curriculares têm o objetivo de flexibilizar e viabilizar o acesso às diretrizes do currículo regular, sem criar uma nova proposta curricular. Elas estabelecem um currículo dinâmico, modificável e

expansível, que busca atender efetivamente a todos os alunos. Essa flexibilidade é facilitada pela presença de profissionais de sala de recursos na escola, que contribuem para o planejamento das ações pedagógicas e do conteúdo a ser ensinado (VALLE; MAIA, 2010).

Garofalo (2018, p. 03) discute a importância da flexibilização curricular, abordando as dificuldades e a relevância dessa prática:

É necessário flexibilizar o currículo, adaptando-o às necessidades e realidades de cada estudante. Sabemos que não é uma tarefa fácil, principalmente quando faltam recursos, mas é um passo essencial na construção de aprendizagem destes alunos. Preservar a diversidade no contexto escolar representa uma oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais, com ênfase nas competências e habilidades dos estudantes, incentivando uma pedagogia humanizadora que desenvolve capacidades interpessoais. A educação inclusiva é um caminho para contemplar a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça propostas e que atenda às reais necessidades de cada um, criando espaços de convivência. São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e as alternativas realizadas pelos professores são fundamentais a este processo.

Outro aspecto crucial no trabalho com crianças autistas é a rotina. Gikovate (2009, p. 15) destaca que a interrupção de uma rotina pode levar a um comportamento agitado, no qual a criança resiste a seguir adiante até que o padrão anterior seja restabelecido. Para essas crianças, a rotina é essencial para a organização espacial e temporal, facilitando o processo de aprendizagem.

Lopes e Pavelacki (2005, p. 3) enfatizam que, além das técnicas pedagógicas utilizadas em sala de aula, a rotina diária desempenha um papel vital na educação de alunos autistas. Alterações na rotina podem impactar negativamente o comportamento da criança.

Portanto, a inclusão de crianças autistas no ambiente escolar requer planejamento e ações criteriosas. Esse processo não se limita a uma única realidade; é fundamental considerar o contexto específico da escola e as condições individuais de cada aluno autista para fornecer uma orientação adequada e promover o suporte inclusivo necessário. Isso demanda um esforço colaborativo entre profissionais da saúde, educadores especializados em inclusão e familiares, assegurando que o trabalho realizado seja eficaz e apropriado às necessidades de cada aluno.

2.3 O papel do professor frente a inclusão

Um professor habilidoso pode abrir portas para inúmeras oportunidades, compreendendo como cada criança com autismo processa informações e quais estratégias de ensino são mais eficazes, tendo em vista a singularidade de seus pontos fortes, interesses e habilidades potenciais.

É crucial que os professores utilizem recursos tecnológicos e metodologias lúdicas para estimular o desenvolvimento da aprendizagem e alcançar resultados eficazes na Educação Inclusiva. Sant'Ana (2005) ressalta a necessidade de que os professores sejam adequadamente instrumentalizados para atender às peculiaridades dos alunos, respeitando suas individualidades.

Educar uma criança com autismo representa um desafio tanto para os pais quanto para os profissionais da educação. Cleuci Mara Barbosa Martins, neuropsicopedagoga e professora especializada em Educação Inclusiva, afirma que os obstáculos enfrentados por alunos autistas podem ser mitigados com intervenções adequadas. Ela destaca que a preparação deve ser abrangente, desde o profissional que recebe o aluno no portão até aqueles responsáveis por prepará-lo para as atividades diárias.

Cleuci Martins enfatiza que uma das dificuldades mais significativas enfrentadas por alunos autistas em escolas inadequadamente preparadas é a integração sensorial. Isso ocorre porque a percepção e o processamento das informações sensoriais por esses alunos diferem das experiências de outras pessoas.

Na mesma linha, Fumegalli (2012) argumenta que o professor deve desenvolver metodologias de aprendizagem que possibilitem ao aluno autista a comunicação e o desenvolvimento conforme seu nível de desenvolvimento, idade e interesses. O principal objetivo é o ensino contínuo, essencial para promover a independência do aluno.

Trabalhar com alunos autistas exige a criação de práticas e estratégias pedagógicas que acolham e respeitem as diferenças (GAUDERER; PRAÇA, 2011). Os desafios associados a essa tarefa são consideráveis, demandando não apenas conhecimento acadêmico, mas também sensibilidade e perspicácia

por parte do professor para compreender e trabalhar eficazmente com o aluno autista.

Neste contexto, a inclusão de um aluno com TEA requer que o professor estabeleça um vínculo com o aluno e compreenda as interações entre eles. Isso permite a elaboração de estratégias de ensino que promovam a participação e a interação mútua dos alunos (FAVORETTO; LAMÔNICA, 2014).

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, utilizando-se da metodologia de pesquisa bibliográfica, com base em teóricos como Kanner (1943), Silva (2012), Mello et al. (2013), Sasaki (2010), Mantoan (2015), Ferreira (2018), Garofalo (2018), entre outros. A pesquisa qualitativa preocupa-se com níveis de realidade que não podem ser quantificados, trabalhando com um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2014). Minayo também destaca que a abordagem qualitativa busca interpretar aspectos relacionados às ações humanas e os significados associados ao objeto de análise, diferenciando-se, assim, da abordagem quantitativa.

De acordo com Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é uma metodologia que fundamenta teoricamente outras metodologias investigativas, especialmente aquelas que exigem estudos exploratórios ou descritivos, pois oferece uma visão abrangente da problemática investigada. Isso possibilita a construção de um referencial conceitual robusto em torno do objeto de estudo. Segundo Gil (2017, p. 45):

[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a uma análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

De acordo com Gil (2017), Marconi e Lakatos (2017) e Stumpf (2011), a pesquisa bibliográfica é composta por etapas distintas, cada uma com

características bem definidas. A distinção e a clareza entre essas etapas constituem um pressuposto básico para a organização do percurso investigativo e, conseqüentemente, para o sucesso dos resultados da pesquisa. O primeiro e mais importante passo nessa trajetória é a formulação do problema de pesquisa, ou seja, a problematização. Esta deve considerar alguns aspectos essenciais, como o interesse do pesquisador, a relevância teórica e prática, a adequação à qualificação do pesquisador, a disponibilidade e suficiência de material bibliográfico, o tempo disponível e as condições de trabalho para a realização da pesquisa (GIL, 2017).

É fundamental destacar que o uso da pesquisa bibliográfica busca, na literatura especializada, métodos e recursos pedagógicos que favoreçam a inserção de alunos com deficiência no ambiente escolar, considerando o contexto educacional e profissional, especialmente no âmbito da Educação Inclusiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo teve como objetivo analisar as possibilidades de inclusão da criança autista no ambiente escolar, destacando as estratégias possíveis e o papel desempenhado pelo professor. Para tanto, a partir da análise teórica, foram selecionados autores que discutem de forma aprofundada a temática da inclusão escolar.

Quadro 1 - Principais teóricos analisados

Autor/ano	Título	Principais ideias
Kanner (1943)	Autistic Disturbances of Affective Contact	O autista é um indivíduo acometido por um distúrbio do contato afetivo, isento de linguagem, incapaz de efetuar trocas socioafetivas com o outro, estando imerso e recluso em seu próprio mundo interior
Silva (2012)	Mundo Singular - Entenda o Autismo	O autismo é um conjunto de sintomas que afeta as áreas da socialização, comunicação e do comportamento
Mello <i>et al.</i> (2013)	Retratos do autismo no Brasil	A intervenção para pessoas com autismo, deve ser guiada por objetivos mensuráveis que permita avaliar os resultados
Sassaki (2010)	Inclusão: construindo uma sociedade para todos	A ideia de inclusão surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram expostas as pessoas com deficiência por vários séculos

Mantoan (2015)	Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?	A inclusão é um modelo de educação que integra todas as crianças sem fazer nenhuma distinção, e as escolas regulares que são inclusivas propõem uma organização no sistema educacional para que possam atender as necessidades apresentadas pelos alunos deficientes
Ferreira (2018)	Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer	A Educação Inclusiva é uma Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito a escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor
Garofalo (2018)	Como as metodologias ativas favorecem o aprendizado	É necessário flexibilizar o currículo, adaptando-o às necessidades e realidades de cada estudante. Sabemos que não é uma tarefa fácil, principalmente quando faltam recursos, mas é um passo essencial na construção de aprendizagem destes alunos
Lopes; Pavelacki (2005)	Técnicas utilizadas na educação de autistas	Além das técnicas que deve-se utilizar em sala, a rotina diária é muito importante na educação do autista, a qual não deve ser alterada, pois qualquer mudança pode refletir no comportamento da criança
Gauderer; Praça, 2011	Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular	Trabalhar com alunos autistas exige o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas que acolham todos e respeitem as diferenças
Favoretto; Lamônica, 2014	Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico	A inclusão de um aluno com TEA implica na necessidade de o professor conhecer e construir primeiramente um vínculo com seus alunos, bem como entender a relação entre eles, para então possibilitar a elaboração de estratégias de ensino em benefício da aprendizagem da turma

Fonte: Autora deste trabalho (2024).

A partir do exposto e das discussões levantadas no referencial teórico, a pesquisa bibliográfica evidencia que o papel do docente em relação à inclusão, assim como a construção de vínculos entre o professor, a escola e o aluno, é de grande relevância nesse processo. Segundo Ferreira (2018), cabe à escola fornecer aos professores capacitação e formação continuada, preparando-os para lidar com essas demandas. Além disso, é necessário cuidar atentamente das adaptações e equipamentos que se façam imprescindíveis para garantir o sucesso do processo de aprendizagem.

Existem alguns aspectos que podem favorecer a prática pedagógica do professor no atendimento de alunos com TEA, como o conhecimento sobre as características diagnósticas do transtorno. Dessa forma, é essencial que o

docente compreenda as peculiaridades do autismo para otimizar sua atuação em sala de aula.

Nesse sentido, Lopes e Pavelacki (2005) ressaltam que a sala de aula deve apresentar uma baixa estimulação visual, a fim de evitar que a criança desvie sua atenção da atividade proposta. O ambiente educacional deve ser tranquilo e acolhedor, de modo a não exacerbar os movimentos estereotipados dos alunos (Lopes; Pavelacki, 2005).

Favoretto e Lamônica (2014) destacam que o professor de uma turma com alunos incluídos precisa, primeiramente, compreender a relação que estabelece com seus alunos, bem como as interações entre eles. A partir desse entendimento, é possível desenvolver estratégias de ensino que beneficiem a aprendizagem coletiva. Tais estratégias devem, sobretudo, estimular a participação e a interação mútua, respeitando as especificidades de cada aluno.

Nesse contexto, percebe-se que as expectativas em relação ao desenvolvimento da criança com TEA podem influenciar o investimento do professor em suas práticas pedagógicas. No entanto, essas mesmas expectativas podem gerar frustrações, sentimento de culpa e angústia no docente, reforçando a importância de se compreender as características do transtorno. Para Mantoan (2015), o professor não é apenas um transmissor de conhecimento, mas um orientador. Portanto, formar o docente na perspectiva da Educação Inclusiva implica ressignificar seu papel dentro do processo educativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com autismo no ambiente escolar é uma conquista garantida por lei, sendo que, conforme a literatura analisada, o convívio social contribui significativamente para o desenvolvimento desses alunos.

É importante destacar que a inclusão constitui um processo contínuo, sempre sujeito a melhorias com base em uma análise atenta dos aspectos positivos e negativos. Esse processo envolve a colaboração entre família, escola e comunidade escolar. Para que a inclusão não permaneça apenas no campo teórico, é necessário observar as condições essenciais para sua efetivação. Caso contrário, uma escola que se define como inclusiva pode, na prática,

prejudicar o aluno autista ao não oferecer os recursos e ações adequados para a sua real integração.

A pesquisa bibliográfica também destacou o papel dos professores, revelando que, de acordo com os autores investigados, ainda há uma lacuna significativa no preparo dos docentes para lidar com alunos com TEA. Muitos professores não adaptam o currículo nem sistematizam as aulas de forma a atender às necessidades específicas desses alunos, mantendo uma rotina inadequada.

Em relação ao currículo, este deve ser estruturado de maneira a promover a autonomia do indivíduo, capacitando-o a desenvolver atividades do cotidiano. Isso contribui diretamente para o desenvolvimento da autonomia da criança autista. Quando a escola aplica, na prática, o que é proposto pela teoria, novos conhecimentos e comportamentos são desenvolvidos pelos alunos, permitindo a superação de seus déficits sociais, tornando a escola, de fato, inclusiva.

A rotina, por sua vez, é outro fator de extrema importância na educação de crianças autistas, sendo fundamental para que elas se situem no tempo e no espaço. No entanto, essa rotina precisa ser cuidadosamente estruturada, pois qualquer alteração pode impactar o comportamento do aluno de maneira significativa.

Dessa forma, é imprescindível que o professor enxergue a criança, seja ela com autismo ou outra deficiência, como um sujeito plenamente capaz de aprender. Além disso, é crucial que o poder público avance nesse debate, superando os limites da sala de aula e promovendo a integração com a comunidade escolar. Por fim, é essencial o desenvolvimento de mais intervenções e pesquisas voltadas para o TEA, a fim de contribuir para a inclusão efetiva e garantir uma educação que valorize a diversidade em todos os níveis de ensino.

REFERÊNCIAS

BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2013-pdf/13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf> Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em: 10 ago. 2023.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. **Formação de professores: da educação especial à inclusiva – alguns apontamentos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

CUNHA, Gracielle Rodrigues da; BORDINI, Daniela; CAETANO, Sheila Cavalcante. Autismo, transtornos do espectro do autismo. In: CAETANO, Sheila Cavalcante; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; PAULA, Fraulein Vidigal de; RESENDE, Briseida Dôgo de; MÓDOLO, Marcelo (Orgs.). **Autismo, linguagem e cognição**. Jundiaí: Paco, 2015.

FAVORETTO, N. C.; LAMÔNICA, D. A. C. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 20(1), 2014.

FERREIRA, F. **Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer**. PROESC. 2018.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. **Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos?** Ijuí, 2012 – Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/rita%20monografia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 jul. 2023.

GAROFALO, D. **Como as metodologias ativas favorecem o aprendizado**. 2018.

GAUDERER, E. C.; PRAÇA, E. T. P. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. 2011.

GIKOVATE, Carla Gruber. **Autismo**: compreendendo para melhor incluir. Rio de Janeiro, 2009. 35 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KANNER, Leo. **Autistic Disturbances of Affective Contact**. *Nervous Child*, n. 2, p. 217-250, 1943.

LOPES, Daniele Centeno; PAVELACKI, Luiz Fernandes. **Técnicas utilizadas na educação de autistas**. 2005. 11 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar** - O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELLO, Ana Maria *et al.* **Retratos do autismo no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: AMA, 2013.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Carolina. **Um retrato do autismo no Brasil**. São Paulo, 2016.

SANT'ANA, Izabella Mendes. **Educação Inclusiva**: concepções de professores e diretores. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular** - Entenda o Autismo. Rio de Janeiro: Editora Fontanar, 2012.

SUPLINO, Maryse. **Currículo funcional natural**: guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005.

STUMPF, I. R. C. **Pesquisa Bibliografia**. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. **Aprendizagem e comportamento humano**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

DISLEXIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DYSLEXIA IN THE EARLY GRADES OF ELEMENTARY SCHOOL

DOI 10.29327/5429192.1-5

Isabella Da Silva Leal
Lidiane Gomes Da Costa
Deyvis Dos Santos Costa Castro

RESUMO

Este artigo aborda a temática da dislexia nos anos iniciais, em particular, do 1º ao 3º ano. Tem como problemática: Quais recursos vêm sendo utilizados pelos professores na alfabetização do disléxico nas séries iniciais do ensino fundamental? Objetivo geral deste projeto é analisar práticas pedagógicas frente à criança disléxica. Os objetivos específicos: Explorar estratégias de aprendizagem que favoreçam o aprendizado do disléxico, compreender a metodologia aplicada pelos professores; analisar práticas pedagógicas de aprendizagem mais personalizada. O percurso metodológico consta um levantamento bibliográfico. Os resultados apontam que a educação reconhece as dificuldades destes alunos, muito poderia contribuir para o desenvolvimento do mesmo. Com a colaboração, acompanhamento interdisciplinar, família, escola profissionais competentes. O professor é indispensável neste caminho, identificando em um primeiro momento, compreendendo e ajudando essas crianças em seu desenvolvimento educativo.

Palavras chave: Dislexia, Alfabetização Personalizada, Prática Pedagógica.

ABSTRACT

This article addresses the issue of dyslexia in the early years, in particular, the 1st. to the 3rd. year. The problem is: What resources are being used by teachers in dyslexic literacy in the early grades of elementary school? The general objective of this project is to analyze pedagogical practices for dyslexic children. Specific objectives: Explore learning strategies that favor dyslexic learning, understand the methodology applied by teachers; analyze pedagogical practices for more personalized learning. methodological path includes a bibliographic survey. The results show that. The results indicate that education recognizes the difficulties of these students, much could contribute to the development of it. With collaboration, interdisciplinary monitoring, family, competent professional school. The teacher is indispensable in this path, identifying at first, understanding and helping these children in their educational development.

Key words: Dyslexia. Personalized Literacy. Pedagogical Practice.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como base de pesquisa dislexia nas séries iniciais do 1º ao 3º ano. A dislexia é um transtorno desenvolvimento do aprendizado de

possível falha na função neurológica, possui falha na fala, na escrita, na decodificação e em soletração refletindo em questões fonoaudiológicas, atraso no aprendizado perda das habilidades cognitivas.

São diversificadas suas características sintomáticas em destaque a dificuldade de decodificação alfabética, dificuldade em associar o som com as palavras, troca de fonemas, conflito com sonorizações idênticas.

Vive-se em uma sociedade, então se faz necessário priorizar um bom aprendizado escolar. Assim, é necessário que cada aluno canalize suas características e a comunidade social a qual está inserida. Precisa-se buscar a progressão continuada, afinal a dificuldade de aprendizado, socialização na educação, tem inúmeros reflexos. Este processo é complexo e exige habilidades específicas, tanto motoras, cognitivas e biológicas.

Assim a escolha dessa temática deve-se ao fato da necessidade de estudo aprofundado acerca para criança disléxica frente a metodologia utilizada pelo professor em sala de aula, especialmente na educação do ensino fundamental como problemática para este estudo vem à indagação: quais recursos vêm sendo utilizados pelos professores na alfabetização do disléxico nas séries iniciais do ensino fundamental?

Sendo assim o objetivo geral deste projeto é analisar práticas pedagógicas frente à criança disléxica. E os objetivos específicos foram: explorar estratégias de aprendizagem que favoreçam o aprendizado do disléxico, compreender a metodologia aplicada pelos professores; analisar práticas pedagógicas de aprendizagem mais personalizada.

Para levantamento de Hipóteses, partiu-se para os seguintes questionamentos: A criança disléxica sofre de alguma patologia? A escola aplica método adequado para trabalhar com crianças disléxicas? A criança disléxica tem atenção necessária para um bom aprendizado?

Este profissional que ampliará ações voltadas para a formação do indivíduo enquanto cidadão com estratégias metodológicas de aprendizagem aplicadas a crianças disléxicas.

Com isso, desperta o interesse de refletirmos sobre a importância do cotidiano escolar da criança disléxica. Visto que a educação inclusiva é um direito conquistado.

Assim, para se falar de sistema de ensino é necessário garantir aos alunos com necessidades especiais uma educação especial. O intuito desse serviço é assegurar um conjunto de recursos organizados institucionalmente para apoiar complementar, e, em alguns casos, combinar os serviços educacionais corriqueiros escolares e desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais independentes de nível, etapa e modalidade da educação.

Com isso, cresce a necessidade de refletirmos sobre a criança disléxica no cotidiano escolar, visto que hoje, faz parte da maioria das escolas e das práticas de alguns educadores que almejam êxito para seus alunos. E como educadores, é necessário repensar sobre tais práticas, para melhor atender às necessidades desses alunos que, muitas vezes, esperam de seus professores algo diferente e significativo.

O estudo será esteado em pesquisas bibliográficas de cunho qualitativo com pesquisas em livros, artigos, periódicos e sites específicos sobre dislexia.

Quanto aos resultados expectáveis com o presente estudo, espera-se contribuir para o aprimoramento do docente e permitir a conclusão de novos conhecimentos para atuação na prática por meio de novas pesquisas pode se formular novos métodos de ensino-aprendizagem, melhorar ação docente-discente, crescer, amadurecer desenvolver-se profissionalmente.

2. DISLEXIA: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

A dislexia é um transtorno de aprendizagem com características hereditárias e genéticas que hora começa o processo de decodificação dos códigos de momento da leitura disfunção neurológica.

Suas principais características: Dificuldade em memorizar cânticos, nomear as palavras diferentes do que realmente ela é; começa a fugir, tem dificuldades em aprender vogais, confundi A com E; dificuldade em perceber que as vogais formam sílabas e as sílabas formam palavras.

A dislexia não afeta a inteligência. Ela atinge o processo cognitivo e visuais e auditivos. Atividades como rimas despertam a consciência fonológica, brincadeiras como achar erros e caça-palavras aumentam a percepção visual.

É importante mencionar que é necessária a atuação de diversos profissionais para o diagnóstico de dislexia: fonoaudiólogo, psicopedagogo, neuropsicopedagogo, psicólogo, fisioterapeuta, para verificar se não existem outros distúrbios ou problemas de aprendizagem, de modo a conscientizar a família da importância do acompanhamento periódico.

Neste caso, o professor tem a função de observar as possíveis dificuldades dos alunos em classe, comunicara às famílias e orientá-las a buscar ajuda profissional.

2.1 Definindo aprendizagem e suas dificuldades

Observa-se que dificuldade de aprendizagem pode ocorrer durante todo o período escolar, o que muda são apenas situações que se apresentam de maneiras diferentes. O diferencial é que o professor trabalhando com a família do aluno, visa descobrir o que representando dificuldades no aprendizado do aluno.

A origem de a palavra aprender vem do latim *apprendere*; que significa, "passar a ter conhecimento sobre". A palavra aprendizagem vem de aprender, de ad "junto", mas "*prehendere*" com o sentido de "levar para junto de si", "levar para ajudar memória". Com ênfase Educacional professor é o coautor no processo de aprendizagem do seu aluno, ou seja, o reconhecimento é constituído e reconstituído como constantemente. (DSM-N-TR,2003)

Aprendizagem no ser humano ocorre naturalmente, aprendemos a andar, falar, comer, dessa mesma forma ocorre o processo de aprendizagem escolar, porém, as crianças que apresentam certas dificuldades no decorrer da sua alfabetização.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), desde 1996 está em vigor, assegurando alunos com necessidades especiais requestados pela sociedade. Outro motivo pelo qual denominações que rotulam devem ser inventadas reside no fato de elas, na prática, não são suficientes para expressar toda amplitude de caracterização do aluno da Educação Especial.

Sobre as dificuldades de aprendizagem, Fonseca (1995) afirma que:

Dificuldade de aprendizagem é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de transtornos que se manifestam por dificuldades significativas na aquisição e uso da escuta, fala leitura, escrita,

raciocínio e habilidades matemáticas. Esses transtornos são intrínsecos ao indivíduo, supondo-se devido à disfunção do sistema nervoso central, e podem ocorrer ao longo do ciclo vital. Podem existir, junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas da auto-regulação, percepção social e interação social, mas não constituem por si próprias, uma dificuldade da aprendizagem. (FONSECA1995, p. 81).

O (a) autor (a) também afirma que dificuldades de aprendizagem podem ocorrer durante todo o período escolar. Qualquer problema de aprendizagem leva o trabalho do professor em conjunto com a família da criança, faz se uma análise e levanta características, visando obter soluções:

Ainda que as dificuldades de aprendizagem possam ocorrer concomitantemente com outras condições incapacitantes, por exemplo: deficiências sensoriais, retardamento mental, transtornos emocionais graves ou com influências extrínsecas (tais como as diferenças culturais, instruções inapropriada ou insuficiente), não são o resultado dessas condições ou influências. Por isso, a necessidade de identificação e diagnóstico precoce dessas alterações no curso normal do desenvolvimento [, pois] evita posteriores consequências educacionais e sociais desfavoráveis. (JARDIM, 2003, p. 27).

Entende se que é importante estabelecer a diferença entre um diagnóstico e uma impressão superficial. A finalidade dos diagnósticos é oferecer os tratamentos adequados. O professor é uma ferramenta de grande peso, pois ele deve avaliar as dificuldades da criança de maneira individual.

Pode se considerar que o problema de aprendizagem vem dos problemas cognitivos, um dos fatores que podem encadear los são a desestruturação familiar, as condições de aprendizagens que as escolas ofertam aos alunos. A seguir será apresentada a diferença entre dificuldade de aprendizagem é transtorno de aprendizagem alguns obstáculos enfrentados por algumas crianças no decorrer de seu desenvolvimento escolar.

2.2 Outras dificuldades de aprendizagem presentes na escola

São diversas dificuldades presentes no contexto da sala de aula. É importante que o professor tenha sensibilidade para observar o comportamento dos alunos, orientar suas práticas e estar disponível para colaborar caso o aluno demonstre alguma dificuldade.

O professor na maioria dos casos é o primeiro a identificar que a criança está com alguma dificuldade, mas é preciso atenção do dos membros da família

para o desenvolvimento e comportamento da criança mediante as dificuldades diárias em seu lar ou na vida escolar. Existem vários transtornos que limitam a criança ter um bom desenvolvimento no ensino-aprendizagem é preciso respeitar as especialidades de cada criança.

O primeiro exemplo é Disortografia, que se trata de um transtorno específico de aprendizagem com prejuízo na expressão escrita. Este transtorno tem como principais sintomas: omissões de letras, adições de letras, inversões de letras, substituições de letras com sons semelhantes, substituições de letras com formas semelhantes, aplicações incorretas das regras gramaticais.

O segundo exemplo é a disgrafia. De acordo com a DSM-V (APA, 2014), disgrafia é o transtorno específico de aprendizagem com prejuízo na expressão da escrita reconhecida por alterações funcionais na parte motora, no ato de escrever que afeta a qualidade da escrita caligráfica; tem como principais sintomas: dificuldade para escrever, letra ilegível (até para criança que escreve) escrita com função de letra maiúscula e minúscula, dificuldade em distinguir letras maiúsculas e minúsculas, habilidade de escrita baixa abaixo da idade, dificuldade de alinhamento e espaçamento de letras e palavras, velocidade da escrita caligráfica, ainda sobre a escrita Cisca diz:

A escrita representa não somente a última e mais complexa habilidade adquirida durante o processo de desenvolvimento, mas também é a mais vulnerável a danos, perdas e influências genéticas adversas". (CISCA 2009, p.185)

De forma breve e clara, será dita a diferença entre disgrafia e disortografia, disgrafia afeta o perceptomotor na formação da letra e números já disortografia sua dificuldade está associada a organização das palavras, frases e textos.

2.3 Dislexia na sala de aula

Etimologicamente, Dislexia dis- distúrbio, lexia (latim)- leitura: lexia (grego) – linguagem: dislexia- dificuldades na leitura e na escrita. Na opinião de *PEANUTS. COLLECTOR CLUB*, a definição mais usada é a do comitê de abril de 1994, da Internacional *Dislexia Association- IDA*. Dislexia é um dos muitos distúrbios de aprendizagem. É um distúrbio específico de linguagem de origem constitucional, caracterizado pela dificuldade de decodificar palavras.

São diversas as dificuldades no âmbito escolar, havendo comprometimento de habilidades, haverá uma eficácia no aprendizado e na leitura, podendo determinar prejuízos persistentes e difusos. Com o avanço do conhecimento sobre transtornos como a Dislexia, tem se melhorado a compreensão sobre estas funções, orientando estratégias mais personalizadas e eficazes de intervenção.

A atenção é o principal acesso a informação, ela controla o que é relevante para o cérebro, facilita a percepção, a memória e a resposta motora. A leitura é adversa da fala, não é aprendida de forma intuitiva.

Esse trabalho acontece por um trabalho sequencial das habilidades envolvidas. A leitura tem como objetivo a compreensão e decodificação. A linguagem escrita é a principal ferramenta de acesso e avaliação dos conteúdos escolares.

Avaliar de forma minuciosa e crucial para se entender os adversos perfis já que a atenção e leitura são habilidades diversas e complexas que variam entre cada indivíduo. A leitura deve ser estimulada como atividade de prazer também praticada fora da escola.

2.4. Nomenclaturas mais comuns feitas à dislexia

Apesar de uma boa escolaridade, a dislexia persiste caso contrário era eles confundiram dislexia como má disciplina. É no ambiente escolar que as crianças mais demonstram suas frustrações afinal escola local é onde a leitura e a escrita são permanentemente utilizadas e sobretudo valorizadas. Sempre houve disléxos nas escolas, entretanto claramente ela não foi feita para os disléxicos. Metodologia, organização, avaliação se encaixa com eles não é por acaso que muitos evadem.

De acordo com Castro:

Assim, visando a melhor compreensão do uso da linguagem escrita no cotidiano da criança bem como a experimentação, compreensão e uso de diferentes códigos escritos, é imprescindível a estimulação à escrita por parte dos professores dentro da sala de aula em situações de aprendizagem variadas. (CASTRO, 2017, p. 39).

Na visão do autor, compreende-se que, a escola é um lugar de construção de valores, justiça, generosidade, compartilhamento, afinal o maior aprendizado

que levamos é pra vida. O professor é uma ferramenta de grande peso, pois ele deve avaliar as dificuldades da criança de maneira individual.

2.5 Causas da dislexia

Vamos entender melhor o funcionamento do cérebro, para se entender melhor as causas da dislexia.

Davis, Ronald diz:

...A genialidade deles não ocorre apesar da dislexia, mas por causa dela!

(Davis, Ronald, 2004, p.31)

A dislexia não afeta a inteligência, afeta os processos cognitivos e visuais e auditivos, é o transtorno da aprendizagem específico da leitura, com características hereditárias e genéticas que acomete o processo de decodificação dos códigos no momento da leitura. Transtorno do neurodesenvolvimento e do desenvolvimento, ou seja, é algo que tem que se aprender a conviver com ele.

Principais características:

- 4 A 5 anos – dificuldade em memorizar cantigas, nomear palavras diferentes do que realmente ela é.
- 6 anos – primeiro contato com o caderno. Começa a fugir, ter dificuldade em aprender vogais, confundi A com E.
- 7 anos – dificuldade em perceber que as letras formam sílabas e as sílabas formam palavras.
- 8 Anos – a leitura não está suficiente.

2.6 Disfunção neurológica

De acordo com *Internacional Dyslexia Association*:

Dislexia é um dos muitos distúrbios de aprendizagem... Estas dificuldades de decodificar palavras simples não são adequadas em relação a idade. Apesar de submetida a instrução, convencional, adequada inteligência, oportunidade sócio – cultural e não possuir distúrbios cognitivos e sensoriais fundamentais, a criança falha no

processo de aquisição da linguagem. (*Peanuts Colletion Club Comitê* de Abril, 1994, Internacional, fonte site 10 minutos)

Segundo a *Internacional Dyslexia Association* : as principais características físicas são:

1. Fonológica. Comum a fazer a troca de letras ao escrever, falar e ouvir. Troca F por V.
2. Visual. Não reconhece a palavra como um todo. Ex: troca P por B, M por W, A por E. Alteração de inversão.
3. Mista. Dificuldade de decodificação, matemática...

A identificação do espectro da dislexia não é tão simples. Rede neural no hemisfério esquerdo ativada durante a leitura, córtex visual primário e secundário: processamento visual identifica as formas gráficas das letras. Giro angular: correspondência entre letras e sons – associação. Sabe se que há uma ativação das áreas do cérebro no ato da leitura, no caso do dislexo algumas áreas são desativadas.

Dificuldade específica. Memória conhecida como memória de trabalho corresponde à capacidade do cérebro de assimilar informações a medida que realizamos determinadas tarefas. Memória operacional é fundamental para o processo de aprendizagem, compreensão da linguagem, raciocínio lógico e resolução de problemas.

Os indivíduos com dislexia apresentam dificuldades para recuperação fonológica de informação, velocidade de processamento temporal, em memória de trabalho, estocagem fonológica, que estão diferentes relacionadas com fracasso para realização de associações e memorização que resultam em alterações na linguagem, escrita e no cálculo matemático.

2.7 Alfabetizando o dislexo

O trabalho direto com os fonemas e a análise fonológica orienta as crianças quanto ao sistema de sons da fala, favorecendo a ruptura do código oral e facilitando a tomada de consciência (metacognição) por parte da criança dos elementos constitutivos da linguagem escrita e de seu funcionamento,

podendo compreender o sistema de escrita alfabética (SEA) mais facilmente (DOMINGUEZ 1994; JARDINI E VERGARA, 1997; JARDINI E SOUZA, 2002).

A Alfabetização e o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever. Letramento desenvolve o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais. São diferentes, mas andam juntos.

O conhecimento possibilita uma noção mais precisa para o aprender a ler e escrever. Há rede neural específica para o treinamento das letras diferentemente de números, desenhos, sentido das palavras, o lado esquerdo do cérebro decodifica as indicações ortográficas, depois a fonológica; são interligadas as ortográficas e fonológicas. O princípio alfabético é que letras são grafemas, não tem som.

Identificar, por exemplo a letra C, letra A e entender que juntas formam a sílaba CA que essa sim tem um fonema diferente das letras separadas são grafemas.

Então, o dislexo tem todas essas dificuldades. Para ler, o dislexo tem que visualizar na cabeça aquela palavra, exemplo: cama, não estamos falando apenas da palavra. Vejamos, usaremos a conceituação não-verbal, assim poderá ser construída uma linguagem por meio da utilização de imagens mentais e seus conceitos e ideias.

Conceituação não verbal é conceitos ou ideias pensando em imagens mentais. Se o dislexo não conseguir visualizar em mente a palavra não terá significado.

3 METODOLOGIA

O estudo está fundamentado em pesquisas qualitativo de cunho bibliográfico onde será feita uma análise em monografias, artigos, livros, sites da internet que abordam a temática da importância da Dislexia nas séries iniciais do ensino fundamental:

Enquanto método de investigação qualitativa – tem sua aplicação quando o pesquisador busca uma compreensão extensiva e com mais objetividade e validade conceitual, do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares. Interessa ainda as perspectivas que apontem para um projeto de civilização identificado com a história desses grupos, mas também fruto de sonhos e utopias. (ROCHA,2008).

Segundo Merriam (1998), pesquisa qualitativa é um conceito guarda-chuva que envolve uma gama de técnicas e procedimentos interativos, ou seja, tem a função de proteger essa gama de técnicas. Fonseca, 2002, p.32, diz que; pesquisa bibliográfica é feita de um levantamento de referências teóricas já analisadas, ou seja, toda pesquisa que envolve livros, artigos que permita que o pesquisador obtenha conhecimento sobre o assunto, Gil contribui ao afirmar:

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (...), todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. (Gil 2002, p. 3).

Marconi; Lakatos, 2017, diz que a pesquisa descritiva aborda quatro aspectos, descrição, registro, análise e interpretação dos fenômenos atuais, ou seja, tem por objetivo estudar as características de um grupo.

Cervo, Bergman e Silva (2007, p.23) dizem:

[...] a descrição constitui a habilidade de fazer com que o outro veja mentalmente aquilo que o pesquisador observou. Em outras palavras, a descrição deve ser suficientemente precisa para que o interlocutor, ou o leitor, seja capaz de visualizar exatamente aquilo que o pesquisador observou.

No que se refere aos meios, este artigo abrangeu pesquisa bibliográfica, pois foi necessários fundamentos que permitem os pesquisadores fazer um levantamento teórico sobre metodologia de pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta fase, serão abordados autores que contribuíram para a discussão da dislexia no contexto escolar, para discussão teórica, a pesquisa respalda se em Coelho, (2006) trazendo aos educadores um suporte básico para distinguir e lidar com vários tipos de distúrbios associados ao processo de aprendizagem, Fonseca(1995), trazendo contribuições neurológicas, ajudando a distinguir dificuldades de aprendizagem, Jardini (2008), trazendo métodos capazes de reabilitar os distúrbios de leitura e escrita trazendo grandes contribuições em sala de aula, dentre outros que mostram relações entre o conhecimento e o

vínculo com a aprendizagem, suas significações inseridas no ato de aprender estudados pelos pedagogos.

Com este trabalho, espera-se contribuir para o aprimoramento do docente e permitir a conclusão de uma nova compreensão para a atuação da prática por meio de novas pesquisas, formular novos métodos de ensino-aprendizagem, melhorar a ação docente-discente, crescer, amadurecer, desenvolver profissionalmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, investigamos a questão da dislexia e suas implicações na aprendizagem em alunos do 1º e 3º ano do ensino fundamental. O presente trabalho tem como objetivo analisar práticas pedagógicas utilizadas pelos professores na alfabetização dos alunos dislexos. Metodologia aplicada foi pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo.

Assim a escolha dessa temática deve-se ao fato da necessidade de estudo aprofundado acerca da criança disléxica frente à metodologia utilizada pelo professor em sala de aula, especialmente na educação do ensino fundamental. Como problemática para este estudo pesquisou-se quais recursos vêm sendo utilizados pelos professores na alfabetização do disléxico nas séries iniciais do ensino fundamental, observou-se se os professores fazem uso de atividades amplas como o método boquinhos de (Jardini 2003), brincadeiras amplas como quebra – cabeça, rimas.

Sendo assim o objetivo geral foi analisar práticas pedagógicas frente à criança disléxica, observou-se que há aplicação de atividades lúdicas favorecendo as crianças como um todo. E os objetivos específicos foram: explorar estratégias de aprendizagem que favoreçam o aprendizado do disléxico, compreender a metodologia aplicada pelos professores; analisar práticas pedagógicas de aprendizagem mais personalizada.

Para levantamento de Hipóteses, partiu-se para os seguintes questionamentos: A criança disléxica sofre de alguma patologia? A criança disléxica não sofre de alguma patologia, segundo Davis, Ronald (2004, p. 141) em seu livro “O Dom da Dislexia. O autor afirma que a dislexia não é uma doença e sim uma condição autocrizada. A escola aplica método adequado para trabalhar com crianças disléxicas? Segundo o autor Antunes (2009) não há xaropes para

que se melhorem a leitura. Em sala de aula observou se que há aplicação de métodos sonoros, multissensoriais tendo o método boquinha de Jardini (2003) como exemplo. A criança disléxica tem atenção necessária para um bom aprendizado? Por fim, Castro (2017) fala importância do professor em fazer uma formação continuada. Não somente uma formação continuada, mas baseada na inclusão, visto que nos deparamos com salas de aulas cada vez mais heterogêneas e inclusivas.

Este profissional ampliará ações voltadas para a formação do indivíduo enquanto cidadão com estratégias metodológicas de aprendizagem aplicadas a crianças disléxicas.

Segundo Alarcão:

Afirmo que é importante à escola pública brasileira desempenhar suas funções sociais, políticas e pedagógicas sem que nela haja mudança estruturais. Essas mudanças deverão instalar uma cultura da democratização em todas as relações existentes no interior da escola, o exercício da gestão Colegiada e participativa com distribuição equilibrada do poder e de responsabilidades entre todos os envolvidos no processo educativo e em todas as esferas (municipal, estadual e federal) dos sistemas de ensino. (ALARCÃO. 2001,p. 75).

O professor em conjunto com a família, torna se um instrumento imprescindível para o crescimento acadêmico, o mesmo funciona como bussola, norteando o caminho, identificando em um primeiro momento, auxiliando a criança no processo educativo.

REFERÊNCIAS

ABD. Associação Brasileira de Dislexia. São Paulo, 2014. Disponível em:www.dislexia.org.br

(DSM-N-TR,2003)

CASTRO, Formação Continuada de professores da educação infantil: entrelaces com a pratica pedagógica/Devvis dos Santos de Castro- Teresina: EDUFPI,2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIASCA, S. M. Disgrafia. In: MONTIEL, J. M: CAPOVILLA, F. C. (Org.). Atualização em transtornos de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009COELHO, Maria Teresa. **Problemas de aprendizagem**. 11° ed. São Paulo: ed. Ática 1999.Doctoralia.com/br/elizabetecastelon

DAVIS, Ronald D. **O Dom da dislexia**: por que algumas das pessoas mais brilhantes não conseguem ler e como podem aprender? Ronald D. Davis com Eldon M. Braum; tradução de Ana Lima e Gracia Badaró Massad- Rio Janeiro: Rocco,2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas 2002.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. Ed. São Paulo. Atlas, 2019.

MERRIAM, S.B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education**. Jossey-Bass Publishers, San Francisco. 1998.

OMS. Organização Mundial de Saúde. (1993). **Classificação Internacional das doenças: descrições clínicas e diretrizes e diagnósticas**. Porto Alegre. RS: Artes Médicas.

ROCHA, Denise A.B. F. Formação e Monitoramento de Juristas leigos. A Experiência de uma ONG com a Educação Popular na Região Sisaleira da Bahia.

NATUREZA SANCIONATÓRIA E CARÁTER PEDAGÓGICO: CAMINHOS PARA A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE

DOI 10.29327/5429192.1-6

Amanda Pinheiro Dias Pereira
Valdirene Pinheiro Dias Avendaño Reategui

RESUMO

A Lei nº 8.069/1990, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), estabelecem que as medidas socioeducativas aplicadas judicialmente aos adolescentes em conflito com a lei possuem uma natureza sancionatória, mas com predominância do caráter pedagógico. Essas legislações orientam que as medidas visam não apenas à responsabilização pelos atos infracionais, mas, sobretudo, à reintegração sociofamiliar e comunitária dos adolescentes, em conformidade com o paradigma da Doutrina da Proteção Integral. No âmbito das medidas socioeducativas, a legislação assegura que os adolescentes tenham acesso a oportunidades educativas e de valorização de suas capacidades, mesmo quando submetidos a restrições de liberdade, reforçando o papel da educação como instrumento de reintegração social. A análise bibliográfica realizada neste artigo indica que, embora as leis estabeleçam um forte viés pedagógico, a prática apresenta desafios na implementação efetiva dessas diretrizes. Os resultados sugerem que há uma lacuna entre o que é preconizado pela legislação e a realidade do atendimento socioeducativo no Brasil, apontando para a necessidade de políticas públicas mais efetivas e uma maior articulação entre os setores jurídico e pedagógico. Metodologicamente, o estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa de cunho narrativo, adotando uma abordagem interpretativa das informações, que são analisadas à luz dos referenciais teóricos do direito e da pedagogia, proporcionando uma leitura interdisciplinar sobre a reintegração social dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Palavras-chave: Adolescentes; Privação de liberdade; Reintegração social.

ABSTRACT

The Statute of the Child and Adolescent (ECA) and the National System of Socio-educational Assistance (SINASE) ensure that socio-educational measures applied judicially to the adolescent who is attributed authorship of an infraction act have a punitive and predominant pedagogical nature. Both point out that these measures aim at the socio-family and community reintegration of adolescents in conflict with the criminal law, from the perspective of the Doctrine of Integral Protection paradigm, whose basic premise is that children and adolescents are subjects of rights and in a peculiar condition of development. It guarantees the sentenced youth the right to have opportunities and to be valued from their individual potentialities during the period in which they live in a

demarcated and punitive space. In the methodological field this study fits as a qualitative narrative research. In it, the interpretative approach of information was privileged analyzing them in the light of the theoretical references that gave foundation to this study.

Keywords: Adolescents; Deprivation of liberty; Social reintegration

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre adolescentes e jovens nos remete à necessidade de apresentarmos o significado de ser adolescente. Sendo assim, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade (1990) definem jovem como uma pessoa com idade inferior a 18 anos. No Brasil, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, as pessoas com idade entre 12 e 18 anos são consideradas adolescentes. Com base nestas definições, nesta pesquisa, ambos os termos são utilizados para designar a mesma categoria.

Diferentes pensadores, dentre eles psicólogos e educadores, nos possibilitaram a aproximação com muitos conceitos: “período único e inerente ao indivíduo, mas como um processo determinado pelas mudanças no ciclo de vida familiar” Sudbrack (2003). Ainda, “a adolescência é vista como a passagem da infância para a vida adulta, perpassada por mudanças biológicas e psicológicas” Levisky (2000, p. 102). Educadores compartilham com psicólogos o entendimento de que a adolescência é um período da vida humana marcado por um *status* entre a infância e a idade adulta.

O adolescente vive o “não-mais”, em relação à criança que foi, e o “ainda não”, em como: (I) plasmar sua identidade pessoal e social e (II) forjar seu projeto de vida relação ao adulto que será. Esse é, pois, um período crucial de desenvolvimento do ser humano. É na adolescência que a pessoa é levada a defrontar-se com questões fundamentais (COSTA, 2005, p. 22).

A partir destas perspectivas, é possível compreendermos que “quanto mais a criança avalia o que ela vem sendo, o que ela foi como criança, tanto mais problemática possivelmente será sua adolescência. [...] quanto menos ele gostou de ser o que foi, tanto mais ele tende a problematizar-se” Freire (1997, p.12). Diante das perspectivas apresentadas pelos diferentes pensadores, é oportuno reconhecermos que nesse processo os jovens se procuram, se experimentam se confundem, e, às vezes se perdem, “podendo cair no camburão social” Méndez (1998, p. 38). Logo, sendo necessárias oportunidades que lhes permitam viabilizarem-se como pessoas e retomarem ao caminho do normal desenvolvimento pessoal e social. Somando-se à

importância do pensamento de Levisky (2000); Costa (2005) Freire (1997) e Sudbrack (2003), consideramos ainda importante refletirmos que:

A noção mais usual de juventude refere-se a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e uma série de mudanças psicológicas e sociais ocorrem quando este abandona a infância para acessar a sua entrada no mundo adulto. As ações dos jovens são quase sempre vistas como inconseqüentes e desvairadas, imediatistas, desvinculadas de uma dimensão de projeto e finalidade. Atualmente, é muito marcante a imagem dos jovens que assustam e ameaçam a integridade social; com medo e perplexidade pela sociedade [...] Nessas interpretações e abordagens parecem existir uma certa dificuldade em considerar os jovens como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de efetuar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais (ABRAMO, 1994, p. 35).

Destacamos o pensamento de Abramo (1994), porque a autora traz a compreensão de que o jovem é uma “categoria ampla, capaz de produzir sensações, movimentações e contornos em diferentes formas e tempos de manifestações” Chaves (2003, p. 34). Neste caso, ao nos apropriarmos dessa forma de pensar conseguimos deslocar o nosso olhar incidente sobre o sujeito infrator e tecermos um entendimento contextualizado sobre um jovem que no seu percurso normal de desenvolvimento, por uma dada circunstância cometeu um ato infracional. A partir dessa ótica torna-se possível compreendermos também as respostas contidas no seu ser adolescente e não potencializar sua culpa a partir da natureza da conduta ilícita que o remeteu à exclusão da sociedade. Com um novo olhar, podemos perceber como a inserção desses jovens nos espaços de privação de liberdade influi na construção dos seus itinerários de reintegração social e na conseqüente ressignificação da vida. Sob esta ótica surgiu a necessidade de se realizar um estudo com o objetivo geral de analisar a política nacional de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, no Brasil. De forma específica objetivou-se, identificar o sujeito adolescente no contexto da prática de ato infracional e discorrer sobre a atual política de atendimento ao adolescente sentenciado em medida socioeducativa. No campo metodológico, este estudo se enquadra como uma pesquisa do tipo bibliográfica, pois visa aprofundar conceitos, justificativas e características sobre o assunto abordado, do ponto de vista da análise feita por outros autores.

2 A POLÍTICA NACIONAL DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

No ano de 2005, no âmbito do Direito infante juvenil, presenciamos no Brasil a construção do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e em 2012 a Lei nº 12.594 instituiu-se esse Sistema. O SINASE, se constitui como um conjunto ordenado de regras, parâmetros e diretrizes que dão unidade à forma de atendimento a adolescentes de ambos os sexos, que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil. Esse documento é fruto de uma construção coletiva que envolveu diversas áreas de governo, representantes de entidades e especialistas, além de uma série de debates realizados pelos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) em encontros regionais que cobriram todo o Brasil.

À época, em conjunto com o SINASE, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República buscou preencher parte da lacuna construída no que se refere à construção de parâmetros pedagógicos para o atendimento ao adolescente em conflito com a lei. O primeiro ponto-chave foi considerar o que está preconizado no panorama legal, Art. 2º da lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB):

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006, p. 32).

Assim, podemos compreender que educação no contexto da LDB, significa a plena formação do ser humano configurada no sentido de desenvolver suas potencialidades quanto a construção de conhecimento, valores e escolha para viver bem em sociedade. Além disso, o processo educacional é o grande impulsionador da construção do sujeito no sentido de fazê-lo seguir valores positivos. “É ainda um processo transformador do potencial em realidade, pois é por meio do ato de educar que buscamos capacitar os nossos adolescentes para a vida, o trabalho, a convivência social” (COSTA, 2005, p. 87). Outro ponto em destaque refere-se ao fato de as medidas socioeducativas no contexto do ECA e do SINASE estão também fundamentadas na LDB, e que, da mais branda (advertência) à mais severa (internação), a sua aplicação deve levar em conta a sua natureza sancionatória e o seu conteúdo pedagógico. Neste sentido, todos os socioeducadores de uma comunidade socioeducativa devem estar preparados para o enfrentamento destas duas dimensões do seu trabalho. Quanto ao ponto de partida para a formação legalista básica o poder público deve partir de capacitação dos seus atores institucionais no que se refere ao conhecimento das leis,

das suas determinações e dos seus fundamentos, partindo do entendimento de que o ECA assegura ao adolescente autor de ato infracional, no seu art. 121, que:

Art.121: internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Parágrafo 1º - Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

Parágrafo 2º - A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

Parágrafo 3º - Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

Parágrafo 4º - Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

Parágrafo 6º - Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público (BRASIL, 2010, p. 35).

Refletindo sobre este artigo, percebemos que o legislador procurou nos levar a pensar que, se a internação constitui medida privativa de liberdade, privar de liberdade significa privar do direito de ir e vir e submeter o adolescente sentenciado judicialmente às regras de uma unidade de internação, e que essa privação deve estar dentro dos limites fixados pela lei. Isto significa um grande avanço na caminhada do direito juvenil no Brasil, uma vez que este país, durante décadas presenciou situações absurdas e ilegais quanto a punição de jovens, privando o adolescente não apenas da liberdade, mas do respeito, da dignidade, da identidade, da privacidade e de muitos dos seus direitos fundamentais. Os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, que norteia a aplicação da medida privativa de liberdade nos remete à necessidade de atenção a interpretação desses princípios uma vez que esses condicionam e orientam a sua aplicação. O trabalho socioeducativo competente deve abreviar o tempo de privação de liberdade. Assim, a finalidade destes princípios é alertar que a garantia de um trabalho consistente e competente gera resultados capazes de tornar o tempo de internação breve, possibilitando à adolescente condição de atingir a progressão para uma medida menos severa e sua consequente desinstitucionalização. Quanto ao princípio de excepcionalidade, podemos comungar com o pensamento que nos diz:

É o limite lógico no processo decisório acerca da aplicação da medida sócio-educativa de internação, que deve ser imposta em último caso e diante de circunstâncias efetivamente graves, seja para a segurança e a educação do adolescente autor de ato infracional, seja para a segurança social (COSTA, 2005, p. 8).

Assim, antes da aplicação da medida privativa de liberdade, deverão ser esgotadas todas as demais opções, uma vez que o princípio do respeito à condição peculiar do adolescente enquanto pessoa em desenvolvimento nos faz lembrar Costa (2005, p. 18) “Uma pessoa que vive a travessia da infância para a vida adulta e busca construir sua identidade pessoal e social e o seu projeto de vida. É preciso ver o adolescente que, diante de circunstâncias de sua vida, cometeu um ato infracional”, ou seja, não se trata de olhar o infrator que, circunstancialmente, é um adolescente.

A busca da construção da identidade pessoal e social do adolescente nos remete ao art.121, § 1 do ECA, onde está preconizado que é permitida ao adolescente em medida de internação, a realização de atividades externas a critério da equipe técnica, salvo expressa determinação judicial em contrário. Neste caso, o legislador quis garantir que o ser em desenvolvimento independente da condição de privação de liberdade necessita de espaços no meio familiar e comunitário para se desenvolver. Para isso devem-se potencializar as contribuições externas no sentido de contrabalançar e impedir a institucionalidade total do educando. Sob esta perspectiva podemos afirmar que estamos diante de mais um grande avanço na linha do Direito juvenil quando o ECA assegura que as atividades externas devem ser permitidas mediante análise e critério da equipe técnica da unidade de internação, e que devem ser realizadas com o acompanhamento e apoio de educadores ou pessoas designadas para este trabalho. Na hipótese de internação sem atividades externas, Saraiva (2005), adverte que:

A submissão a atendimento do adolescente privado de liberdade apenas no interior da unidade de internamento – sem atividade externas – supõe que na sentença judicial que determina o internamento tenha o juiz prolator da decisão expressamente determinado, de forma justificada e motivada, a impossibilidade de o jovem privado de liberdade exercer estas atividades externas (SARAIVA, 2005, p. 31)

De acordo com o ECA, a internação não comporta prazo mínimo determinado e o adolescente deve ser reavaliado periodicamente, com observância de sua duração máxima de 3 (três) anos e o limite de 21(vinte e um) anos de idade. Isso significa que a inexistência de prazo pré-determinado e a reavaliação da referida medida trazem para o processo socioeducativo o mecanismo da troca, fazendo com que a brevidade da internação tenha uma

relação direta com a gravidade da infração cometida, com a conduta do educando e com a capacidade demonstrada por ele, no dia-a-dia, de responder satisfatoriamente à abordagem socioeducativa, com ênfase nos dois últimos pontos. O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura ainda, no seu Art. 122, que a medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Parágrafo 1º - o prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses.

Parágrafo 2º - em nenhuma hipótese será aplicada a internação havendo outra medida adequada (BRASIL, 2010, p. 25).

Nesta perspectiva, analisamos que os maiores avanços introduzidos pelo ECA, no panorama legal brasileiro e na política de atenção à infância e juventude, foi a definição da internação como privação de liberdade e como uma medida socioeducativa aplicável exclusivamente ao adolescente a que se atribua autoria de ato infracional, diferentemente do antigo Código de Menores e da política Nacional do Bem-Estar do Menor, onde “quase a totalidade das determinações judiciais para encaminhamento dos ‘menores’ às FEBEM terminava com uma frase bastante ilustrativa da mentalidade predominante naquela época [...] interne-se, até completar dezoito anos” Volpi (1998, p.23). A internação era medida de aplicação ampla, geral e irrestrita, que alcançava todas as crianças e adolescentes considerados em situação irregular: carentes, abandonados, inadaptados e infratores.

Hoje, estamos diante de um novo cenário. No art. 122 do ECA podemos visualizar os critérios legais para aplicação da medida de internação, sendo mister enfatizarmos que a internação deverá ser aplicada somente no caso em que o adolescente cometa um ato caracterizado como grave ameaça ou violência à pessoa. Assim, é o tipo de ato infracional que justifica a aplicação ou não da privação de liberdade. É a natureza do ato cometido que indica a necessidade de aplicação das outras medidas socioeducativas previstas na lei.

Reafirmamos então, que o princípio da excepcionalidade presente no parágrafo 20 do art.122 do ECA, norteia a aplicação da medida de internação somente para casos de natureza grave e ainda quando esgotada todas as outras opções. A Medida Socioeducativa de Internação, não é a mais eficaz, porque pune de forma severa. Ela integra um conjunto de medidas socioeducativas que

devem ser estruturadas da melhor maneira possível, funcionar articuladamente e com a procedência da aplicação das demais medidas em relação à internação, sempre que esta for a solução mais adequada, observemos:

O art.123 – A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo Único – Durante o período de internação, inclusive provisório, serão obrigatórias atividades pedagógicas (BRASIL, 2010, p. 36).

A execução da Medida de Internação deve acontecer em unidade que promova a educação do adolescente. Considerando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento o atendimento socioeducativo dispensado a esse público deve obrigatoriamente acontecer em estabelecimento distinto do destinado à privação de liberdade de adultos, o que implica que os programas que executam a medida privativa de liberdade devem adotar medidas adequadas de contenção e segurança. Deverá ainda ser obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição e gravidade da infração. Então a estrutura de um sistema de atendimento ao adolescente, autor de ato infracional, deve ser pensada de forma a evitar a promiscuidade e garantir atendimentos adequados para adolescentes com trajetórias, idades, atos infracionais e estruturas físicas distintas.

O ECA preconiza que durante a internação, inclusive a provisória, as atividades pedagógicas são obrigatórias. Neste sentido é oportuno afirmarmos mais uma vez o conteúdo prevalentemente pedagógico das medidas socioeducativas. Todo atendimento ao adolescente envolvido com a prática de ato infracional, sem perder de vista seu caráter sancionatório e as medidas de segurança e contenção, deve, obrigatoriamente, ter a marca da educação e contribuir para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente. Neste sentido o Art. 124 do ECA, prevê os direitos do adolescente privado de liberdade.

Assim, para Mèndez (2000, p. 97) “com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as conquistas da Revolução Francesa, com duzentos anos de atraso, chegaram aos adolescentes privados de liberdade” isto é, direitos que, há muito tempo, eram assegurados aos adultos privados de liberdade só agora alcançaram os adolescentes nesta mesma situação. Sendo assim, o art. 124 do ECA revela que adolescente é um sujeito de direitos e que, ao ser privado de liberdade, seus direitos deverão ser garantidos.

Nesta perspectiva no interior da unidade de internação, os direitos de dignidade, ao desenvolvimento pessoal e social, sobrevivência, integridade, individualidade, devem ser garantidos pelos educadores e por todos os membros da comunidade socioeducativa. Em nossa análise, dentro desse elenco de direitos, podemos destacar que o adolescente, em nenhum caso, poderá ficar incomunicável. Somente a autoridade judiciária poderá suspender temporariamente, o direito de visitas, inclusive dos pais ou responsável, caso seja diagnosticado a existência de motivos que justifiquem a necessidade de afastamento de visitas que possam interferir no interesse superior do adolescente no que diz respeito à segurança, desenvolvimento pessoal e social, integridade física, psicológica e moral.

Assim, a legislação nos revela que a forma de tornar compatíveis as garantias de direitos é se reconhecer a real necessidade de estabelecimento de medidas de contenção e segurança, que no contexto de privação de liberdade se constitui como elemento indispensável ao funcionamento do sistema socioeducativo. Neste sentido, o art.125 do ECA, preconiza que é “dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança” (BRASIL, 2010, p. 47). Assim, entendemos que zelar pela integridade física e mental dos internos, é garantir a integridade física, psicológica e moral do adolescente, enquanto um direito constitucional. Isto significa que o Estado não pode se esquivar de preparar seus agentes de forma responsável no sentido de fazer acontecer a implementação da Medida Socioeducativa de Internação, e ainda da obrigação de adotar medidas adequadas de contenção e segurança. Essa forma de garantir os direitos fundamentais do adolescente privado de liberdade é também uma medida que garante segurança a todos os cidadãos:

Com atenção para a garantia de integridade física e mental dos internos, três níveis de cuidados devem ser observados: o relacionamento do adolescente com a equipe (pessoal dirigente, técnicos e operários) de educadores da unidade; o despreparo dos educadores; a falta de regulamentos claros, as tensões do dia-a-dia do atendimento e outras limitações históricas podem gerar situações de ameaça ou violação da integridade física e mental do adolescente (BRASIL, 2010, p. 47).

Em face do exposto podemos afirmar como necessário para superar essas dificuldades e garantir qualidade no atendimento, a adoção de medidas e posturas, tais como: regulamentos claros e precisos no que diz respeito às medidas de contenção e segurança, capacitação continuada dos profissionais que atuam nos centros socioeducativos, monitoramento e avaliações sistemáticas dos referidos programas. Esses são passos fundamentais que devem ser priorizados com vistas a impedir os descaminhos para uma ação socioeducativa mediante a prática de maus tratos que possam ocorrer em face da necessidade de uma intervenção que vislumbre segurança e contenção, que, em ação arbitrária se promova agressão, violência e desrespeito.

Essa é uma forma de se adequar substancialmente o que determina a Lei, além de evitar a ociosidade e criar um ambiente propício à cooperação e ao respeito mútuo. Outro ponto importante é acionar as autoridades sempre que ameaças à segurança dos adolescentes forem identificadas, fora da unidade ou como possibilidade de invasão dos seus limites. Manter policiamento externo e diuturnamente é também uma medida fundamental para a garantia de segurança de todos os membros que compõem a comunidade educativa. Esses elementos evidenciam que um resultado positivo da medida privativa de liberdade pressupõe um programa adequado, que tenha como carro chefe um projeto pedagógico cientificamente justificável, com diretrizes estabelecidas a partir da ética dos Direitos Humanos, controlado externamente e no qual estejam presentes os indicadores da sua eficácia.

Percebemos nesta lógica que, com base na Constituição da República do Brasil que inseriu no seu ordenamento a Doutrina da Proteção Integral e sedimentou os alicerces da criação e do desenvolvimento de um novo Direito da Criança e do Adolescente, adveio um sistema próprio de responsabilização de autores dos atos infracionais. Trata-se de um conjunto sistêmico distinto do Direito Penal, muito embora tenha se aproximado em suas conquistas por meio da incorporação de direitos e garantias classicamente alocados neste ramo, engendrado ordenamento capaz de impedir os desmandos do Estado na esfera da liberdade do indivíduo, sem perder de vista a qualidade dos seus sujeitos como pessoas em situação peculiar de pessoa em desenvolvimento.

3 ASPECTOS METODOLÓGICO DA PESQUISA

O processo de apropriação teórico-prático desta pesquisa configura-se como de natureza bibliográfica e descritiva. De acordo com a autora Lori Alice Gressler (2024), a pesquisa descritiva caracteriza-se por descrever, de forma sistemática, fatos e características presentes em uma determinada população ou área de interesse. O foco principal desse tipo de pesquisa está direcionado para o presente, buscando responder à questão "o que é?". Geralmente, essas investigações envolvem um número significativo de elementos, dos quais poucas variáveis são estudadas em profundidade. Como enfatiza Gressler (2024), a pesquisa descritiva vai além da simples tabulação de dados, exigindo um elemento interpretativo que, frequentemente, envolve comparações, contrastes, mensurações, classificações, interpretações e avaliações.

Complementando essa perspectiva, Gil (2020) argumenta que a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial proporcionar a descrição precisa dos fenômenos, o que é fundamental para o desenvolvimento de teorias que expliquem o comportamento ou a estrutura dos objetos estudados. O autor destaca que esse tipo de pesquisa é particularmente útil quando se trata de identificar padrões ou relações entre variáveis que, posteriormente, podem ser exploradas em pesquisas explicativas.

Já para Minayo (2012), a pesquisa qualitativa, que muitas vezes se sobrepõe à descritiva, é aquela que se ocupa da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados a eles. A autora sugere que essa abordagem permite uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais, uma vez que está atrelada à análise do contexto, das experiências e das relações que permeiam a realidade estudada.

Para a realização deste estudo, optamos por uma abordagem qualitativa com enfoque descritivo, envolvendo a coleta de dados a partir de fontes orais, livros, revistas, periódicos e documentos eletrônicos que abordam a temática: "Natureza sancionatória e caráter pedagógico: caminhos para a reintegração social de adolescentes privados de liberdade". A análise dos referenciais teóricos selecionados permitirá identificar as políticas voltadas ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei, assim como avaliar as diretrizes para sua reintegração social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em nossa análise e discussões, é possível afirmar que, na privação de liberdade de adolescentes e jovens, o Estado de Direito assegura que o aspecto pedagógico deve ser uma característica central dos programas socioeducativos. Como argumenta Passeti (2000), embora esses programas não possam realizar uma transformação completa nas vidas dos adolescentes e suas famílias, eles devem ser vistos como uma oportunidade de aprendizado e desenvolvimento.

O processo de privação de liberdade deve ser um catalisador para resgatar jovens em situações de vulnerabilidade, proporcionando múltiplos aprendizados e permitindo que tanto os sujeitos quanto as instituições envolvidas transformem essa experiência em uma reconfiguração positiva de suas vidas. No entanto, o que se observa, segundo Passeti, é que o Estado de Direito apenas alterou a forma de controle social, sem trazer uma mudança significativa nas práticas de reintegração.

Nessa mesma linha de pensamento, Foucault (1975) observa que os sistemas de controle sobre adolescentes envolvem mais do que a simples restrição de liberdade, buscando normatizar comportamentos e disciplinar jovens por meio de medidas socioeducativas que, muitas vezes, reproduzem formas de vigilância contínua. Para ele, o objetivo dessas instituições deveria ser educacional e transformador, mas frequentemente se revela como um meio de controle sobre a juventude, mantendo a disciplina social ao invés de promover uma reintegração efetiva.

Zaffaroni (2018) complementa essa visão ao destacar que os programas socioeducativos, apesar de sua proposta pedagógica, enfrentam dificuldades em promover uma reintegração social completa, especialmente em contextos de desigualdade. Ele defende que as medidas socioeducativas deveriam ser mais do que instrumentos de controle, funcionando como plataformas para a transformação real dos jovens em conflito com a lei.

Além disso, Cunha (2019) observa que, embora as políticas socioeducativas tenham o potencial de ressocialização, elas são muitas vezes mal estruturadas e subfinanciadas, o que impede que os adolescentes recebam o suporte educacional e psicossocial de que necessitam para uma reintegração

verdadeira. Em sua análise, programas de qualidade deveriam estar focados no desenvolvimento integral desses jovens, incluindo educação, habilidades sociais e suporte emocional.

A Doutrina da Situação Irregular, presente no antigo Código de Menores, determinava a retirada de crianças e adolescentes do convívio social, independentemente de terem cometido atos infracionais. Com a promulgação do ECA, houve avanços na garantia de direitos e procedimentos, mas a criminalização dos jovens em situação de vulnerabilidade persiste, agora sob a proteção de princípios legais. Como observa Silva (2005), embora o ECA tenha substituído o antigo Código de Menores, o controle sobre adolescentes em conflito com a lei continua operando com base na vigilância, mesmo sob a perspectiva de um sistema socioeducativo.

Neste contexto, o controle exercido pelas medidas socioeducativas deveria ser direcionado para a formação e o desenvolvimento dos adolescentes, ao invés de perpetuar práticas de exclusão. Autores como Passeti (2000), Zaffaroni (2018) e Cunha (2019) defendem que a verdadeira transformação social só será possível por meio de uma abordagem focada na educação, no respeito aos direitos dos adolescentes e na promoção de sua reintegração, com uma ênfase em seu desenvolvimento pessoal e social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos uma reflexão crítica sobre a forma de atendimento a adolescentes em conflito com a lei penal a partir da legislação específica vigente no Estado brasileiro, que assegura aos jovens privados de liberdade um atendimento de natureza sancionatória, mas com predominante caráter pedagógico. Assim, podemos ser intérpretes dessa trama que envolve concomitantemente questões jurídicas e educativas a partir do aparato jurídico que ordena a viabilização desses jovens nas dimensões pessoal, produtiva e cidadã.

A pesquisa nos revelou que no Estado de Direito, o que alterou foi a forma de controle social. A Doutrina da Situação Irregular com o discurso paternalista presente no Código de Menores, determinava a retirada da população infante juvenil do meio social, independentemente de eles terem ou não cometido ato

infracional. Com a promulgação do ECA, seguindo o antigo Código, o controle desse segmento continua a operar a criminalização dos pobres, agora com base em princípios legais, a partir do direito e das garantias processuais conquistadas no Estado de Direito.

O desafio agora é mantermos a esperança que se renova nos passos do tempo e assim não desistirmos dos ideais de “liberdade, fraternidade e liberdade” que embalaram os sonhos e os desejos dos ativistas durante a Revolução Francesa, e essa, apesar de ter chegado com 200 anos de atraso no campo da conquista do direito juvenil, mesmo inconscientemente inspira os jovens e nos potencializa quanto à busca de descobertas que nos levem à construção de uma sociedade melhor para todos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Páginas Abertas, 1994.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o sistema de responsabilidade penal juvenil ou mito da imputabilidade penal**. São Paulo: Malheiros, 2003.
- BRASIL **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Ministério da Justiça. Brasília, 2005.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Justiça. Brasília, DF, 2010.
- CHAVES, Emanuelle K. Mota. **Entre punições e táticas: a produção da identidade de jovens em medidas socioeducativa de privação de liberdade**. Teresina: UFPI, 2008.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa – conceitos e princípios norteadores**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2005.

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FREIRE, Paulo. Não se pode ser sem rebeldia. **Revista Pais & Teens**, São Paulo, ano 2, n. 3, 1997.
- GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatos**. Disponível em: <http://books.google.com.br>. Acesso em: 2000.
- LEVISKY, David Léo. **Adolescente e violência: conseqüências da realidade brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- MÈNDEZ, Emílio G. **Infância e cidadania na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MÈNDEZ, Emílio G. **Adolescentes e responsabilidade penais: um debate Latino Americano**. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/publicações/portal/-abmp-publicacoes-88.doc>. Acesso em: 2000.
- PASSETI, Eduardo. **Educação e controle social: uma crítica ao sistema penal**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SARAIVA, João da Costa Batista. **Direito penal juvenil: adolescente e ato infracional – garantias processuais e medidas socioeducativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- SILVA, Armando. **Adolescentes em conflito com a lei: punição e controle social**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005.
- SILVA, Maria Liduina de Oliveira. **O controle sócio-penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo: entre a proteção e a punição**. 2276 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- SUDBRACK, Maria de Fátima Oliveira. **Adolescente e drogas no contexto da justiça**. Brasília: Plano, 2003.
- VOLPI, Mário. **Adolescentes privados de liberdade: a normativa nacional e internacional e reflexões da responsabilidade penal**. São Paulo: Cortez, 1997.
- WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos: o sistema penal e a exclusão social**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ACONTRIBUIÇÃO DA LEITURA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DOI 10.29327/5429192.1-7

Erika Fernanda Costa de Campos
Francisca Eudeilane da Silva Pereira

RESUMO

O presente trabalho aborda a contribuição da leitura no desenvolvimento infantil da criança na Educação Infantil. Tem como objetivo geral: compreender como a leitura é trabalhada nas bases da Educação Infantil e seus impactos na aprendizagem e desenvolvimento; e como objetivos específicos: reconhecer a importância da leitura no desenvolvimento infantil; discutir estratégias pedagógicas para o incentivo à leitura na Educação Infantil. Por se tratar de uma revisão bibliográfica, o mesmo está apoiado em estudos dos autores de: Pereira (2019); De Jesus (2020); Dias (2022) e Melo (2023); apoiados em referenciais teóricos que tratam como a leitura contribui para reflexões no contexto da Educação Infantil, especialmente, no que diz respeito ao desenvolvimento da criança. Usou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, essencial para a revisão de literatura realizada, com base na pesquisa qualitativa, onde buscou-se informações em fontes confiáveis, como Google Acadêmico e Scielo, no recorte de tempo entre 2019 a 2023. Mediante as reflexões realizadas, observou-se que a leitura é de extrema importância para promover o desenvolvimento e aprendizagens infantis de forma significativa cabe-nos criar ricas e variadas situações de interação e comunicação por meio da ludicidade e da narrativa e é assim, que a contação de história ganha importância no fazer pedagógico com crianças na Educação Infantil.

Palavras-chave: Contribuição da Leitura; Desenvolvimento Infantil; Educação Infantil;.

ABSTRACT

This article addresses the contribution of reading to the development of children in Early Childhood Education. Its general objective is: to understand how reading is worked on the basis of Early Childhood Education and its impacts on learning and development; and its specific objectives: to recognize the importance of reading in child development; to discuss pedagogical strategies to encourage reading in Early Childhood Education. As this is a literature review, it is supported by studies by the authors of: Pereira (2019); De Jesus (2020); Dias (2022) and Melo (2023); supported by theoretical frameworks that deal with how reading contributes to reflections in the context of Early Childhood Education, especially with regard to child development. Bibliographic research was used as a methodology, essential for the literature review carried out, based on qualitative

research, where information was sought in reliable sources, such as Google Scholar and Scielo, in the time frame between 2019 and 2023. Through the reflections carried out, it was observed that reading is extremely important to promote child development and learning in a significant way, it is up to us to create rich and varied situations of interaction and communication through playfulness and narrative and it is in this way that storytelling gains importance in pedagogical practice with children in Early Childhood Education.

Keywords: Contribution of Reading; Child development; Early Childhood Education;

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática, a contribuição da leitura para a Educação Infantil. Partindo do pressuposto de que a leitura é muito importante para a vida das crianças nesta etapa de ensino, e ainda, pensando na importância em se prezar por notória qualidade na escrita e no aprendizado, buscamos relacionar o hábito da leitura na infância são desenvolvidos vários benefícios, como aumento da imaginação, criticidade e vocabulário. É no incentivo da leitura que faz despertar criatividade, incentivo à vontade de aprender. E pode inserir-se em vários contextos, projetando transformação social e valores de conduta humana. Esse público infantil terá como experiência, além de sua convivência familiar, o primeiro contato educacional fora do ambiente familiar. Nesse contexto, seja no espaço público ou privado, a criança vai estabelecer vínculos afetivos que culminará com o seu desenvolvimento como ser social no que tange com seu convívio com demais pessoas oriundas de diversas classes sociais, onde essas crianças vão ter um novo olhar, que resultará no seu desenvolvimento cognitivo, social, motor, físico etc. Essas crianças vão para esses espaços, ter um contato maior com os educadores, as brincadeiras, leitura e vai criando o seu mundo onde vai obtendo o desenvolvimento. A leitura além de proporcionar prazer, também nos ajuda a entender o mundo, melhorando nossa capacidade de conhecimento do mundo em que estamos inseridos, pois quem ler, melhora mais sua forma de escrever, seja qual for o tema. O baixo incentivo à leitura, leva a um déficit no aprendizado do aluno, é uma das causas que leva ao fracasso escolar, daí a questão por métodos de motivação e incentivo que busquem sanar os desafios que levam aos problemas de aprendizagem na escola, e saber como lidar com tal recurso

para proporção de um equilíbrio entre ensino, aprendizagem e a inclusão social de todos por uma educação de qualidade e igualitária no quesito leitura.

O processo educacional na vida infantil enfatiza possibilidades fazendo com que esse público tenha uma visão maior do mundo na Educação Infantil, desenvolvendo mais ainda o campo da intelectualidade, no campo da observação, ela passa a observar, pois vai criando o próprio mundo, o campo das ideias, com isso uma criança que tem o hábito da leitura vai preenchendo esses campos do seu intelecto, desenvolvendo o intelectual, a parte lúdica, do pensamento, o campo das ideias e a partir daí começa a formar os seus próprios valores, as próprias ideias diante dos fatos que ela vai observando. Diante destas afirmações, questiona-se: Como influenciar as crianças a gostarem de ler na Educação Infantil? É essencial ter plena noção da importância dos livros e da leitura durante a Educação Infantil, sendo uma atitude necessária não apenas para as instituições de ensino e os professores, mas também para os pais e responsáveis.

Eles precisam ter ciência do quanto será importante para a criança a prática da leitura. Para elas, o momento de aprender a ler será um marco de um novo início, com novas possibilidades e descobertas. São muitos os benefícios proporcionados pela leitura para as crianças.

O ato de ler estimula a criatividade e a imaginação, favorecendo o aprendizado e a ampliação do vocabulário, ajudando no desenvolvimento psicomotor, intelectual e cognitivo, além de aumentar a aquisição de cultura, melhorando a escrita e o desenvolvimento do senso crítico já na infância. Usou-se como metodologia deste trabalho uma pesquisa qualitativa bibliográfica utilizando artigos da internet para facilitar e conduzir o mesmo.

A pesquisa aqui realizada, cujos objetivos estavam centrados na compreensão acerca da contribuição da leitura para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil, onde buscou-se conhecer um dos aspectos presentes na sala de aula, dentre os quais os impactos na qualidade educacional já são amplamente reconhecidos pela literatura. Buscou-se por meio deste, levantar suporte teórico para educação a nível de leitura com a finalidade de incentivar e despertar o interesse na leitura.

Este trabalho tem como objetivo geral: Compreender como a leitura é trabalhada nas bases da Educação Infantil e seus impactos na aprendizagem e

desenvolvimento. E como objetivos específicos: Reconhecer a importância da leitura no desenvolvimento infantil; discutir estratégias pedagógicas para o incentivo à leitura na Educação Infantil; e compreender as contribuições da leitura na formação do leitor na primeira infância. A estrutura do trabalho se apresenta através de tópicos fundamentados em autores que o identificam, através de sua fundamentação teórica e discutidos baseados na revisão bibliográfica de artigos autores tais como: Pereira (2019); De Jesus (2020); Dias (2022) e Melo (2023), na qual foi observada que de acordo com toda essa realidade, este mostra a necessidade de se divulgar ainda mais a existência de maneiras mais satisfatórias de ler.

2 A LEITURA E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Ao ler, a criança vai desenvolvendo, criando seu próprio mundo e seus próprios resultados, até então a mente infantil é um processo de construção. A criança que lê tem melhores possibilidades de contribuir para um mundo bem melhor cheio de ideias construtivas, a capacidade de argumentar no campo das ideias, pois quem lê gera conhecimento teórico e desse conhecimento teórico se chega numa prática.

Com o hábito da leitura, a criança desbrava muitos campos, inclusive o campo das ideias e a partir daí, vai criando suas próprias ideias, depois que toma todo o esboço teórico na mão desenvolvido tem a capacidade de filtrar e tirar suas próprias ideias porque tem argumento, tem leitura, pontos de vistas diferenciados, podendo discernir sobre um determinado problema e assim pega sua própria opinião porque terá capacidade de fazer essa análise pois tem conteúdo teórico.

Quem lê está sempre vendo o novo, novas possibilidades, novos caminhos e vai estar sempre aberta, sempre em busca de coisas novas, tem a capacidade de ter suas próprias ideias dentro do campo da intelectualidade, tem a capacidade de se auto definir e afirmar como ser social, como pessoa na sua individualidade com o ser social, de ter sua representação social definida, mesmo estando sempre no campo da busca, o seu eu vai estar mais consolidado mas sempre em busca do novo, passando a criar seus próprios valores, a própria ideia.

A interpretação da reescrita sugere que o ato de leitura seja realizado de modo crítico. E através de suas experiências, levando em conta o mundo vivencial do adulto a ser alfabetizado e seu universo e de sua importância para o seu aprendizado. Paulo Freire (2008), relata o processo da importância do ato de ler, em uma comunicação das relações da Biblioteca Popular e a alfabetização de adultos em São Tomé do Príncipe. Destaca o círculo cultural no papel da educação, que pode levar os adultos em processo alfabetização uma maior facilidade de aprendizado quando inclui-se e o seu mundo vivencial, sua realidade no processo de alfabetização. Enfatiza importância dos educadores e educando verem o mundo através da leitura (ALVES, 2004). O autor destaca a sua vida enquanto criança e seu aprendizado com seus irmãos através da convivência com outros e a importância da natureza em emaranhado de cores, movimentos, forma, cheiro, desenvolvimento, fazendo e vendo fazer compreende a ação de amolengar.

Sobre a “A importância do ato de ler”, Lajolo (2006), é importante esclarecer que “a leitura da palavra, inclui-se a leitura do seu mundo existencial e leitura do seu mundo enquanto criança.” Em “Alfabetização de adultos e bibliotecas populares – uma introdução” se antes a leitura e a escrita eram impostas de forma autoritária pelo educador, sem levar em conta a importância da leitura da realidade.

A biblioteca popular estabiliza-se em uma certa política cultural do ler e escrever, são atividades desenvolvidas no interior das bibliotecas, onde inclui-se textos escritos em fase de alfabetização. O autor com este livro, demonstra uma preocupação nesse sentido, no aprendizado, e as formas que estão impostas, de educação e política andarem juntos, mais dentro de uma realidade de formação, mais pautada na realidade do indivíduo.

Os primeiros anos de vida de uma criança são marcados por grandes descobertas e mudanças. Gradualmente, as crianças pequenas começam a entender o mundo em que vivem e aprendem a lidar consigo mesmas e com os outros. O desenvolvimento infantil inclui aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos. As crianças precisam de um ambiente caloroso e estimulante e do envolvimento da família para prosperar. Na competição com a internet, a televisão e o rádio, o livro se perdeu e foi deixado. Novas tecnologias são bem-vindas, claro, mas nada substitui uma boa leitura ou um bom livro.

Pensando que o fato de muitas pessoas não gostarem de ler, está atribuído a que não foram apresentadas a esse universo fantástico, pois é extremamente importante para a formação da criança em relação a si mesma e o que está a sua volta. O significado literário nos permite entender alguns conceitos e valores fundamentais na formação do comportamento humano e das interações sociais.

No século XVII, a única literatura infantil eram os livros que transmitiam valores e práticas que ajudavam as crianças a enfrentar as realidades sociais. Naquela época, as crianças eram consideradas pequenos adultos com as mesmas responsabilidades e valores dos adultos, então as crianças nobres já liam os clássicos da literatura mundial, e as crianças pobres liam os clássicos e o folclore de sua própria região. No final do século XVIII, com a mudança do conceito de criança, grandes clássicos foram adaptados e inspiraram os contos de fadas que conhecemos hoje.

De acordo com Sousa (1992, apud FREITAS; FARIAS, 2016 p. 122):

Leitura é, basicamente, o ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade.

Essa citação nos lembra que a leitura é importante e que as crianças, como sujeitos, devem estar sempre expostas às letras. A leitura e a sua utilização promovem condições de aprendizagem, buscando um aprendizado fluente. Coelho (2000, apud FREITAS; FARIAS, 2016 p.124):

[...] a literatura infantil vem sendo criada, sempre atenta ao nível do leitor a que se destina [...] e consciente de que uma das mais fecundas fontes para a formação dos imaturos é a imaginação – espaço ideal da literatura. É pelo imaginário que o eu pode conquistar o verdadeiro conhecimento de si mesmo e do mundo em que lhe cumpre viver.

Quando olhamos para a leitura como um recurso educacional, procuramos conectar as crianças com a realidade e a imaginação e, claro, com a aprendizagem. As histórias para crianças oferecem atividades voltadas para a interdisciplinaridade da alfabetização, tornando-a menos cansativa e mais estimulante. Para enfocar (RUFINO e GOMES, 1999, p. 11):

A literatura infantil é muito importante para o desenvolvimento de crianças de diferentes idades porque reflete situações emocionais, fantasias, curiosidades e enriquece o desenvolvimento cognitivo. Para ele, a leitura de histórias impacta todos os aspectos da educação de uma criança. Compreensão: Desenvolva habilidades automáticas de leitura rápida para entender o texto rapidamente. Inteligência: Facilita a aprendizagem intelectual, bem como a aprendizagem de termos e conceitos.

Desta forma, a literatura e seu uso são tão significativos para a construção cognitiva dos alunos. Para Zilbermann, (2012, p. 107), “as pessoas aprendem a ler antes de saberem ler e escrever. Desde a infância, fomos orientados a compreender o mundo por meio de palavras e imagens.” Isso porque a imaginação da criança recebe um subsídio para a experiência real, ainda que mediada por elementos de origem fantástica, o prazer da leitura que resulta da receptividade ativa da criança é acompanhado de uma riqueza íntima.

Quanto à literatura, também temos Abramovich (1997, apud. Cardoso, 2016, p.2) que destaca: “[...] ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, histórias e escutá-las é o início da aprendizagem para ser leitor é ter caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo [...]”. Portanto, podemos compreender a importância da leitura para o desenvolvimento cognitivo das crianças. As crianças são capazes de interpretar e compreender histórias e seus significados devido ao entrelaçamento de componentes cognitivos e emocionais, como afirma, Pinto (2004, p. 109):

[...] acredita-se que as duas estruturas (afetividade e cognição) funcionem psicologicamente de maneira dinâmica e construtiva, como peças conjuntas de um processo único no funcionamento psicológico, sendo assim de pouco valor dividi-las em fragmentos dissociados entre si. Em cada experiência, o ser humano é cognitivo afetivo ao mesmo tempo, estando em proporções variáveis ‘mais’ afetivo ou ‘mais’ cognitivo, ou quem sabe ambas as duas somadas. Ou seja, sendo inseparáveis.

Sendo assim, pode-se perceber que o funcionamento entre esses dois processos é único e indispensáveis para uma boa aprendizagem.

3 CAMINHOS METODOLOGICOS DESENVOLVIDOS NESSA PESQUISA

Para a elaboração do trabalho de pesquisa, considerando os procedimentos de investigação, utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa bibliográfica, onde foram efetuado uma pesquisa referente ao tema, em torno da literatura conceitual relacionada.

A pesquisa aqui realizada, cujos objetivos estavam centrados na compreensão acerca da contribuição da leitura para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil, foi realizada buscando conhecer um dos aspectos presentes na sala de aula, dentre os quais os impactos na qualidade educacional já são amplamente reconhecidos pela literatura.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, onde a mesma é a coleção ou revisão de pesquisas publicadas sobre teorias que orientam a pesquisa acadêmica, requer dedicação e análise por pesquisadores que conduzem pesquisas acadêmicas e textos publicados para apoiar, destina-se a coletar e analisar trabalhos já publicados.

Para Gil (2012, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já desenvolvido, constituído principalmente por livros e artigos acadêmicos”. Sendo assim, é importante salientar que tal pesquisa são estudos, cujas informações constam principalmente em artigos publicados em fontes confiáveis de pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A contribuição da leitura e o desenvolvimento da criança

A leitura é um processo de extrema importância para as crianças na Educação Infantil, onde vem proporcionar uma qualidade no aprendizado, facilitando o entendimento do ensino. No incentivo da leitura, faz despertar criatividade, vontade de aprender, fazendo surgir na criança esse despertar em ler e perceber como a leitura acrescenta em sua vida, pois a leitura é um instrumento privilegiado na construção de conhecimentos. O ato de ler nos permite compreender o mundo em que vivemos, mas exige que carreguemos

conosco uma grande dose de consciência das coisas ao nosso redor que se relacionam com o que percebemos quando lemos as palavras.

Portanto, a leitura não é apenas um processo de decifração da linguagem, mas algo além dos símbolos linguísticos em que valorizam nossa forma de percepção de mundo e, com isso, nos leva a viver experiências ainda mais difíceis do que jamais tivemos. Sabe-se que nossa percepção do mundo começa na infância e evolui à medida que crescemos pessoal e intelectualmente. A leitura, por outro lado, tornou-se um dos principais componentes de nossas vidas, permitindo-nos refletir sobre nossa existência, por exemplo.

Um livro é um objeto concreto que os permite percepção de mundo. No nosso caso, trata-se de literatura infantil, cujo estatuto artístico é dominado por uma função didática específica que deturpa o caráter de sua ficção, daí seu valor estético e sua mediação na formação humana e literária. ainda não reconhecido. Por esta razão, as obras infantis produzidas são consideradas mais do que meras ferramentas educacionais, especialmente ferramentas de domínio ideológico, e, portanto, parte de um requintado núcleo literário que informa o mundo da experimentação e ajuda a ordenar a experiência.

Observa-se, que através da leitura as crianças são estimuladas em sua imaginação e diante de tal possibilidade, também há ganhos de inteligência e criticidade, pois as mesmas começam a encontrar comparações e soluções para os problemas que lhe são apresentados pela realidade criada pela linguagem que excita a imaginação, e então várias contradições na existência especial do comércio concreto e concreto, lidar com circunstâncias imprevistas. Desse modo:

O uso da fantasia na literatura infantil é mais um recurso de adequação do texto ao leitor (...) já que a criança compreende a vida pelo viés do imaginário. A partir da transfiguração da realidade pela imaginação, o livro infantil põe a criança em contato com o mundo e com todos os seus desdobramentos." (AGUIAR, 2001, apud. SANTOS, 2012, p.83)

Sendo assim, a literatura infantil é um pensamento e uma arte que evoca experiências culturais e históricas que geram significado e afeto e levam o indivíduo a se perceber como ser social. Como resultado, o ato de ler é uma forma de resistência à manipulação de todos os tipos porque "exige um maior nível de consciência e atenção e a participação efetiva do leitor destinatário" (CUNHA, 2003, p. 47). Então ele pode se libertar através do espírito. Como tal,

é conhecida como uma troca mútua que é “mais do que apenas receber e consumir passivamente.” (MACHADO, 2002, p. 21).

Referências e raciocínios, escolhas e relações são combinados com a imaginação e ativados como recursos cognitivos, contribuindo para a coerência do repertório de experiências vividas, imaginadas e lidas pelo pequeno leitor, amadurecendo suas habilidades intelectuais e de leitura, onde permite o estudo de diversos assuntos. Aparições da Linguagem e do Oriente em Posições Futuras e Consciência:

A convivência com poemas, narrativas ou textos dramáticos, além da ilustração ou das imagens visuais, que passaram a integrar necessariamente o livro de literatura infantil, faz com que a criança desenvolva habilidades de manuseio, de entendimento e de relação entre linguagens diversas. Muito mais do que isso. Ela forma as referências simbólicas, afetivas e de pensamento que irão permanecer na memória e influenciar pensamentos futuros. (COSTA, 2017, p.27).

As criações literárias infantis evocam visões diversas devido à sua percepção especial e tratamento simbólico do universo representado, que se dá à(s) linguagem na interação entre texto, ilustração e projeto gráfico, concedendo à criança o preenchimento. Ele preencheu a lacuna resultante de sua escassa experiência existencial e de seu amplo alcance linguístico e habilidades intelectuais.

A literatura infantil oferece, assim, um ponto de partida para a construção da identidade dos jovens leitores como um fenômeno cultural, histórico, filosófico e literário abrangente. Os primeiros são provocados, alimentados e motivados a conhecer, perguntar, responder e formular em diálogo constante com seu conhecimento limitado do mundo.

Portanto, a leitura orienta a pessoa educada para as ações cotidianas e para o início de sua existência no mundo. Por outro lado, as crianças também vivenciam suas próprias descobertas interiores e, à medida que crescem, começam a se distinguir do universo exterior de suas peculiaridades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se falar ou ao se pensar em leitura e como a mesma contribui para o desenvolvimento da criança, não podemos esquecer-nos de todo o conjunto e do meio em que a mesma está centrada. A leitura é integrante do processo de conhecimento e acompanha o aluno durante toda sua formação. O ensino da leitura tem um significado muito importante tanto para os alunos como para

professores, a fim de quem possam refletir sobre suas aprendizagens e dificuldades e também que o professor reveja suas metodologias e estratégias de ensino para que todos aprendam.

Dessa forma, a leitura auxilia o professor a perceber sua ação no contexto escolar, onde o erro não deve ser visto como punição, mas sim, como um sinalizador do que precisa ser repensado ou mudado na prática docente. A leitura exerce sim um papel importante na formação do aluno bem como a do professor, e é merecido um destaque. A mesma contribui para o desenvolvimento infantil, contemplando áreas cognitivas, emocionais e sensoriais. A criança desde que nasce se desenvolve de forma dinâmica. Pensar na educação e na maneira como a criança se desenvolve é primordial para que aconteça de forma plena.

Ser um leitor crítico, isto é, ser capaz de realizar a compreensão de um texto, é uma atividade que se faz com muito esforço não somente no que diz respeito ao aluno, mas também por parte do professor. Para que isso aconteça há necessidade de ambos reconhecerem que a leitura não possa ser feita somente como forma de aprendizagem, mas também para atender às suas necessidades como indivíduos, ampliando sua capacidade de interação com o meio à sua volta.

Na formação do leitor crítico, é pertinente considerar que formar um leitor com esta característica é também desenvolver uma prática de leitura que desperte e cultive o desejo de ler já nos primeiros anos de vida, ou seja, uma prática pedagógica eficiente que dê suporte ao aluno para realizar o esforço intelectual de ler não só textos simples, mas que proporcione a progressividade das leituras, visando capacitar leitor para textos cada vez mais complexos.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. "Sob o feitiço dos livros": Em Folha online de 27 de janeiro de 2004. Disponível em acesso em 12 de outubro de 2023.

DE JESUS, Lucineide Alves.DJ58/Lucineide Alves De Jesus; orientadora: Hilma Aparecida Brandão. –Ipameri, 2020.23 p.

DIAS, Larissa Pereira et al. **LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O PAPEL DAS PRÁTICAS DOS PROFESSORES.** 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 49ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, Aline E.; GABRIEL, Rosângela; JUSTICE, Laura M. **O papel da formulação de questões durante a leitura compartilhada de livros na educação infantil.** Ilha do Desterro, v. 72, p. 201-221, 2019.

PINTO, F. E. M. **Por detrás dos seus olhos:** a afetividade na organização do raciocínio humano Dissertação (Mestrado em Educação) – FE/Unicamp, Campinas, 2004.

RODRIGUES, Cássia Regina Machado; **A influência da família no hábito da leitura** / Cássia Regina Machado Rodrigues; orientado por Telma Socorro Silva Sobrinho – 2016.59 f.

SANTOS, Luciane Alves. O conto de fadas: da oralidade à literatura infantil. **Anais do IV Enlije–Encontro Nacional de Literatura Infantil e Juvenil. Campina Grande: Realize,** 2012.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos universais desde cedo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MELO, Rízia Cristina; FERNANDES, Antônio Edmir Frota. **Literatura infantil como alternativa para a formação de leitores na primeira infância: um relato da experiência docente.** Revista de práticas pedagógicas, v. 7, n. 1, p. 3, 2023.

ZILBERMANN, Regina. **A literatura e o ensino da literatura.** Curitiba: Ipxex, 2010.

ZILBERMANN, Regina. **A teoria da literatura e a leitura na escola.** In: _____. A literatura e o ensino da literatura. Curitiba: InterSaberes, 2012. p. 236-248.

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL DA CRIANÇA

DOI 10.29327/5429192.1-8

Mayana Marques Moura
Rosana Costa

RESUMO:

A literatura infantil desempenha um papel fundamental na interpretação do mundo e no desenvolvimento da criança, permitindo que ela compreenda criticamente o que acontece ao seu redor por meio da imaginação e da fantasia. Ao longo do texto, são abordados diversos temas relacionados à literatura infantil, como o uso de métodos pelos professores para trabalhar com esse tipo de literatura, a exploração da ludicidade como ferramenta para aquisição do conhecimento, a relação da literatura infantil no processo de ensino-aprendizagem, a formação de valores e a construção da identidade. Esse trabalho objetiva: Apresentar os benefícios da literatura na formação da criança. Apresentar principais estratégias que estimule a leitura na infância. Apresentar experiências sobre os benefícios da pesquisa na concepção de renomados autores. Utilizou-se como metodologia de pesquisa, de revisão bibliográfica narrativa que possibilita o acesso dos pesquisadores a experiências de autores que já realizaram pesquisa sobre o tema. Diante do desinteresse crescente pela leitura nas crianças, é essencial o envolvimento dos pais, familiares e professores no estímulo à leitura desde cedo. A literatura infantil deve ser vista como uma ferramenta valiosa no processo educacional, capaz de despertar a curiosidade e alimentar a imaginação. Promover o hábito de leitura, desde a infância, contribui para a formação de leitores críticos e apaixonados pelos livros. Portanto, este artigo reforça a importância contínua da literatura infantil na formação educacional da criança, destacando sua relevância no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e linguístico. É necessário incentivar e valorizar a leitura na infância, proporcionando experiências literárias significativas que estimulem o hábito de leitura e a formação de leitores atentos e reflexivos.

Palavras-Chave: literatura infantil; formação educacional; recursos lúdicos

ABSTRACT:

Children's literature plays a fundamental role in interpreting the world and in a child's development, allowing them to critically understand what happens around them through imagination and fantasy. Throughout the text, several topics related to children's literature are addressed, such as the use of methods by teachers to work with this type of literature, the exploration of playfulness as a tool for acquiring knowledge, the relationship between children's literature in the teaching process- learning, the formation of values and the construction of identity. This

work aims to: Present the benefits of literature in the education of children. Present main strategies that encourage reading in childhood. Present experiences about the benefits of research as conceived by renowned authors. A narrative bibliographic review was used as a research methodology that allows researchers to access the experiences of authors who have already carried out research on the topic. Given the growing lack of interest in reading in children, the involvement of parents, family members and teachers in encouraging reading from an early age is essential. Children's literature should be seen as a valuable tool in the educational process, capable of awakening curiosity and fueling the imagination. Promoting the habit of reading, from childhood, contributes to the formation of critical readers who are passionate about books. Therefore, this article reinforces the continued importance of children's literature in children's educational training, highlighting its relevance in cognitive, emotional, social and linguistic development. It is necessary to encourage and value reading in childhood, providing meaningful literary experiences that encourage the habit of reading and the formation of attentive and reflective readers.

Key words: children's literature; educational formation; playfulness resources

1 INTRODUÇÃO

A literatura infantil é um gênero literário destinado às crianças, cujo principal objetivo é fornecer padrões para a interpretação do mundo e o desenvolvimento pessoal. Através da leitura, audição e contação de histórias, as crianças podem compreender criticamente o mundo ao seu redor, estimulando a imaginação e a fantasia. Esse processo ocorre de maneira tranquila e sem estresse, promovendo a aquisição de conhecimento, a interação social e o desenvolvimento da sensibilidade.

Logo, a literatura infantil é importante, pois auxilia na formação cognitiva, emocional e social das crianças, introduzindo-as ao mundo imaginário, à fantasia e aos sonhos, incentivando a criatividade e a afetividade. Esse tipo de leitura também permite a análise de textos e obras, trazendo experiências do cotidiano para as palavras, estabelecendo uma conexão entre o mundo irreal e o real.

Nos dias atuais, é notório o desinteresse das crianças pela leitura, o que acarreta diversos problemas em suas vidas sociais, como dificuldades na compreensão de textos e na escrita, limitações na comunicação com outras pessoas, restrição no desenvolvimento da criatividade e imaginação, além de dificuldades no manejo das emoções. Portanto, a introdução da literatura infantil se torna uma das alternativas para estimular o hábito da leitura e o desenvolvimento dessas crianças.

Dito isso, percebe-se que a literatura possui muita notoriedade nas práticas pedagógicas, pois, por meio dela, é possível alcançar o desenvolvimento dos pequenos em diversos âmbitos, bem como é possível contribuir para a melhoria do vocabulário, a formação da criticidade do leitor, auxiliando na construção de valores e na formação da identidade.

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar a importância da literatura infantil e suas contribuições no processo educacional da criança. Além disso, objetiva-se discutir os métodos utilizados pelos professores para trabalhar a literatura infantil com as crianças, analisar como o uso da ludicidade no ensino influencia a aquisição do conhecimento e identificar a relação da literatura infantil no processo de ensino-aprendizagem das crianças.

Por fim, a presente pesquisa adotará uma metodologia de cunho bibliográfico, baseando-se em livros, artigos científicos e obras de autores renomados. Os arquivos selecionados foram lidos, organizados e analisados, e todas as informações relevantes para a construção deste trabalho foram descritas e organizadas em tópicos específicos.

Com essa abordagem, pretende-se fornecer uma visão abrangente acerca da importância da literatura infantil na formação educacional da criança, tal análise será feita explorando métodos de ensino utilizados pelos professores, o papel da ludicidade no processo de aprendizagem e a relação entre a literatura infantil e o desenvolvimento das crianças.

Ao final desta pesquisa, espera-se contribuir para a compreensão dos benefícios e impactos positivos da literatura infantil no contexto educacional, fornecendo subsídios para educadores, pais e profissionais da área. Essa compreensão pode servir como base para a implementação de estratégias eficazes que estimulem o interesse pela leitura desde a infância, promovendo o desenvolvimento integral das crianças.

2 A LITERATURA INFANTIL COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM

A literatura infantil desempenha um papel fundamental como ferramenta de aprendizagem, oferecendo diversas possibilidades de abordagem para os educadores. Os professores têm adotado diferentes métodos e estratégias para trabalhar a literatura infantil com as crianças, visando estimular o interesse pela

leitura, promover o desenvolvimento da linguagem e explorar a imaginação das crianças.

Um dos métodos frequentemente utilizado é a contação de histórias. Essa prática permite que as crianças se envolvam de forma ativa na narrativa, despertando a curiosidade e a imaginação. Segundo Tossi e Cavallari (2018), a contação de histórias na creche é um recurso eficaz para auxiliar na aprendizagem, pois possibilita o contato com diferentes narrativas, estimula a escuta atenta, favorece o desenvolvimento da linguagem oral e fortalece o vínculo entre professor e aluno.

Além disso, a ludicidade é explorada como uma forma de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais envolvente e prazeroso. Cunha *et al.* (2012) destacam que a literatura infantil proporciona um ambiente lúdico que desperta a imaginação das crianças, possibilitando a construção de significados e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Por meio de jogos, dramatizações e atividades interativas relacionadas às histórias, as crianças podem explorar diferentes perspectivas, ampliar seu vocabulário e desenvolver a criatividade.

A relação da literatura infantil com o processo de ensino-aprendizagem das crianças é um tema de interesse e estudo. Com efeito, Da Silva (2012) destaca que a literatura infantil pode contribuir para a formação de conceitos matemáticos em crianças pequenas, por meio de histórias que exploram situações do cotidiano e estimulam a reflexão e o raciocínio lógico. Além disso, acerca da mesma temática, os autores Pontes e Azevedo (2008) ressaltam que a literatura infantil em sala de aula proporciona um ambiente propício para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento da linguagem escrita e a ampliação do repertório cultural das crianças.

Essas abordagens evidenciam a importância da literatura infantil como uma ferramenta de aprendizagem significativa. Os métodos utilizados pelos professores, aliados à exploração da ludicidade, possibilitam uma maior interação das crianças com as histórias, estimulando a imaginação, a linguagem, a criatividade e o pensamento crítico. A literatura infantil contribui, assim, para um processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, cativante e enriquecedor.

A literatura infantil não se restringe apenas à área da linguagem, mas também possui um papel significativo no ensino das ciências. Segundo Filipe

(2012), a promoção do ensino das ciências, através da literatura infantil, é uma abordagem pedagógica que integra histórias e conceitos científicos, permitindo que as crianças explorem fenômenos naturais, desenvolvam habilidades de observação e experimentação, e compreendam o mundo ao seu redor de forma lúdica e contextualizada.

Nesse contexto, é importante também considerar o uso das tecnologias como um novo olhar no processo de ensino-aprendizagem da literatura infantil. Com efeito, Cantele *et al.* (2019) ressaltam que a integração das tecnologias digitais, como tablets, aplicativos e recursos interativos pode enriquecer a experiência de leitura das crianças, proporcionando novas formas de interação e explorando diferentes linguagens. Dito isso, o uso dessas respectivas tecnologias pode despertar o interesse das crianças pela leitura, facilitar o acesso a diferentes obras literárias e promover uma aprendizagem mais dinâmica e envolvente, visto que essas ferramentas lúdicas e tecnológicas podem contribuir para o despertar da atenção, da compreensão e do entendimento da criança.

Essas perspectivas destacam como a literatura infantil pode transcender as fronteiras disciplinares e se tornar uma poderosa ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Ao explorar a literatura infantil no ensino das ciências, considerar sua dimensão na formação da criança e utilizar as tecnologias de forma adequada, os educadores podem promover uma aprendizagem mais significativa, despertar o interesse das crianças pelo conhecimento e contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos.

2.1 Benefícios da literatura infantil na formação educacional

A literatura infantil desempenha um papel fundamental na formação educacional das crianças, proporcionando uma ampla gama de benefícios para o desenvolvimento integral dos pequenos leitores. Além de ser uma fonte de entretenimento e prazer, a literatura infantil desempenha um papel crucial na melhoria do psicológico e da linguagem das crianças. Além disso, ela promove o desenvolvimento da criticalidade e da análise de textos.

Em relação ao aspecto psicológico, a literatura infantil desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento emocional das crianças.

Conforme mencionado por Alves (2015), ao se envolverem com as histórias e personagens presentes nos livros, as crianças têm a oportunidade de explorar uma ampla gama de emoções, como alegria, tristeza, medo, empatia e esperança. Essa experiência emocional, proporcionada pela literatura infantil, auxilia as crianças a compreenderem e expressarem suas próprias emoções, desenvolvendo assim sua inteligência emocional e habilidades socioemocionais.

A literatura infantil oferece um mundo de possibilidades e emoções que são essenciais para o desenvolvimento psicológico das crianças. Ao se envolverem com personagens cativantes, histórias envolventes e cenários imaginativos, as crianças têm a oportunidade de explorar diferentes aspectos da vida e lidar com suas próprias emoções. Através da identificação com os personagens, elas podem compreender melhor seus próprios sentimentos e experiências.

As histórias infantis também abordam questões importantes, como medos, perdas, amizade e superação de desafios, o que ajuda as crianças a desenvolverem habilidades de enfrentamento e resiliência emocional. A literatura infantil oferece um espaço seguro para as crianças explorarem e processarem suas emoções, permitindo-lhes compreender que suas vivências e sentimentos são válidos e que existem maneiras saudáveis de lidar com eles.

Além disso, a literatura infantil contribui para a melhoria da linguagem das crianças. Segundo Zilberman (2013), a exposição regular à leitura de livros infantis enriquece o vocabulário das crianças, ampliando sua capacidade de compreensão e expressão verbal. Através da leitura, as crianças entram em contato com diferentes estruturas linguísticas, expressões idiomáticas e estilos de escrita, o que estimula sua habilidade de comunicação e favorece o desenvolvimento da fluência verbal. Assim, a leitura de livros infantis proporciona um contato frequente com uma linguagem rica e variada, o que contribui para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita das crianças.

A literatura infantil também desempenha um papel importante na promoção da alfabetização e no desenvolvimento da consciência fonológica das crianças. Barbosa (2014) destaca que a leitura de histórias rimadas, com repetições e jogos de palavras, contribui para o desenvolvimento da consciência dos sons da língua, auxiliando no processo de aprendizagem da leitura e escrita.

As crianças aprendem a identificar e diferenciar sons, reconhecer padrões fonéticos e adquirir noções básicas de estruturação textual.

Além disso, a literatura infantil promove a imaginação, a criatividade e o pensamento crítico das crianças. Coelho (2014) ressalta que, ao entrarem em contato com histórias fantásticas, personagens cativantes e situações desafiadoras, as crianças são estimuladas a desenvolverem sua capacidade de criar, questionar, refletir e imaginar possibilidades diversas. Essa habilidade de pensar de forma crítica e criativa é essencial para o processo de aprendizagem e para a formação de cidadãos ativos e participativos.

Dessa forma, a literatura infantil exerce um papel fundamental na formação educacional das crianças, contribuindo para o seu desenvolvimento psicológico e fortalecendo sua linguagem. Através da leitura de histórias, as crianças vivenciam experiências emocionais enriquecedoras, desenvolvem habilidades linguísticas, ampliam sua imaginação e criatividade.

Além disso, no que se refere a formação de valores nas crianças, através das histórias e personagens presentes nos livros, as crianças são expostas a diferentes situações e dilemas morais, o que as auxilia na compreensão e internalização de valores essenciais, como amizade, respeito, empatia, justiça e honestidade.

As narrativas da literatura infantil frequentemente abordam questões éticas e sociais, apresentando aos pequenos leitores diferentes perspectivas e mostrando as consequências de diferentes escolhas. Essas histórias servem como um espelho para as crianças refletirem sobre seu próprio comportamento e ações, permitindo-lhes desenvolver um senso de discernimento moral. Ao se identificarem com os personagens e suas jornadas, as crianças aprendem sobre valores positivos e são incentivadas a aplicá-los em suas próprias vidas.

De acordo com Souza e Müller (2017), a literatura infantil é uma ferramenta poderosa para promover o respeito à diversidade étnico-cultural. Ao apresentar personagens de diferentes origens étnicas, contextos sociais e culturas, as crianças são incentivadas a valorizar e respeitar as diferenças, ampliando sua visão de mundo e desenvolvendo uma consciência mais inclusiva. Através das narrativas, as crianças podem se identificar com personagens que refletem a diversidade presente em suas próprias vidas e comunidades, fortalecendo, assim, sua autoestima e construção de identidade.

A literatura infantil também desempenha um papel importante na formação de valores nas crianças. Peres, Marinheiro e Moura (2012) destacam que as histórias infantis podem transmitir mensagens sobre questões como amizade, honestidade, empatia, solidariedade e justiça. Ao se envolverem com as situações e dilemas enfrentados pelos personagens, as crianças são incentivadas a refletir sobre esses valores e a desenvolver um senso ético. A literatura infantil oferece uma oportunidade valiosa para discutir e explorar questões morais e éticas, auxiliando no desenvolvimento do caráter e na formação de uma base sólida de valores nas crianças.

Assim, ao explorarem diferentes histórias e personagens, as crianças têm a oportunidade de se conectar com experiências e realidades diversas, o que enriquece sua compreensão do mundo e de si mesmas. Através da leitura, elas podem encontrar personagens que refletem suas próprias características, desafios e aspirações, promovendo, assim, a construção de uma identidade positiva.

Além disso, a literatura infantil contribui para a construção da identidade das crianças. Mortatti (2001) ressalta que a leitura crítica da literatura infantil permite que as crianças questionem estereótipos, rompam com padrões preestabelecidos e desenvolvam uma visão mais autêntica de si mesmas. Ao se identificarem com personagens e histórias que refletem suas próprias experiências, as crianças podem explorar diferentes aspectos de sua identidade e compreender melhor quem são e o seu lugar no mundo.

Assim, a literatura infantil é uma ferramenta poderosa para ajudar as crianças a enfrentarem desafios e mudanças em suas vidas. Ao ler histórias sobre superação, coragem e perseverança, as crianças são inspiradas e encorajadas a enfrentar seus próprios obstáculos e acreditar em seu potencial.

Em suma, a literatura infantil exerce uma influência profunda na formação de valores e na construção da identidade das crianças. Ao apresentar questões éticas, promover a diversidade e oferecer modelos positivos, a literatura infantil auxilia as crianças na compreensão de valores importantes e na construção de uma identidade saudável. É fundamental que os educadores e os pais incentivem a leitura de literatura infantil, selecionando cuidadosamente os livros e proporcionando um espaço para discussões e reflexões sobre os temas

abordados nas histórias. Dessa forma, as crianças poderão se beneficiar plenamente do potencial educativo e transformador da literatura infantil.

2.2 Estratégias para estimular o hábito de leitura na infância

Uma das chaves para estimular o hábito de leitura na infância é o envolvimento ativo dos pais e da família no incentivo à leitura. A participação dos pais como modelos de leitura e o estabelecimento de um ambiente familiar favorável à literatura desempenham um papel crucial na formação de leitores ávidos e apaixonados. Nesta seção, discutiremos algumas estratégias que os pais e a família podem adotar para estimular o hábito de leitura nas crianças.

Estabelecer uma rotina de leitura é uma maneira eficaz de incorporar o hábito de leitura na vida cotidiana das crianças. Os pais podem reservar um tempo fixo todos os dias para a leitura em família, seja antes de dormir, após o jantar ou em qualquer outro momento adequado. A consistência ajuda as crianças a associarem a leitura a um momento prazeroso e especial. Além disso, é importante permitir que as crianças escolham seus próprios livros de acordo com suas preferências e níveis de leitura, para que se sintam mais engajadas e motivadas.

Nesse sentido, Silva *et al.* (2012) ressaltam que os pais podem desempenhar um papel ativo na promoção do hábito de leitura ao estabelecerem momentos dedicados à leitura em família. Essa prática pode envolver a escolha de livros adequados para a faixa etária da criança, a leitura em voz alta, a exploração das ilustrações e a participação ativa das crianças na discussão e interpretação das histórias.

O envolvimento dos pais na leitura demonstra a importância atribuída ao ato de ler, transmitindo uma mensagem positiva sobre a leitura e incentivando a criança a desenvolver um interesse genuíno pelos livros.

Além disso, Guedes, Barreto e Muller (2015) destacam que os pais podem criar um ambiente favorável à leitura em casa, disponibilizando livros infantis em locais acessíveis, como prateleiras ou cestos especiais. Ter uma diversidade de livros à disposição permite que a criança explore diferentes temas, gêneros e estilos literários, ampliando seu repertório e interesse pela leitura. Os pais

também podem incentivar a criança a compartilhar suas experiências de leitura, valorizando suas opiniões e promovendo conversas enriquecedoras sobre os livros lidos.

As crianças são influenciadas pelas ações e comportamentos de seus pais e familiares. Portanto, é essencial que os adultos sejam modelos de leitura em casa. Ao verem os pais dedicando tempo à leitura, as crianças percebem a importância e o prazer associados a essa atividade. Os pais podem reservar um momento do dia para a leitura silenciosa em família, onde cada membro escolhe um livro de acordo com seus interesses e compartilha a experiência. Essa prática demonstra o valor da leitura e cria um ambiente positivo em torno dela.

Outra abordagem eficaz, para estimular o hábito de leitura na infância, é incorporar recursos lúdicos e interativos no processo. As crianças têm uma natureza curiosa e gostam de aprender de maneira divertida. Ao tornar a experiência de leitura interativa e envolvente, os pais e educadores podem despertar o interesse das crianças pelos livros.

Lacerda (2020) ressalta que o uso de recursos lúdicos na abordagem da literatura infantil é especialmente benéfico para o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essas crianças costumam apresentar características de interesse restrito e dificuldades na interação social, mas a utilização de recursos lúdicos, como jogos sensoriais, dramatização e material visual, pode facilitar a compreensão e o envolvimento delas com as histórias, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais.

Além disso, Sousa *et al.* (2018) destacam o potencial da literatura infantil associada a softwares educativos como recursos didáticos no ensino de cores para alunos com Síndrome de Down. A combinação da leitura de histórias com atividades interativas que exploram as cores, como jogos de associação e identificação de cores, contribui para a aprendizagem significativa e a consolidação do conhecimento, de forma lúdica e prazerosa.

Assim, a tecnologia pode ser uma aliada na abordagem da literatura infantil. Existem aplicativos, plataformas digitais e e-books interativos que combinam elementos visuais, sonoros e interativos para tornar a experiência de leitura mais cativante. No entanto, é importante equilibrar o uso da tecnologia

com outras formas de leitura tradicional em formato impresso, para garantir uma experiência completa e diversificada.

O uso de recursos lúdicos e interativos na abordagem da literatura infantil proporciona um ambiente de aprendizagem mais estimulante e motivador, favorecendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, linguísticas, sociais e emocionais das crianças. Esses recursos permitem a exploração ativa das histórias, o desenvolvimento da imaginação, a participação ativa das crianças na construção do conhecimento e a conexão entre o mundo real e o mundo imaginário presente nas obras literárias. Dessa forma, promovem uma abordagem mais dinâmica, interativa e envolvente da literatura infantil, ampliando suas contribuições no processo de formação educacional das crianças.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste estudo, foi realizada a revisão bibliográfica narrativa, que é um tipo de revisão da literatura, com intuito de possibilitar o acesso dos pesquisadores à experiências de autores que já realizaram pesquisa sobre o tema. De acordo com Silva et al (2002), a revisão narrativa não é imparcial por permitir o relato de outros trabalhos, a partir da compreensão do pesquisador sobre como os outros já foram realizados.

Na realização deste trabalho, foi feita uma revisão narrativa da literatura com o tema proposto: “A importância da literatura infantil na formação educacional da criança” Segundo Gil (2004), a revisão literária é uma ação sobre material já produzido.

A revisão bibliográfica, é uma análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento (TRENTINI e PAIM, 1999). A pesquisa bibliográfica tem por finalidade buscar explicação e discussão de um tema com referências que foram publicadas em livros, artigos, revistas, periódicos etc. Assim como, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema. (MARTINS, 2001). Para o enriquecimento da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diversos estudos e experiências têm sido conduzidos para avaliar os benefícios da literatura infantil na formação educacional das crianças. Através dessas pesquisas, é possível observar os impactos positivos da literatura infantil em diferentes aspectos do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e linguístico das crianças. A seguir, apresentaremos alguns estudos e experiências que comprovam tais benefícios.

No estudo de Souza e Müller (2017), os pesquisadores destacam a importância da literatura infantil na construção da identidade das crianças, bem como na promoção do respeito à diversidade étnico-cultural. Através da leitura de histórias que abordam diferentes culturas, etnias e realidades sociais, as crianças desenvolvem uma compreensão mais ampla e inclusiva do mundo ao seu redor, promovendo a valorização da diversidade e o respeito às diferenças.

Nesse contexto, na experiência de Silva *et al.* (2012), os pesquisadores investigaram o impacto da literatura infantil no desenvolvimento do hábito da leitura. Através da exposição regular das crianças a livros e histórias desde cedo, foi observado um aumento significativo no interesse e na motivação para a leitura. A literatura infantil despertou a curiosidade das crianças, estimulou a imaginação, ampliou o vocabulário e contribuiu para a formação de leitores ativos e críticos.

No estudo de Lacerda (2020), a pesquisadora explorou o uso da literatura infantil como recurso educativo para o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Por meio da leitura de histórias adaptadas e do uso de recursos lúdicos, como jogos sensoriais e material visual, verificou-se que a literatura infantil contribuiu para a estimulação sensorial, o desenvolvimento da linguagem, a compreensão social e emocional, e a interação dessas crianças com o mundo ao seu redor.

Esses estudos e experiências comprovam os benefícios da literatura infantil na formação educacional das crianças. Através da leitura de histórias, as crianças são expostas a diferentes realidades, ampliam seu repertório cultural, desenvolvem habilidades linguísticas, emocionais e sociais, além de

despertarem o interesse pela leitura. A literatura infantil se mostra como uma ferramenta valiosa e transformadora no processo educacional, proporcionando experiências enriquecedoras que influenciam positivamente no desenvolvimento global das crianças.

A literatura infantil, associada a recursos lúdicos e interativos, como jogos, atividades interativas, aplicativos e softwares educativos, proporciona uma experiência mais dinâmica e envolvente para as crianças. Dalla Bernardina Amarala *et al.* (2021) destacam que o uso de recursos digitais e tecnológicos, quando bem planejados e aplicados de forma pedagogicamente adequada, pode ampliar as possibilidades de interação e exploração das histórias, despertando o interesse e a curiosidade das crianças.

Ainda sobre a importância do hábito da leitura, Siqueira Gama, Spinelli e Olini (2023) afirmam que estabelecer momentos regulares dedicados à leitura, como antes de dormir ou durante as refeições, ajuda a incorporar a leitura como parte integrante da rotina da criança. Essa regularidade contribui para a formação de uma associação positiva entre leitura e momentos agradáveis, fortalecendo o interesse e o engajamento da criança com os livros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, examinamos a importância da literatura infantil na formação educacional da criança, destacando seus benefícios em diferentes aspectos do desenvolvimento. A literatura infantil, por meio de histórias e narrativas, desempenha um papel fundamental na formação cognitiva, emocional, social e linguística das crianças. Ela estimula a imaginação, promove a aquisição de conhecimento, favorece a interação com o meio social e desenvolve a sensibilidade.

Refletindo sobre os principais pontos discutidos, ficou evidente que a literatura infantil oferece uma experiência enriquecedora para as crianças, permitindo-lhes compreender criticamente o mundo ao seu redor, estimular a criatividade, desenvolver a afetividade e a construção da identidade. Além disso, a literatura infantil contribui para a melhoria do vocabulário, o desenvolvimento da criticidade, a formação de valores e a construção da identidade das crianças.

Diante do desinteresse crescente das crianças pela leitura atualmente, torna-se fundamental o encorajamento contínuo do estímulo à leitura na infância. Os pais, familiares e professores desempenham um papel crucial nesse processo, ao proporcionar um ambiente favorável à leitura, disponibilizar livros adequados e incentivar a participação em atividades literárias.

É essencial que os educadores utilizem métodos adequados para trabalhar a literatura infantil, explorando recursos lúdicos, como jogos, música, teatro e materiais visuais, que estimulem o interesse e a participação ativa das crianças. Além disso, a integração da literatura infantil com recursos tecnológicos, como softwares educativos e aplicativos interativos, pode ampliar ainda mais o envolvimento das crianças no processo de aprendizagem.

Nesse contexto, é importante destacar que a literatura infantil deve ser vista como uma ferramenta valiosa no processo educacional, capaz de despertar a curiosidade, alimentar a imaginação e incentivar o hábito da leitura desde cedo. Através da literatura infantil, as crianças têm a oportunidade de explorar o mundo da fantasia, dos sonhos e da imaginação, ao mesmo tempo em que constroem pontes entre o mundo irreal e o mundo real.

Portanto, é fundamental que os esforços para promover a literatura infantil sejam contínuos e que a leitura seja valorizada como um elemento essencial no desenvolvimento integral da criança. Ao proporcionar experiências literárias significativas e estimular o hábito da leitura desde a infância, contribuiremos para a formação de leitores críticos, criativos e apaixonados pelo mundo dos livros.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Entre a escola e a vida**: reflexões sobre a literatura infantil. 2015. São Paulo: Editora Papirus, 2015.

BARBOSA, Maria Stella Martins. **A formação do leitor literário**: uma questão para o ensino fundamental. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CANTELE, Deniz Maria Madruga *et al.* Literatura infantil e as tecnologias: um novo olhar no processo de ensino-aprendizagem. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 22., 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: Sociedade Brasileira de Computação, 2019. p. 682-691.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. 13. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2014.

DA SILVA, Adelmo Carvalho. Literatura infantil e a formação de conceitos matemáticos em crianças pequenas. **Ciências & Cognição**, v. 17, n. 1, 2012.

DALLA BERNARDINA AMARALA, Ana Luisa *et al.* **As contribuições da literatura infantil na formação da criança**. Elaborada pela Bibliotecária Alexandra B. Oliveira CRB06/396, v. 11, n. 2, p. 2.

DE SIQUEIRA GAMA, Niviah Karoline; SPINELLI, Larissa Silva Freire; OLINI, Polyana. **Literatura infantil e formação de leitores**: caminhos que se entrelaçam. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia), UNIVAG, Campina Grande, 2023.

FILIPE, Rita Isabel Batista da Silva. **A promoção do ensino das ciências através da literatura infantil**. 2012. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

GUEDES, Carolina Duarte; BARRETO, Maria de Fátima Araújo; MULLER, Hofélia M. Pozzobon. A prática da literatura infantil no período da alfabetização. **Repositório Institucional da UEG Câmpus posse**, v. 1, n. 1, p. 5-8, 2015. Disponível em: <http://www.aprender.posse.ueg.br:8081/jspui/handle/123456789/47>. Acesso em: 02 jul. 2023.

LACERDA, Joyce Rayane Carvalho. **Literatura infantil**: um recurso educativo para o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB, 2020.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Leitura crítica da literatura infantil. **Itinerários - Revista de Literatura**, v. 13, n. 2, p. 45-60, 2001.

PERES, Fabiana Costa; MARINHEIRO, Edwylson de Lima; MOURA, Simone Moreira de. A literatura infantil na formação da identidade da criança. **Revista Eletrônica Pró-Docência**, UEL, v. 1, n. 1, 2012.

PONTES, Verônica Maria de Araújo; AZEVEDO, Fernando José Fraga de. A criança e a literatura infantil: uma relação fantástica em sala de aula. **Revista Brasileira de Educação**, v. 32, n. 2, p. 456-468, 2008.

SILVA, Flavia Vieira da *et al.* Literatura infantil: sua contribuição para o desenvolvimento do hábito da leitura. **Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, v. 1, n. 2, 2012.

SOUSA, Alessandra Ribeiro *et al.* A dimensão da literatura infantil no processo ensino-aprendizagem da criança. **Revista Brasileira de Educação**, v. 45, n. 3, p. 789-802, 2021.

SOUSA, Priscila Batista de *et al.* Literatura infantil associada a um software educativo como recursos didáticos no ensino de cores para alunos com

Síndrome de Down. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Anais [...]**, 2018. p. 456-468.

SOUZA, Maria Celiane Pinto dos Passos; MÜLLER, Hofélia Madalena Pozzobon. Literatura infantil: a construção da identidade da criança e o respeito à diversidade étnico-cultural. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA INFANTIL E JUVENIL. **Anais [...]**, 2017. p. 123-135.

TOSSI, Kaliandra Silva; CAVALLARI, Sandra A. Literatura infantil: a contação de histórias enquanto instrumento de aprendizagem na creche. **Revista de Comunicação Científica**, v. 3, n. 1, 2018.

ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: história e histórias. 3. ed. São Paulo: Global, 2013.

O LUDICO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DA CRIANA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE TERESINA- PI

DOI 10.29327/5429192.1-9

Claudia Maria da Silva Santos
Ronielly Patricia de Oliveira Costa
Estélio Silva Barbosa

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema: O lúdico no processo ensino aprendizagem da criança na educação infantil. A pesquisa tem como questões norteadoras: Qual a importância do lúdico no processo ensino-aprendizagem na educação infantil? Qual o papel do professor em relação às brincadeiras desenvolvidas em sala de aula na educação infantil? Qual a capacidade que o lúdico tem em desenvolver as habilidades da criança na educação infantil? O objetivo geral: Analisar a importância do lúdico no desenvolvimento das crianças na educação infantil. Os objetivos específicos: Observar as dificuldades encontradas pelos professores diante da utilização do lúdico em sala de aula na educação infantil. Compreender a importância do lúdico no processo ensino-aprendizagem na educação infantil. Apreciar os benefícios das atividades lúdicas em sala de aula na educação infantil. A metodologia desta pesquisa buscou-se em bibliográfica e de campo de cunho qualitativa. Para o enriquecimento desta pesquisa foi necessário o embasamento teórico com a participação de alguns autores como: Antunes (2005), Borba (2007), Friedmann (2000), Gil (2011), Kishimoto (2001), entre outros. Esta pesquisa relata o lúdico como um método que contribui para o desenvolvimento mental, social e psicomotor da criança e que através do lúdico a criança aprende com prazer. Esperamos que os professores de educação infantil possam aplicar esta ferramenta em sala de aula.

Palavras- Chave: Lúdico; Educação Infantil; Criança; Aprendizagem.

ABSTRACT

This research was carried out with the theme: The of the playful to the Infantile Education. The research has as guiding questions: What is the importance of the playful in the teaching-learning process in Early Childhood Education? What is the role of the teacher in relation to the games developed in the classroom in Early Childhood Education? What is the capacity of the child to develop the child's abilities in early childhood education? What is the role of the teacher in the mediation of the playful in the development of the child in Early Childhood Education? The general objective was to analyze the importance of playfulness in the teaching-learning process in early childhood education. The specific objectives were: to observe the difficulties encountered by teachers in the use of play in the classroom in Early Childhood Education. Understand the importance of Playful in the teaching-learning process in Early Childhood Education. To

appreciate the benefits of play activities in the classroom in Early Childhood Education. The methodology of this research was bibliographical and field. For the enrichment of this research was necessary the theoretical basis with the participation of: Antunes (2005), Borba (2007), Friedmann (2000), Gil (2011), Kishimoto (2001), among others. This research will show educational professionals, especially teachers who work in Early Childhood Education and do not have the skills to play mediation between teaching and learning, show that play is a method that contributes to growth and mental development, Social and psychomotor of the child and through the playful the child.

Keywords: Playful; Education Infantil; Child. Learning.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema: O lúdico no processo ensino aprendizagem da criança na educação infantil em uma escola municipal em Teresina- PI. Refletir sobre o lúdico no processo de ensino aprendizagem é a principal expressão da criança, pois a maneira pela qual ela se comunica e tem contato com os demais é através do brincar que a criança se humaniza. A utilização dessa prática pedagógica traz várias contribuições, pois as brincadeiras despertam nas crianças o interesse pelo aprender através de vivências prazerosas, assim facilitando o processo de aprendizagem.

Como questões norteadoras: Qual a importância do lúdico no processo ensino-aprendizagem da criança na educação infantil? Qual o papel do professor em relação às brincadeiras desenvolvidas em sala de aula? Qual a capacidade que o lúdico tem em desenvolver as habilidades da criança?

O objetivo geral: Analisar o lúdico no processo ensino aprendizagem da criança na educação infantil. Os objetivos específicos: Observar as dificuldades encontradas pelos professores diante da utilização do lúdico em sala de aula, compreender a importância do Lúdico no processo ensino-aprendizagem da criança e apreciar os benefícios das atividades lúdicas em sala de aula.

A justificativa desta pesquisa se deu pelo fato de que o lúdico no contexto escolar é atividades representativas para a necessidade do desenvolvimento infantil, e podem ser encaradas como situações cotidianas e um direito das crianças. Por meio do lúdico, elas se apropriam dos elementos da realidade e dão a eles novos significados. Assim, considerando que brincando também se aprende, com os conteúdos sendo transmitidos de forma divertida pelos educadores, as crianças têm uma maior chance de absorção do conhecimento, tornando mais atrativo o processo e gerando uma interação e socialização com

os demais. Na infância o lúdico é essencial, pois a criança consegue ter mais autonomia.

Diante do exposto, acredita-se que este estudo seja de grande relevância acadêmica e social, pois permite conhecer o processo de ensino aprendizagem mediante a inserção do brincar como metodologia alternativa no processo ensino aprendizagem, além de refletir sobre o papel do profissional docente e realizar um apanhado histórico sobre a estruturação da educação infantil no Brasil. A intenção é contribuir como fonte de pesquisa no que refere à produção de conhecimento na área.

A metodologia desta pesquisa baseia-se em uma pesquisa bibliográfica e de campo de cunho qualitativa. Para a concretização desta pesquisa, buscou-se o embasamento teórico de alguns autores como: Corazza (2002), Gil (2002), Brougere (2010), Pereira (2012) entre outros.

2.0 O BREVE HISTÓRICO SOBRE O LÚDICO

A história do lúdico na educação infantil no processo de ensino aprendizagem vem resgatando sua utilidade desde os primórdios, passando pela idade média até os dias de hoje. Na idade média os jogos e as brincadeiras já eram presentes entre os educandos, mas não eram utilizadas com a mesmas finalidades de hoje as crianças brincavam sem nenhum objetivo de aprendizagem. O modo de lidar com as crianças na idade média era baseado em alguns costumes herdados da Antiguidade. Nas sociedades antigas, o status da criança era nulo.

A Palavra lúdico vem do latim Ludos e significa brincar. Nesse brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e brincadeiras, a palavra é relativa também a conduta daquele que joga, que brinca e que se diverte. O lúdico se expressa desde os primitivos nas atividades de dança, caça, pesca, lutas. Assim, é possível dizer que a cultura lúdica é produzida pelos indivíduos, a qual se constrói a todo tempo, por meio de brincadeiras que a criança começa desde cedo.

A concepção da cultura lúdica é uma noção historicamente construída ao longo do tempo e, conseqüentemente, foi mudando conforme as sociedades, não se mantendo da mesma forma dentro das sociedades e épocas. Antunes (2005, p.34).

O lúdico é parte integrante do mundo infantil da vida de todo ser humano. O olhar sobre o lúdico não deve ser visto apenas como diversão, mas sim, de grande importância no processo de ensino-aprendizagem na fase da infância, assim o lúdico possibilita o estudo da relação da criança com o mundo externo, integrando estudos específicos sobre a importância do lúdico na formação da personalidade.

Na educação infantil tem sido uma das estratégias mais bem sucedidas no que concerne à estimulação do desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem de uma criança. Essa atividade é significativa por que desenvolvem as capacidades de atenção, memória, percepção, sensação e todos os aspectos básicos referentes à aprendizagem. O lúdico refere-se a uma dimensão humana que evoca os sentimentos de liberdade e espontaneidade de ação e é livre de pressões e avaliações.

O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial de psicofisiologia do comportamento humano. De modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo. Conforme Antunes (2005); “as implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo”. Dessa forma, o lúdico apresenta valores específicos para todas as fases da vida humana. Assim, na idade infantil e na adolescência a finalidade é essencialmente pedagógica. De acordo com Neves (2009); “A criança e mesmo o jovem opõem uma resistência à escola e ao ensino, porque acima de tudo ela não é lúdica, não costuma ser prazerosa”

O lúdico se define pelas ações do brincar que são organizadas em três eixos: o jogo, o brinquedo e a brincadeira. Para Luckesi (2007) o lúdico é um estado de prazer e alegria do sujeito e a ludicidade é uma denominação geral para esse estado; essa é uma qualidade de quem está lúdico por dentro de si mesmo. Ele continua afirmando que a ludicidade está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento humano, junto com o prazer e a alegria, ela nos ajuda a crescer, a tornarmos posse de nós mesmo, a amadurecer nossas capacidades e nossa autoimagem.

O lúdico possibilita o estudo da relação da criança com o mundo externo, integrando estudos específicos sobre a importância do lúdico na formação da personalidade. É essencial para uma escola que se proponha não somente ao sucesso pedagógico, mas também a formação do cidadão, por que a

consequência imediata dessa ação educativa é a aprendizagem em todas as dimensões: social, cognitiva, relacional e pessoal. O lúdico não está apenas no ato de brincar, está também no ato de ler, no apropriar-se da literatura como forma natural de descobrimento e compreensão do mundo.

Atividades de expressão lúdico-criativas atraem a atenção das crianças e podem se constituir em um mecanismo de potencialização da aprendizagem. Atividades lúdicas favorecem o desenvolvimento motor e psicomotor das crianças em suas atividades, principalmente nas escolas. O lúdico é uma estratégia insubstituível para ser usada como estímulo na construção do conhecimento humano e na progressão das diferentes habilidades operatórias, além disso, é uma importante ferramenta de progresso pessoal e de alcance de objetivos institucionais.

Além disso, o mesmo é significativo para a criança poder conhecer, compreender e construir seus conhecimentos, tornar-se cidadã deste mundo, ser capaz de exercer sua cidadania com dignidade e competência. O lúdico proporciona um desenvolvimento sadio e harmonioso, sendo uma tendência instintiva da criança. Ao brincar a criança aumenta a independência, estimula sua sensibilidade visual e auditiva, valoriza a cultura popular, desenvolve habilidades motoras, diminui a agressividade, exercita a imaginação e criatividade.

2.1 Ludicidade e Educação

Não é fácil transformar uma realidade e isso não acontece de uma hora para outra, pois as práticas docentes são diversas, as concepções dependem de cada educador, pois os educadores, mesmo selecionando a mesma disciplina e trabalhando na mesma escola, diferem em suas concepções.

Por outro lado, sabe-se que uma mudança só ocorre ao longo de um período e, para que aconteça, é necessário que exista pessoas inovadoras, criativas e capazes de incentivar a busca por novos caminhos que possam levar a transformação.

As práticas pedagógicas atuais têm por tarefa construir competências, buscar novos conhecimentos, procurar métodos ativos, tornar as disciplinas menos rígidas, respeitar os alunos, utilizar didáticas mais flexíveis, usar novas tecnologias. Essas práticas tendem, no futuro, a mudar a educação e um dos caminhos viáveis pode ser a utilização das atividades lúdicas, pois estas têm a

possibilidade de ajudar na busca de mudanças, uma vez que tendem a ser mais abertas, criativas e dinâmicas. Atualmente não há dúvidas de que o brincar deve ser incorporado à educação como algo que pode desencadear um processo permanente de educar.

Ao analisar os preceitos da pedagogia tradicional que ainda persistem nas escolas, percebe-se que existe uma restrição ao uso dos jogos e brincadeiras na educação, por isso na relação aprendizagem e brincadeira, há ainda questões que precisam ser aprofundadas e discutidas, pois tanto os pais como alguns educadores ainda não tem clareza sobre os pressupostos que unem a ludicidade e educação, e em se tratando de ludicidade é importante que se diga também que é uma necessidade da criança, para que ela se desenvolva integralmente, precisa brincar livremente.

Quando os educadores percebem claramente o quanto brincar favorece a aprendizagem, está na hora de mostrar também para os pais e à sociedade o quanto a criança aprende com prazer brincando. A educação é uma tendência que busca nas atividades lúdicas uma forma de planejar atividades escolares que motivem os alunos para a construção do conhecimento.

O que ocorre é que o uso do lúdico na escola muitas vezes é trabalhado como uma simples recreação, muitos educadores ainda não estão sabendo usufruir dessa ferramenta como intervenção psicopedagógica. Ao considerar a ludicidade como “um estado interno do sujeito que age e/ ou vivencia uma atividade lúdica”, Luckesi (2002) apresenta uma contribuição significativa para a compreensão desse fenômeno, acrescentando às abordagens correntes, em geral dedicadas às manifestações exteriores do sujeito que vivencia um jogo ou uma brincadeira, um olhar agora focado na dimensão interna do ser humano.

O que a ludicidade traz de novo é o fato de que o ser humano, quando age ludicamente, vivencia uma experiência plena. Enquanto estamos participando verdadeiramente de uma atividade lúdica, não há lugar, na nossa experiência, para qualquer outra coisa além desta atividade. Não há divisão. Estamos inteiros, plenos, flexíveis, alegres, saudáveis.

Por fim, o educador lúdico deve ser um profissional sério, que estuda, que pensa, que pesquisa, que experimenta, dando um caráter de cientificidade a seu trabalho e, ao mesmo tempo, uma pessoa que vivencia, que chora, que ri, que canta e que brinca, dando um caráter de humanização ao trabalho escolar.

Esse conceito possibilita vislumbrar um educador que une razão e emoção. Se ele agir assim em sala de aula possivelmente os alunos terão uma formação diferenciada.

A criança enquanto indivíduo sempre pertenceu à sociedade, entretanto sua posição foi se modificando ao longo do tempo, uma vez que suas relações sempre estavam relacionadas, direta ou indiretamente, ao aprendizado (BROUGERE, 2010). Ao passo que se desenvolviam, necessitavam aprender, entre outras habilidades, como se portar em sociedade, e para tanto, eram educadas em casa ou encaminhadas a alguma instituição, dependendo da condição financeira, assim como dos costumes da época.

Assim, no curso da história, Áries (1986) aponta que a aparição da criança enquanto categoria social ocorre de maneira gradual a partir do século XIII, até a segunda metade do século XVII. Essa “escassez” acontecia muito por conta da saúde precária da época, que contribuía para um alto grau de mortalidade infantil. Com isto, somente a partir do século XVI e início do XVII, quando a medicina avançou e permitiu que o índice de mortalidade infantil diminuísse, que passam a acontecer no âmbito familiar, modificações em sua estrutura. Isto refletiu na pedagogia familiar e social possibilitada pelas novas condições de vida.

Tais mudanças refletiram também na criação de instituições educativas e provocaram discussões sobre como educar as crianças para além do ambiente familiar. A partir do século XVII a aprendizagem passa a ser realizado no âmbito escolar, o que transformou a escola em uma ideia de instituição social, e permitiu que a concepção de infância foi obtivesse outras conotações. A dicotomia do ensino tradicional, pautado em punições e castigos, e a figura emblemática da criança, ser livre e brincalhão se perpetuou por bastante tempo. A pedagogia tradicional não permitia que as crianças fossem de fato crianças, e tornava o ambiente escolar, e, sobretudo, o aprendizado enfadonhos e desgastantes para os mesmos. Somente com os rumores e discussões sobre a implementação da Escola Nova, aliada a necessidade de ingresso cada vez mais cedo de crianças no âmbito escolar, novamente motivadas por mudanças na sociedade a partir do século XVIII, que o processo ensino-aprendizagem na educação infantil ganhou outra forma (CORAZZA, 2002).

O ingresso das crianças nas creches urgiu a necessidade de se obter propostas de ensino voltadas especialmente para os novos padrões da sociedade, mas que também atendessem ao sistema capitalista. Assim, surgem novos modelos educacionais com o objetivo de assegurar o “ser criança” e estimular atividades significativas.

2.2 A Contribuição do lúdico para o processo ensino aprendizagem na Educação Infantil.

O lúdico possibilita trabalhar o desenvolvimento integral da criança, já que as atividades lúdicas desenvolvem com mais facilidade sua potencialidade, sua subjetividade, autonomia, seu lado emocional, intelectual, coordenação motora ampla e fina, seu lado social e cultural, pois a aprendizagem através de brincadeiras se torna muito mais significativas e prazerosas.

Desta forma, entendo que as atividades lúdicas cooperativas contribuem e oportunizam as crianças momentos de expressão, criação e troca de informações, além de trabalhar a cooperação. Perrenoud (2000) destaca que as atividades lúdicas se apresentam como uma possibilidade muito rica de aprendizado e de desenvolvimento de inúmeras potencialidades, habilidades e competências, conseqüentemente, ele reforça a importância do uso de jogos e brinquedos para o processo de ensino- aprendizagem, por promoverem a criatividade e o crescimento intelectual.

As brincadeiras, os brinquedos e os jogos, são meios que a criança utiliza para se relacionar com o ambiente físico e social onde vive, despertando sua curiosidade e ampliando seus conhecimentos e suas habilidades, nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo. As atividades lúdicas são fundamentais como mecanismo para desenvolver a memória, a linguagem, a atenção, a percepção, a criatividade e habilidade para melhor desenvolver a aprendizagem.

Nessa perspectiva, as brincadeiras, os brinquedos e os jogos vêm contribuir significativamente para o importante desenvolvimento das estruturas psicológicas e cognitivas do aluno. O desenvolvimento pessoal que a ludicidade proporciona, associados aos fatores sociais e culturais, colabora para uma boa saúde física e mental facilitando o processo de socialização, comunicação,

construção do conhecimento, além de um desenvolvimento pleno e integral dos indivíduos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Através da atividade lúdica a criança forma conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra concepções, faz estimativas compatíveis com o crescimento físico e o desenvolvimento, e o que é mais importante, vai se socializando, permitindo um desenvolvimento global e uma visão de mundo mais real. Por meio das descobertas e da criatividade, a criança pode se expressar, analisar, criticar e transformar a realidade.

Evidentemente, cada pessoa apresenta modos distintos de se comportar, reagir, expressar emoções e relacionar-se com a natureza e o mundo em que se insere. Nas brincadeiras, se aprende e são incorporados conceitos, preconceitos e valores. Nas brincadeiras, se materializam as trajetórias singulares de vida das crianças, seus valores e suas experiências, Kishimoto afirma ainda: O brincar faz parte integral da formação da criança e os pais e a escola deve encarar isso de maneira a estar seriamente comprometido com o brincar de forma a desenvolver e educar a criança. Conforme (KISHIMOTO,2000, p.32).

Ao brincar, a criança passa a conhecer-se a si própria e aos outros em relações recíprocas, e ainda, aprende normas de convívio social, hábitos culturais, objetos presentes em seu contexto, desenvolvem a linguagem, trabalham o imaginário e percebem os fenômenos que ocorrem à sua volta. Enquanto brinca, a criança descobre o seu próprio corpo, e naturalmente incorpora-o à cultura, aos hábitos e atitudes de pessoas do seu convívio e evidenciam papéis a serem desempenhados por si e por outrem.

“Para Piaget ao manifestar a conduta lúdica, a criança demonstra o nível de seus estágios cognitivos e constrói conhecimentos”. Inserir brincadeiras, jogos, atividades interativas nos primeiros anos da educação infantil é algo que tem favorecido o percurso da criança da escola. Através do lúdico a criança começa a desenvolver sua capacidade de imaginação, abstração e aplicar ações relacionadas ao mundo real e ao fantástico.

Fazendo relevância à importância sobre a brincadeira para o desenvolvimento da criança, Kishimoto (2002, p.150) enfatiza que crianças que brincam aprendem a decodificar o pensamento dos parceiros por meio da meta cognição, esse processo de substituição de significados, é típico de processos

simbólicos e essa perspectiva que permite o desenvolvimento cognitivo da criança.

A literatura atual demonstra que o brincar deve fazer parte das atividades realizadas na Educação Infantil, pois neste período a criança está vivenciando intenso desenvolvimento. Muitos autores e documentos discutem o brincar como uma atividade educativa, pois ao ser executado, possibilita à criança criar circunstâncias importantes para a sua aprendizagem e, conseqüentemente, para o seu desenvolvimento. A brincadeira promove o desenvolvimento de todos os domínios da criança, segundo Oliveira:

[...] Proporciona o desenvolvimento físico, tanto de habilidades de coordenação fina como grossa. Quando as crianças brincam ao ar livre, elas praticam uma série de habilidades motoras, como correr, pular, saltar, rolar, etc. Quando brincam com os brinquedos, elas usam habilidades motoras finas, juntando as peças dos quebra-cabeças, colorindo, pintando, brincando de casinha, vestindo e desvestindo bonecas. (OLIVEIRA,2006, p.33)

Nesta perspectiva, verifica-se o quanto é importante que a criança brinque, pois é uma atividade que possui objetivo, não acontece por acaso, como foi citado acima, ela promove o desenvolvimento da criança, tanto uma brincadeira livre de pular, correr, rolar, quanto a brincadeira com brinquedos.

As Atividades lúdicas representadas pelos jogos, brinquedos e dinâmicas são manifestações presentes no cotidiano das pessoas e, portanto, na sociedade desde o início da humanidade. Enquanto atividade espontânea da criança a brincadeira e o jogo tornam-se um meio extremamente fértil de intenção linguístico, podendo oferecer riquíssimas contribuições para o desenvolvimento psicolinguísticos da criança.

Para Kishimoto (2002) O brinquedo é diferente do jogo. Brinquedo é uma ligação íntima com a criança, na ausência de um sistema de regras que organizam sua utilização. A brincadeira é alguma forma de divertimento típico da infância, isto é, uma atividade natural da criança, que não implica em compromissos, planejamento e seriedade e que envolve comportamentos espontâneos e geradores de prazer.

Brincando a criança se diverte, faz exercícios, constrói seu conhecimento e aprende a conviver com seus amiguinhos. A brincadeira transmitida à criança

através de seus próprios familiares, de forma expressiva, de uma geração a outra, ou pode ser aprendida pela criança de forma espontânea Maluf, (2003).

Diante disto Pinto (2003) afirma que: Brinquedos e brincadeiras aparecem com significações opostas e contraditórias: a brincadeira é vista como uma ação livre, já o brinquedo expressa qualquer objeto que serve de suporte para as brincadeiras livre ou fica atrelado ao ensino de conteúdos escolares.

Portanto, é fundamental a utilização das brincadeiras e dos jogos no processo ensino pedagógico, diante dos conteúdos que podem ser ensinados por intermédio de atividades lúdicas em que a criança fica em contato com diferentes atividades, manipulando vários materiais, tais como jogos educativos, os didáticos, os jogos de construção e os apoios de expressão.

2.3 O papel do professor na mediação das atividades lúdicas na educação infantil

O papel do educador sempre é de propor regras, sem impô-las, para que a criança tenha possibilidade de elaborá-las, proporcionando a ela o direito de tomar decisões para se trabalhar o desenvolvimento social e político.

Essa participação na elaboração das leis dá à criança a possibilidade de analisar os valores morais e de elaborar regras de acordo com o grupo. É claro que com ajuda do professor, poderá está obtendo informações importantes e, ao mesmo tempo estará ajudando a melhorar suas ideias mediante aos objetivos determinados, para no final obter o devido resultado esperado. É por isso que o professor tem que está sempre presente para incentivar os alunos a construir o seu próprio conhecimento. Piaget (2000) afirma:

A criança pode receber informação valiosa através da linguagem ou da educação dirigida por um adulto somente se estiver em um estado em que possa compreender essa informação, isto é, a fim de receber a informação ela precisa de uma estrutura que a capacite assimilar essa informação. (PIAGET ,2000, p.130).

O professor deve possuir característica básica de observação, ter olhos e ouvidos bem atentos e sensibilidade para perceber as necessidades de seus alunos. Está sempre buscando novas descobertas, tendo em sua mente que o professor nunca para de estudar e está sempre se inovando.

Para Piaget, educar é uma forma de possibilitar à criança a socialização, pois a partir do momento que o indivíduo é inserido em uma escola ela passa a conviver com outras pessoas, ou seja, todas as ações são executadas na sua maioria coletivamente.

O professor também deve valorizar jogo espontâneo de seus alunos, pois através dessa atividade o adulto pode estar interferindo no momento que ele observa que pode enriquecê-lo além de ter oportunidade de obter prazer junto com a turma.

Na educação é muito importante ressaltar que as crianças aprendem por meio da experiência com os objetos, as diversas experiências com as situações, sem esquecer que os prêmios e os castigos contribuem para o aprendizado da criança.

Friedmann (2000, p.56), afirma que é necessário dar atenção especial ao jogo, pois as crianças tem prazer de realizar tarefas através dos jogos, e quando isto acontece vivencia o mundo imaginário e assim se afasta da sua vida habitual. Com base nos pensamentos dos autores que tratam sobre a educação infantil, percebemos que, os jogos participam no desenvolvimento das crianças desde muito cedo, acontecendo nos primeiros meses de vida.

Diante disso, é importante ressaltar que os jogos representam um importante papel para a educação infantil, pois na escola os eles irão contribuir para o processo de aprendizagem. Os jogos tem uma grande relevância dentro do processo cognitivo da criança na educação infantil, pois quebram todas as barreiras que possam impedir a socialização e a interação da criança dentro do processo de aprendizagem.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Compreende-se por metodologia um estudo para haver uma compreensão de variados métodos para a realização de uma pesquisa, analisando métodos e técnicas de forma a processar informações em busca da resolução dos problemas.

Para Prodanov (2013) A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o

propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.

Para Reis (2008, p. 46), pesquisa é: “o meio pelo qual possibilita o pesquisador buscar de forma organizada, sistemática e objetiva, novas respostas para problemas e fenômenos com objetivo de compreendê-los e explicá-los”. Toda e qualquer pesquisa deve ser pautada na perspectiva de solucionar um problema, objetivam assim, um entendimento do objeto estudado.

O presente trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica e de campo de cunho qualitativo. Para fundamentar o estudo utilizou-se de investigação bibliográfica baseada em teóricos que tratam do tema em questão.

Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica tem como base os registros que se encontram disponíveis em livros, artigos, teses, dentre outros, que são considerados documentos, haja vista que são resultados de pesquisas anteriores. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica tem como finalidade analisar os teóricos estudados de uma determinada área de conhecimento.

A pesquisa de campo propriamente dita não deve ser confundida com a simples coleta de dados é algo mais que isso, pois exige controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado. Lakatos ainda afirma:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (LAKATOS (2010, p. 169)

O universo da pesquisa foi em na CMEI Pedro Ribeiro Mendes localizada em Teresina – PI, a mesma atua na modalidade Educação Infantil, funciona manhã e tarde. É uma escola acolhedora e bem administrada. Tendo em vista o fato de que esta pesquisa visa discutir o lúdico na educação infantil, fizemos a opção pela pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa “responde a questões complementares” (...) Ela trabalha com o universo de significados, motivos aspirações crenças, valores atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzida a operacionalização de variáveis. Minayo (2002; 21-22).

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste tópico apresentaremos o resultado da análise de dados. Destacaremos o posicionamento de cada professora sobre o lúdico para o processo de ensino e aprendizagem da criança na educação Infantil. Em suma, observamos que as educadoras compartilham cada uma de sua maneira, da mesma posição de que de fato é possível ter um bom rendimento na aprendizagem das crianças com a contribuição do lúdico. Vejamos agora a resposta dada por cada educadora ao questionário. As professoras foram nomeadas como: A, B, C.

5.1 .Qual a contribuição do lúdico na educação infantil?

Professora A: ajuda o aluno a despertar o interesse de aprender brincando, avaliando na aprendizagem no desenvolvimento social, cultural e pessoal.

Professora B: Trabalhar com o lúdico como uma ferramenta em busca de um bom desempenho cognitivo na criança da educação infantil é de grande importância, pois ela estará interagindo com o que está ao seu redor. Não entendemos o lúdico como uma diversão, mas uma contribuição prazerosa na aprendizagem.

Professora C: Os primeiros anos da vida da criança são decisivos em sua formação biopsicossocial, pois se trata de um período de construção de identidade, nessa fase deve-se, portanto adotar estratégias que permitam o desenvolvimento positivo das estruturas físicas emocionais e afetivas.

Perrenoud (2000) destaca que as atividades lúdicas se apresentam como uma possibilidade muito rica de aprendizado e de desenvolvimento de inúmeras potencialidades, habilidades e competências.

Ainda que não especificasse o lúdico com detalhes na sua contribuição no ensino aprendizagem às professoras e o autor relata o essencial em geral que é divertida e alegre quanto a sua contribuição do lúdico que motiva a participação no processo educativo.

5.2 Quais os benefícios que a pratica das atividades lúdicas proporciona para a criança em sala de aula?

Professora A: Proporciona concentração, favorecendo a assimilação dos conteúdos com naturalidade.

Professora B: A brincadeira já faz parte do mundo da criança sendo assim as atividades lúdicas são meio de fazer com essa criança aprenda cada vez mais desenvolvendo seu raciocínio mais rápido e de maneira divertida.

Professora C: Na educação infantil os jogos e brincadeiras possibilitam as crianças se expressarem através da prática diária de atividades dirigidas.

Segundo Cunha (1994) o brincar é primordial na vida de uma criança, o brincar é gostoso e faz a criança feliz, porque brincando a criança se desenvolve, exercitando suas potencialidades, sem pressão ou medo de errar e aprender com prazer.

As respostas acima das professoras são semelhantes à do autor quando ele relata que o lúdico é primordial na vida da criança e faz com que a criança se desenvolva de tal forma que facilita nas atividades sem medo de errar.

5.3 Como é trabalhado o lúdico na educação infantil?

Professora A: Através de jogos, contação de história, brincadeiras de roda.

Professora B: Por meio de canções, histórias, jogos e brincadeiras contemplando os conteúdos a serem trabalhados.

Professora C: Através de versos adivinhas, por lendas, jogos, brincadeiras, cantigas e teatro.

De acordo com Girard (2000). O lúdico é para criança um fim em si mesmo, ele deve ser para nós um meio de educar, onde seu nome educativo que toma cada vez mais lugar na linguagem da pedagogia maternal.

Observando as falas das professoras e do autor, o lúdico, além de ser uma ferramenta de grande valia na prática da educação infantil, aprimora aspecto muito importante nessa faixa etária como a interação a motivação, a alegria e a linguagem em aprender de forma descontraída.

Estabelecer vincula afetivo e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social, portanto é preciso despertar na criança a afetividade com relação ao próximo e assim explorar o máximo do seu desenvolvimento emocional Brasil (2001, p. 27).

O referencial curricular destaca a importância do lúdico no desenvolvimento da criança em sua afetividade, escolaridade e vida social.

5.3 Você acredita que trabalhar o lúdico na educação infantil é muito importante para a prática pedagógica?

Professora A: Sim. O brincar ajuda a criança no seu desenvolvimento através das atividades lúdicas, tornando a aprendizagem mais prazerosa.

Professora B: Sim, porque motiva as crianças, faz com que elas interagem nas aulas, melhora o desenvolvimento e na relação com as outras crianças.

Professora C: Com certeza as crianças ficam muito animadas e conseguem desenvolver várias habilidades, Silva colabora com esse pensamento ao afirmar:

Onde a atividade lúdica revela-se como um instrumento facilitador da aprendizagem, pois possui valor educacional intrínseco, criando condições para que a criança explore interaja com seus companheiros e resolva situações problemas. É visto também como um recurso no processo de ensino-aprendizagem, tornado o mais fácil, enriquece a dinâmica das relações na sala de aula e possibilita um fortalecimento da relação entre o ser que ensina e o ser que aprende. "A todo o momento, o professor deverá tomar consciência da timidez, liderança, criatividade, inteligência dos alunos. (SILVA 2005, p. 17)

O autor destaca que o lúdico só passa a ter significativos a partir do momento que se tenha um objetivo ou um alvo a ser atingido, através dessa ideia passara a não ser uma brincadeira e sim uma atividade que contribuirá com o desenvolvimento intelectual da criança.

A atividade lúdica revela-se como um instrumento facilitador da aprendizagem, pois possui valor educacional intrínseco, criando condições para que a criança explore interaja com seus companheiros e resolva situações problemas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, procurou-se analisar e refletir sobre o lúdico para o processo ensino e aprendizagem da criança na educação infantil. A partir das observações feitas em sala de aula e as informações adquiridas desvela que o lúdico é uma ferramenta de grande relevância para o desenvolvimento da criança, que é na educação infantil, onde as crianças saem do convívio familiar e passam a interagir com outras crianças é na brincadeira que o educador tende a oportunizar tais situações.

Esse trabalho teve como objetivo geral analisar o lúdico no processo ensino e aprendizagem da criança na educação infantil e como influenciando o

educador em trabalhar o lúdico como recurso pedagógico e metodológico em sala de aula, compreendendo de que forma o lúdico está sendo inserido na educação infantil e destacando as contribuições geradas no processo de ensino aprendizagem através da utilização do lúdico.

A educação infantil foi um espaço que nos propusemos o nosso trabalho a adquirir vários conhecimentos, visto que é na educação infantil que as crianças se manifestam com mais intensidade através do lúdico. O mesmo este presente cotidianamente, na educação infantil, onde ao acompanhamos em sala de aula pesquisada analisamos a importância dada ao lúdico e seus efeitos para a aprendizagem, de modo que os educandos vejam o lúdico como ferramenta importante mediante o aprender brincando. Pelo visto entende-se que o lúdico é sem dúvida um recurso de muita valia no ambiente escolar, pois através dele as crianças passam a interagir entre as mesmas através de jogos, brincadeiras entre outras atividades lúdicas.

Pois quanto mais às educadoras aderirem a essa ferramenta metodológica de trabalho no cotidiano escolar mais eficaz o ensino aprendizagem ocorrerá, pois além de favorecer o prazer no ato de aprender, possibilita a criança o desenvolvimento social, cognitivo, motor e emocional. Fica evidente que as atividades lúdicas inseridas na educação infantil pelos educadores tornam a criança um momento de prazer em aprender brincando, tornando o ambiente escolar agradável e prazeroso. É importante ressaltar que o professor deve desenvolver atividades lúdicas na sala de aula não como meras brincadeiras, mas como uma possibilidade de promoção do ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, João Serapião de. Educação inclusiva; jogos para o ensino de conceitos. Campinas, SP; Papirus ,2004.
- ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo:Loyola,1995.
- ANTUNES C. O Brincar na Educação Infantil. Revista Virtual E F Artigos. Natal/RN- volume 03- número 01- maio, 2005.
- ARCE E SIMÃO, Vanessa. Linguagem do corpo e movimento. Curitiba, BAQUERO, Ricardo, Vygotsky e a aprendizagem escolar. Porto alegre: Artes medicas,1998

- BARATA, Denise. Caminhando com a Arte na Pré –escola. São Paulo: Summer ,1995.
- BORBA, Anailton Sousa; FIGUEREIDO, Sonner Arfux. Artigo: O planejamento no contexto escolar. São Paulo: Liberdade, 2007.
- BOUGIRE, Guedes. Jogos e educativos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- BRASIL, Secretária de educação fundamental parâmetros curriculares nacionais/ secretaria de educação; fundamental – Brasília: MEC/SEF,1997, P.7
- BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996
- BUJES, Gilles. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- CRAID E SANTIN, Daniela Fernanda. O lúdico no processo de desenvolvimento humano no ensino fundamental dos anos iniciais. Bauru, 2001. Disponível em: < > Acessado em 29 de Maio de 2001.
- CRAIDY, Carmem Maria (org): KAERCHER, Gladis ELISE P.da silva. (org.). Educação infantil; pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p.103.
- DODGE, P. História Social da Criança e da Família. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2007.
- FRIEDMANN, Adriana. Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 2000. 1ª Edição
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- GIRAID Danilo. O lúdico na sala de aula. 14.ed – Petrópolis, Rj. Vozes 2000.
- HORN, Geraldo B.; DIEZ, Carmem L.F. Metodologia de pesquisa. Curitiba: IESDE, 2005.
- KISHIMOTO, Tisuko Mochida. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- KISHIMOTO, Tisuko Morchida (2002). O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: 2002.
- MACHADO, Maria Lúcia A. Pré-escola é não é escola: a busca de um caminho. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.
- MALUF, Ângela Cristina Munhoz. Brincar, prazer e aprendizado. Petrópolis, RJ; Vozes,2003,09,19,29.
- MALUFI. E. MACEDO R. Álvaro Marcel Palomo. A história dos jogos e a constituição da cultura lúdica. Revista Linhas. v. 4, n. 1, 2003 e 2005.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa; planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados.4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARQUES, Cássia Ravena Mulin de A. Educação infantil; da construção do ambiente as práticas pedagógicas. 3.ed. Petrópolis, RJ> Vozes, 2006.
- MASCIOLI, Antônia Cristina Peluso de. Brinquedoteca no diagnóstico e intervenção em dificuldades escolares. 3 ed. Campinas, Alínea 2006.
- NEGRINE, Airton. Aprendizagem e desenvolvimento infantil. porto Alegre: prodil ,1994.
- NISTA-PICCOLO, Vilma Leni; MOREIRA, Wagner Wey. Corpo em movimento na educação infantil,1ª ed. São Paulo: Telos 2012, p.71

OLIVEIRA, N. H. S. Brinquedoteca: Um mergulho no brincar. 3ª Ed. São Paulo: Vetor, 2006.

OLIVEIRA, Vera. Avaliação psicopedagógica. Petrópolis: vozes, 1998,v.3.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. A brincadeira e o desenvolvimento da imaginação e da criatividade. 3ª ed. In Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2007, p.108.

PARENTE, Sonia. Encontros com Sara Pain. São Paulo: casa do psicólogo, 2000.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência á regulação das aprendizagens – entre duas logicas. Porto Alegre: Artes médicas sul, 2000.

O USO DA LINGUAGEM MUSICAL NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DOI 10.29327/5429192.1-10

Andreia de Carvalho Silva
Maria Oneide Lino da Silva
Estélio Silva Barbosa
Cláudia Maria da Silva Santos
Antonia Maria Cardoso e Silva

RESUMO

A linguagem musical é uma grande ferramenta pedagógica que contribui no processo ensino-aprendizagem nas escolas de Educação Infantil. Para tanto, essa pesquisa emergiu do seguinte problema: como acontece o uso da linguagem musical nas práticas pedagógicas dos professores no processo de aprendizagem da criança na educação infantil? Para responder ao questionamento proposto, elegemos como objetivo geral, analisar a contribuição e o uso da linguagem musical no processo de aprendizagem da criança na Educação Infantil, para tanto, a metodologia teve uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, com estudos bibliográficos embasados em autores como: Brasil (1998), Rosa (1990), Silva (2017), dentre outros, onde dispõe de Estudo de Caso, com coleta de dados em campo, e aplicação de questionário aos professores de uma escola infantil, CEMEI da rede Municipal de Teresina/PI. Os resultados apontam que os docentes, compreendem a linguagem musical como ferramenta didática que contribui no processo de aprendizagem da criança. Assim, contribui significativamente na melhoria das práticas pedagógicas dos professores que atuam na educação infantil, sendo utilizada em vários momentos das práticas, como um instrumento lúdico imprescindível no desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor, de forma a colaborar com a qualidade do trabalho pedagógico como um todo.

Palavras-chaves: Aprendizagem; Educação Infantil; Linguagem musical. Práticas pedagógicas

ABSTRACT:

Musical language is a great pedagogical tool that contributes to the teaching-learning process in Early Childhood Education schools. To this end, this research emerged from the following problem: how does the use of musical language occur in teachers' pedagogical practices in the child's learning process in early childhood education? To answer the proposed question, we chose as a general objective to analyze the contribution and use of musical language in the child's learning process in Early Childhood Education, for this purpose, the methodology

had a qualitative approach, of a descriptive nature, with bibliographic studies based on authors such as: Brasil (1998), Rosa (1990), Silva (2017), among others, where there is a Case Study, with data collection in the field, and application of a questionnaire to teachers at a children's school, CEMEI of the Municipal network of Teresina/PI. The results indicate that teachers understand musical language as a teaching tool that contributes to the child's learning process. Thus, it contributes significantly to improving the pedagogical practices of teachers who work in early childhood education, being used in various moments of practice, as an essential playful instrument in affective, cognitive and psychomotor development, in order to collaborate with the quality of pedagogical work as a all.

Keywords: Learning; Early Childhood Education; musical language. Pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

A linguagem musical, nas práticas pedagógicas na escola infantil, apresenta-se como instrumental metodológico e pedagógico de significativa relevância, pois além de favorecer o desenvolvimento integral da criança, a partir do lúdico, oferece ainda outras vantagens inerente a sua natureza e caráter, além dos conhecimentos interdisciplinares com os quais se dinamiza todo o processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma é uma atividade que pode ser utilizada como uma ferramenta importante na educação infantil, o que proporciona benefícios para as crianças. Assim, esse artigo aborda uma pesquisa sobre a contribuição da música na aprendizagem da criança na educação infantil. Portanto, busca entender a música como ferramenta que traz benefícios para o desenvolvimento da criança, na qual se faz necessária e deve ser um dos pilares fundamentais dessa etapa educacional. Diante da curiosidade sobre como seria essa contribuição na prática educativa, uma questão específica norteia o desenvolvimento dessa pesquisa, conforme expresso a seguir: Como acontece o uso da linguagem musical nas práticas pedagógicas dos professores no processo de aprendizagem da criança na educação infantil?

A referida pesquisa teve como objetivo geral analisar a contribuição e uso da linguagem musical na aprendizagem da criança na educação infantil. E de forma específica, refletir sobre os aspectos conceituais e históricos da música; compreender a importância da linguagem musical e sua contribuição no processo de ensino-aprendizagem da criança na escola, e conhecer o uso da música como ferramenta pedagógica e como os professores a utilizam nas práticas pedagógicas na educação infantil.

A escolha por esse tema surgiu com base na experiência enquanto estagiária da educação infantil, em que percebi o quanto a música auxiliava no desenvolvimento motor e cognitivo da mesma. E assim, despertou a vontade de entender como os professores que trabalham na área da educação infantil, compreendem e lidam com a importância da música nesse processo de aprendizagem da criança.

Para tanto, a pesquisa encontra-se trabalhada numa abordagem qualitativa, de natureza descritiva, e dispõe de Estudo de Caso, com coleta de dados em campo, onde três professores vinculados a uma escola infantil do município de Luzilândia/Pi responderam um questionário.

Nesse contexto, o artigo apresenta-se dividido em seções, como as concepções históricas sobre a música, a contribuição da música no processo ensino aprendizagem da criança, as práticas pedagógicas mediadas pela música na educação infantil, metodologia, e em seguida, as análises dos dados e por fim as considerações finais.

2 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A LINGUAGEM MUSICAL NO BRASIL

A música no Brasil é uma influência de mistura de vários povos. Com a chegada dos portugueses no território brasileiro em 1500, onde era habitado por indígenas, eles encontraram um povo muito musical (SILVA,2017). Nesta época, os portugueses acabaram se deparando com uma variedade de rituais musicais. Diante do exposto, observa-se que a música atravessou gerações e gerações, claro que, com suas devidas particularidades, possibilidades e linguagens dos mais variados povos. Porém a música, por durante muitos anos, não tinha nenhuma ligação com a educação. Loureiro (2003 *apud* SILVA, 2017) explica que:

Nessa fase era dada pouca ênfase aos aspectos musicais pela escola. A visão de trabalhar na educação musical, os aspectos culturais dos alunos, seu meio e a música como elemento de interação entre as outras disciplinas escolares, apareceriam em nossa história a partir da metade do século XX, junto à evolução da educação infantil como instituição educativa (LOUREIRO 2003, *apud* SILVA,2017, p.24).

Atualmente, a música está presente em nosso dia-a-dia e tornou-se um dos principais elementos da nossa cultura. Autores, como Gattino (2012) e

Snayders (1994) concordam com o uso da música como objeto de ensino. E hoje, ela tá inserida no processo de ensino-aprendizagem.

Voltada como ferramenta de ensino, a música está implantada como prática educativa no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), documento esse, elaborado pelo Ministério da Educação em 1998.

Segundo o Referencial Curricular para a educação infantil Brasil (1998):

[...] Um expoente a ser analisado dentro da linguagem musical é a falta de ações pedagógicas que atendam as reais necessidades do educando. Apesar de fazer parte do planejamento e ser considerada como fundamental na cultura da infância, a música tem atendido a propósitos alheios às suas reais especificações. Ela é tratada como um algo que já vem pronto, servindo como objeto de reprodução e formação de hábitos na rotina escolar, o que acaba por deixá-la em defasagem junto às demais áreas de conhecimento, quando poderia atender a um propósito interdisciplinar (BRASIL, 1998, p. 47).

Logo, a música no contexto escolar, não diz respeito somente com o brincar, mais revela-se como uma riqueza de possibilidades com o conhecimento corporal, onde pode ser utilizada pelos educandos, como uma forma de contribuir no desenvolvimento motor e cognitivo da criança.

2.1 Contribuição da linguagem musical no processo de ensino e aprendizagem da criança

A música como linguagem é uma ferramenta pedagógica que contribui no desenvolvimento da criança na educação infantil, vem sendo investigada com imenso interesse, pois, possui um grande poder no desenvolvimento da comunicação e interação, funcionando como uma linguagem universal que pode ser expressa, sentida e entendida por pessoas de diversas linguagens e culturas (GATTINO, 2012). A sua importância durante toda a vida e principalmente nas fases iniciais do desenvolvimento cognitivo e motor das crianças são primordiais, pois a mesma funciona como um aliado na apropriação e construção do conhecimento no Brasil e no contexto das escolas.

Embora existam vários estudos, investigações e produções científicas sobre a assistência a crianças da educação infantil, não existem diretrizes suficientes que contextualizem o uso da música e da linguagem musical como uma ferramenta para o desenvolvimento da comunicação, como forma de garantir sua socialização, a igualdade de oportunidades e qualidade de vida. A

música deve ser considerada como uma área de conhecimento, mas, segundo Nogueira (2006 apud Oliveira, 2009, p.2), não é o que acontece no meio acadêmico, onde a mesma é pouco reconhecida cientificamente, e até mesmo na sua própria área é pouco valorizada.

Campbell e Dickson (2000, p. 132), afirmam que a linguagem musical pode ser parte integrante de qualquer ambiente educacional. Oferece receptividade na entrada dos estudantes em seu ambiente de ensino, traz efeitos calmantes após exercícios físicos, alivia os ânimos da turma, renova a energia e diminui as tensões advindas das atividades escolares, principalmente nas provas e outras atividades avaliativas. Grande parte das pessoas já teve oportunidade de verificar que a música auxilia em várias atividades físicas, como digitar, realizar exercícios aeróbicos e práticas de natação, sendo necessário a implantação de projetos que incluam a música, como uma ferramenta de grande valor pedagógico.

Segundo Brasil (1998), tem se repensado sobre o ensino da música no ensino público brasileiro. Em sociedade pode abrir portas culturais, aproximar povos e costumes, além de aprimorar aprendizado e desenvolvimento intelectual e motor. A mesma, age também em uma área de grande importância, que é a humanização. A valorização da música no ambiente escolar, pode se transformar em um dos principais aliados como ferramenta de aprendizagem, e por isso é necessário, se entender mais sobre como e em qual momento se deve estimular cada aspecto (SILVA; PETRAGLIA, 2013).

Apoiando-se nessa pesquisa, há uma compressão sobre a relação existente da música com o desenvolvimento da coordenação motora, fala e cognição, na qual venho por meio desses estudos obter mais respostas sobre algo que percebo no meu dia-a-dia, no convívio com minha filha de dois anos.

Portanto, nesta fase em que a criança não consegue aprender só com as palavras, a música é inserida. É através da música que a criança vivencia a sua criatividade, os seus estados de espírito, as suas emoções, portanto, ela ajuda os mais pequenos a desenvolver-se com facilidade. Da mesma forma, Piaget(2002) defende que a criança transmita suas emoções e suas necessidades por meio de três linguagens básicas, como a linguagem oral-materna, a linguagem corporal e a linguagem musical. Logo, a música pode ser vista como parte essencial no processo de contribuição da aprendizagem.

2.2 As práticas pedagógicas mediadas pela música na educação infantil

Pensar as práticas pedagógicas mediadas pela música na educação infantil, nos faz refletir inicialmente, sobre a sua importância e seu papel no processo de socialização, e de desenvolvimento da linguagem da criança desde o início da escolarização.

Sendo assim, se faz importante desde a primeira infância promover uma boa educação musical. A música faz parte da nossa natureza e constitui a nossa essência como seres humanos. Por isso, o trabalho com a música pelos professores deve ser reconhecido e promovido para o desenvolvimento integral do aluno. A música precede a linguagem, o movimento e traz muitos benefícios à atividade cerebral que afeta todas as áreas de nossa vida. (ALBORNOZ, 2009).

A educação, neste caso, é uma ferramenta para mover as pessoas por meio de processos de formação integral desde os primeiros anos, pois, como explicado acima, concede certas competências como escrita, valores, uma concepção crítica do mundo ao seu redor, bem como outras capacidades de adaptação ao ambiente que permitem sobreviver. Dito isto, deve-se também se referir à explicação posterior em que afirma que no campo da educação são encontrados alguns fatos que podem se tornar condições ou determinantes dos processos de exclusão escolar e social ou que, pelo menos, dificultam a integração, (BASTIAN, 2009).

Fatores como analfabetismo, baixos níveis de escolaridade, abandono do sistema escolar sem ter obtido qualificação básica, reprovação escolar, não domínio de línguas estrangeiras, entre outros, podem levar ao surgimento de processos de exclusão social. Nesse pensamento, Bréscia (2003) colabora afirmando que:

[...] Cantar pode ser um excelente companheiro de aprendizagem, contribui com a socialização, na aprendizagem de conceitos e descoberta do mundo. Tanto no ensino das matérias quanto nos recreios, cantar pode ser um vínculo de compreensão ou expressão das emoções. Além disso, o canto também pode ser utilizado como instrumento para pessoas aprenderem a lidar com a agressividade. O relaxamento propiciado pela atividade de cantar também contribui com a aprendizagem [...] (BRÉSCIA, 2003, p. 8).

A educação é algo que se começa a receber quando somos recém-nascidos, assim como a música. Uma pessoa que tem ou detém uma série de valores, princípios e formação, é uma pessoa que sabe ser coerente com as

suas ações, que respeita os outros por mais diferentes que sejam, são ou pensam. Então, nesse ponto, é imperioso compreender que se passássemos a transmitir uma educação musical adequada e suficiente, haveria avanços, tanto individual quanto coletivamente, (MIRANDA (2013). Apesar de o currículo da Educação Infantil expor diversos motivos e benefícios do tratamento das artes em geral em sala de aula, o envolvimento dessas disciplinas nas escolas não é total. De acordo com o pensamento de Garcia (2014):

[...] Hoje em dia nas escolas de Educação Infantil o uso da música é bastante limitado aos livros didáticos, porque, por um lado, os professores não têm conhecimentos suficientes sobre música, e, por outro lado, porque alguns consideram que é melhor usar os recursos que já são fornecidos a eles pelos editores. [...] (GARCIA, 2014, p. 8).

Conseqüentemente, é um erro bastante comum confundir a didática da música com atividades físicas e plásticas. Concordamos com Fernández (2001), quando afirma que: "nas creches a música sofreu um tratamento muito superficial, carente de fundamento, e devemos levar em conta as possibilidades de inter-relacionamento do desenvolvimento cognitivo e afetivo através da música" (p.2). No entanto, não se pode generalizar sobre essa afirmação, mas é verdade que, em muitas das escolas da educação infantil e ensino fundamental, a música não é usada como meio de conhecimento em si, mas serve como um veículo para lidar com outras disciplinas.

Segundo Nogueira (2003), pesquisas no final do século XX confirmam a importância da música no desenvolvimento da criança. De acordo com ela, quanto maiores forem os estímulos recebidos pela criança, maior será o seu desenvolvimento intelectual. Quando se trabalha sons, desenvolvem as capacidades auditivas, trabalhando gestos e dança, desenvolvem a coordenação motora e a atenção e, com o canto, a criança estará descobrindo suas capacidades e estabelecendo relações com o meio em que vive.

A música nas práticas dos professores quando aplicada com o planejamento e objetivos, tem um poder educativo, que facilita a integração, a inclusão social e o equilíbrio da criança. Conforme a Lei nº 11.769, passa a ser então conteúdo obrigatório em toda a Educação Básica no Brasil. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDBEN 9.394/96, título V, capítulo II, seção II, art. 29), a educação infantil constitui a "primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de

idade, em seus aspectos físicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Portanto, como atividade lúdica, a música ligada a outros meios dos quais os professores utilizam em sala de aula, acaba contribuindo no processo de ensino aprendizagem da criança, onde de certa forma, consegue prender a sua atenção. Segundo Gomes (2013), a música como linguagem é usada como instrumento pedagógico que serve para a socialização, integração e organização de outros métodos e linguagens, agindo como um elemento que facilita a experimentação, a percepção e a criação de várias possibilidades de expressão.

O ensino escolar é marcado pelo uso de diversas práticas metodológicas utilizadas pelos docentes, no qual buscam oferecer para seus alunos uma melhor aprendizagem e melhores meios para dar suporte a esse processo. Nesta perspectiva, Sartori e Faria (2020, p. 119), dizem que “se a música faz parte do cotidiano do aluno e o diverte em suas atividades diárias, trazê-la para o ensino conferiria à escola a função de garantir o prazer do divertimento e mobilizar o interesse pelas atividades escolares”. A música deve ser trabalhada de maneira contextualizada, sempre com um objetivo.

Conforme Souza (2017), o professor deve ser o incentivador das crianças, fazendo-os assim demonstrarem o que já sabem e o que entendem, visto que a música possibilita a interação com o mundo, é de suma importância, e pode ser trabalhada de modo que desenvolva todos os aspectos das crianças. Logo, é possível compreender que a efetiva prática da utilização da música na metodologia de ensino, potencializa a aprendizagem dos alunos. Seguindo o raciocínio, Souza (2017), a música proporciona alegria, prazer e faz com que as crianças participem das atividades propostas espontaneamente, tornando processo de aprendizagem significativa.

3 METODOLOGIA

O desenvolvimento dessa pesquisa, teve como base metodológica a pesquisa bibliográfica de cunho descritiva. Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade a descrição das características. Sendo assim, a mesma está estruturada a partir de uma abordagem qualitativa. Portanto objetiva-se , interpretar os acontecimentos e entender as relações existentes,

entre os sujeitos da pesquisa como as suas origens, valores, entre outros. Creswell (2010, p.43) define a abordagem qualitativa como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

Sobre o objeto de estudo a utilizar numa pesquisa, convém ressaltar que eles tornam as ferramentas que serão utilizadas para a realização do trabalho de pesquisa. Assim, o objeto de estudo tem como objetivo ajudar na coleta de dados e encontrar a solução para um problema específico. E na busca de um detalhamento, para saber de fato a contribuição da música na aprendizagem da criança na educação Infantil, será utilizado o Estudo de Caso.

Segundo Yin (2001), o mesmo, é caracterizado pelo estudo exaustivo de um ou de poucos objetos de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Contudo, para a realização de um estudo de caso utilizam-se diferentes fontes de investigação, como: entrevistas, questionários e observação (GIL, 1999; YIN, 2001). Pois serve de base para investigações e estudos relacionados a mesma temática.

Para a presente pesquisa a técnica de coleta de dados selecionada foi por meio de questionário, onde são formados de uma série de questões submetidas a um determinado grupo de pessoas a fim de se obter informações específicas sobre um determinado assunto (FACHIN, 2006).

Logo, o questionário semiestruturado com questões abertas, foi enviado aos professores, em 13 de setembro de 2022, por meio do WhatsApp. Os mesmos trabalham na educação Infantil, de uma escola pública municipal de Luzilândia/Piauí.

O questionário possuía 06 (seis) questões, às quais, 03(três) professores da mesma escola, responderam e encaminharam de volta. Como forma de preservar as suas identidades, eles foram identificados como professor A, B e C. Os professores questionados ministram aula para crianças do Maternal e Pré I. A professora A, possui formação em Pedagogia, a professora B, ainda está concluindo o curso de Pedagogia e a professora C possui, o curso Normal antigo Magistério.

Para analisar o conteúdo das respostas evidenciadas no instrumento de pesquisa, utilizou-se a fundamentação de análise de conteúdo. Análise de conteúdo é um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações [...]”

Bardin (1977, p. 30). Segundo o pensamento, tem por objetivo enriquecer a leitura e ultrapassar as incertezas, extraindo conteúdos por trás da mensagem analisada, Bardin (1977). Assim, compreenderemos a significação e o sentido da fala dos professores em relação às questões descritas no instrumento de pesquisa/questionário.

Contudo, foi feita uma análise sobre o que foi pesquisado e depois correlacionado aos dados coletados no questionário, para então chegar a resposta da questão norteadora. E com essa técnica de análise, efetivamos o processo de extrair um conhecimento que forneça base para pesquisa, sendo assim uma das fases mais importante da pesquisa, pois, é dela que serão apresentados os resultados e conclusão da pesquisa.

E de certo modo, acaba sendo uma interpretação pessoal por parte de quem pesquisa, com a compreensão que tem sobre os dos dados coletados. A técnica de pesquisa utilizada foi a Análise de Conteúdo defendida por Bardin (2011) que se estrutura em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nessa sessão apresentamos os resultados da pesquisa de campo com análises das informações retiradas do questionário. O mesmo, foi encaminhado a cada professor, pelo WhatsApp. Logo, as análises foram obtidas por intermédio de interpretações e leituras do uso das suas respectivas respostas. Assim, essa análise propiciou:

Ao questionar sobre, qual a contribuição da linguagem musical no processo de aprendizagem da criança, obtivemos o seguinte resultado, conforme o quadro 01 abaixo:

Professora A	De certa forma contribui para um ambiente mais alegre, incentiva a interação da criança na aula, ajuda no desenvolvimento motor, e até na socialização dela com os demais colegas
Professora B	A musicalização é um Instrumento muito importante pois através dela pode se trabalhar a sensibilidade, a audição, a concentração, a coordenação motora, o equilíbrio emocional, além de outras coisas que a música proporciona para a criança.

Professora C	Ela é de grande incentivo , pois a criança sente prazer em participar das atividades com música, o aluno aprende com mais facilidade.
--------------	---

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

A partir das respostas observa-se que todos os professores, concordam que a linguagem musical contribui no processo de aprendizagem da criança, ora como forma de incentivo, como também nos processos de desenvolvimento motor e cognitivo da criança. Para Piaget (1996):

[...] A música, além de suas próprias atribuições, sociabiliza e sensibiliza o indivíduo, desenvolve o seu poder de concentração e raciocínio, tão importante em todas as fases de nossas vidas. Auxilia, ainda, na coordenação neuromotora e na parte fonoaudiológica da criança. A criança que escuta bem, fala bem (PIAGET, 1996, p. 34).

Como colocado acima, a professora C destaca ainda, que a música trabalha a sensibilidade, a audição, a concentração, a coordenação motora, o equilíbrio emocional. Portanto, podemos identificar, através das respostas dos referidos professores, onde identificam a contribuição da música nesse processo de aprendizagem das crianças.

Na segunda pergunta, foi questionado a forma que eles percebem a contribuição da linguagem musical no processo de aprendizagem da criança. As respostas descritas no quadro 02 abaixo foram:

Professora A	A partir do momento em que a criança começa interagir por livre espontânea vontade, vc consegue ver como a música agi na criança, ela começa a cantar mesmo não sabendo a letra, começa a se movimentar ou seja dança.
Professora B	Percebe-se que a criança desenvolve diferentes habilidades como a criatividade, e principalmente a linguagem oral e afetividade.
Professora C	A música traz inúmeras possibilidades, na interação da criança com o professor, desenvolvendo corporal, contribui com a metodologia no ensino – aprendizagem.

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

De acordo com às repostas, verifica-se que as professoras percebem habilidades desenvolvidas a partir da introdução da linguagem musical. Segundo Medina (2017, p. 273):

É notória a “influência” da música sobre o indivíduo, assim como as possibilidades de sua utilização frente às atividades que poderão utilizá-la das mais diversas formas. Essa influência ocorre por meio da mobilização do sentido auditivo relacionado à percepção humana, que acontece em função de aspectos físicos, cognitivos, emocionais, sociais e culturais que constituem cada pessoa, (MEDINA, 2017, p. 273)

Conforme a professora B, a criança desenvolve diferentes habilidades, principalmente a linguagem oral e a afetividade. Então, é notório o

desenvolvimento escolar dos alunos, pois contribui no desenvolvimento afetivo e auxiliam na integração social do indivíduo.

Na terceira pergunta, foi interrogado qual a importância da utilização dessa prática pedagógica mediada pela linguagem musical na sala de aula. Logo, foi obtido as seguintes respostas no quadro 03 a seguir:

Professora A	É de grande importância porque propicia as crianças um momento de diversão , e com isso ajuda na execução do meu planejamento, onde elas ficam mais participativas e alegres. Logo essa prática nos ajuda no processo de desenvolvimento da aprendizagem deles.
Professora B	É importante essa prática pedagógica pois através dela podemos, trabalhar de maneira lúdica com a música para um aprendizado mais dinâmico com afetividade e conhecer um pouco de cada criança no desenvolvimento através da música.
Professora C	É importante , ela se torna um mediador e podemos utiliza-la em várias disciplinas para ajudar nesse processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Segundo Rosa (1990), o convívio do aluno no ambiente escolar associado à música provoca uma significativa melhoria no humor dos educandos produzindo um ambiente com indivíduos alegres que tendem a serem motivados a participar das atividades escolares.

Todos os questionados concordam sobre a importância da música no contexto escolar, onde faz parte da sua rotina em sala de aula. Desse modo conhecem os processos a serem utilizados para ensinar e introduzir a música na sua metodologia de ensino. Portanto acaba possibilitando ao educador um maior envolvimento com a criança e seu respectivo desenvolvimento. Como descreve a professora C, onde afirma que a música é um método mediador e multidisciplinar. O que faz com eles a utilizem nas suas práticas pedagógicas em sala de aula.

Questionados se conseguiriam trabalhar com seus alunos sem utilizarem a música nas suas metodologias, eles responderam no quadro 04 a seguir:

Professora A	Não, porque de certa forma esse é um método que utilizo no momento que eles estão um exaltados, para acalmar.
Professora B	Sim pois alguns conteúdos podemos trabalhar de outras formas.
Professora C	Nós como professores sempre temos que nos reinventar, então creio que sim, afinal tem outras ferramentas que como podemos utilizar

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

A partir das respostas, observa-se que a professora B e C conseguem adaptar suas metodologias, sem inserir a música na prática pedagógica, pois como mesmo vos falam podem fazer adaptações de acordo com o roteiro das suas aulas. Embora eles consigam trabalhar sem a música, onde muitos professores possuem conhecimento da importância e da necessidade dela para o desenvolvimento do aluno. Como diz, Bueno (2011):

Há várias formas de se trabalhar a música na escola, por exemplo, de forma lúdica e coletiva, utilizando jogos, brincadeiras de roda e confecção de instrumentos. A imaginação é uma grande aliada nesse quesito lembrando que a musicalidade está dentro de cada pessoa. (BUENO, 2011, p.231).

Analisa Freire (2018), o professor deve buscar práticas arrojadas, e alinhadas ao contexto histórico/social dos alunos, para que efetivamente o aluno venha a se apropriar dos saberes sistematizados, pensar certo exige do professor profundidade e profundas reflexões do meio educacional.

A música é um recurso auditivo, que pode contribuir com a proposta de ensino do professor, de maneira interativa às disciplinas (GÓES, 2009). Então, a metodologia é adequada conforme o que tem para ser utilizado.

Quando questionados, de que forma utilizam a linguagem em suas metodologias de ensino na sala de aula e fora dela, eles destacaram no quadro 05 abaixo:

Professora A	Eu utilizo para prender a atenção das minhas crianças e utilizo na elaboração de brincadeiras e jogos para trabalhar com eles os campos de experiências,
Professora B	É utilizada a música na minha sala de aula através de história contadas, também com vídeos passado para as crianças, através de brincadeira etc.
Professora C	Geralmente utilizo de forma objetiva, sempre relacionando ao conteúdo que vou aplicar

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Analisando as respostas dadas, todos utilizam de modo que envolva a aprendizagem da criança, de forma objetiva. Onde ela os auxilia a desenvolver atividades com os alunos, de modo a garantir uma compreensão do significado da atividade proposta.

Conforme Rosa (1990), a melhor forma de trabalho pedagógico é aquela que proporciona a educação da pessoa inteira, criativa e crítica e a linguagem musical deve ser um dos meios para se alcançar esta educação, adequando

atividades, facilitando a aprendizagem, propiciando situações enriquecedoras, organizando experiências que garantam a expressividade infantil.

Então fica evidente o qual são variados são as formas que o docente pode trabalhar a música, ele necessariamente não precisa ter uma formação nessa área específica, basta estar comprometido com suas funções.

A última pergunta é sobre, como as crianças (reagem) quando eles trabalham com a música nas aulas. As respostas o quadro 06 foram:

Professora A	Elas ficam calorosas, participativas
Professora B	Percebe-se que as crianças ficam com ânimo para aprender sobre o assunto em estudo suas reações são de alegria mostrando que estão contentes.
Professora C	Ficam animadas

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Como observado nas respostas a cima, a música promove nas crianças reações adversas, pois ela efetiva a consciência corporal e de movimento.

Para Borges (2003, p. 115):

Música é arte e seu papel na Educação Infantil é o de proporcionar um momento de prazer ao ouvir, cantar, tocar e inventar sons e ritmos. Por este caminho, envolve o sujeito como um todo, influenciando, beneficemente, nos diferentes aspectos de sua personalidade: suscitando variadas emoções, liberando tensões, inspirando idéias e imagens, estimulando percepções, acionando movimentos corporais e favorecendo as relações interindividuais,(BORGES, 2003, p.115).

Então, de acordo com a análise das respostas dos professores, todos foram unânimes em dizer como a música deixam as crianças alegres e as motivam durante as aulas. Para Snyders (1994), propiciar uma alegria que seja vivida no presente é a dimensão essencial da pedagogia, e é preciso que os esforços dos alunos sejam estimulados, compensados e recompensados por uma alegria que possa ser vivida no momento presente. Portanto, há inúmeras formas de trabalhar com a música, cabe ao professor conhecer o aluno e buscar práticas pedagógicas, que os estimulem nesse processo de aprendizagem da criança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado nos dados do estudo e da pesquisa, fica evidenciado a contribuição da linguagem musical na aprendizagem da criança na educação

infantil. Ela está presente em nossas vidas desde infância até a vida adulta. Consegue despertar nas crianças diferentes aspectos, desde alegria, de poder está se socializando com o mundo por meio da música, como o desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo.

Visto que a música transforma o momento de aprendizagem mais agradável e prazeroso para as crianças. Contribui na cognição, coordenação motora, interação, imaginação e entre outras. Quando trabalhada intencionalmente na sala de aula, traz uma grande contribuição no desenvolvimento da aprendizagem, pois potencializa esse processo.

Então, essa pesquisa, mostra também o prazer de utilizar o lúdico nesse processo de aprendizagem, o que se contrapõe aos que muitos julgam de processo cansativo e chato. A música se torna um elemento necessário, principalmente na educação infantil, pois está ligada diretamente no desenvolvimento integral do ser, ao corpo, mente e emoções. Como as atividades de músicas são coletivas, acaba que estimulando a socialização delas.

A música é mais que uma diversão ou momento lúdico, mais sim um poderoso aliado no ensino, na qual se torna imprescindível nesse processo de aprendizagem do desenvolvimento infantil. Portanto, essa pesquisa, visa contribuir de maneira significativa em futuras pesquisas científicas, de forma a agregar uma base de fundamentação conceitual em novos projetos. Além de despertar para profissionais da educação infantil e aos pais o interesse de inserir a música no cotidiano das crianças como forma de auxiliar no seu desenvolvimento motor e cognitivo.

Em síntese podemos afirmar que a música é multidisciplinar, pois pode ser usada em todas disciplinas para melhor compreensão dos assuntos. Ela desperta a imaginação da criança, contribuindo para que elas desenvolvam a interpretação, oralidade, a atenção. Por isso há a importância de inserir a música nas práticas pedagógicas, pois vemos através dos estudos e da pesquisa a sua importância na sala de aula.

Nesse entendimento a linguagem musical consubstanciada como elementos racionais e emocionais, e contribui significativamente na melhoria da prática pedagógica dos professores que atuam na educação infantil, de forma a colaborar com o trabalho pedagógico como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Yadira. Emoción, música y aprendizaje significativo. **Educere**, v. 13, n. 44, p. 67-73, jan/mar,2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 LTDA,1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BASTIAN, Hans Gunther. **Música na escola :A contribuição do ensino da música no aprendizado e no convívio social da criança**. São Paulo, Paulinas, 2009.
- BORGES, T. M. M. **A criança em idade pré-escolar: desenvolvimento e educação**. 3.ed. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro, 2003.
- BUENO, Roberto. **Pedagogia da Música-Volume 1**. Jundiaí, Keyboard, 2011.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: v. 3. Conhecimento de Mundo. MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei 9.394 de 20/12/1996. Brasília: Presidência da República, 1996.
- BRÉSCIA, Vera L. P. **Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.
- CAMPBELL, L.; CAMPBELL, B.; DICKINSON, D. **Ensino e aprendizagem por meio das inteligências múltiplas: inteligências múltiplas na sala de aula**. Tradução: Magda França Lopes. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- FACHIN, Odilia. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FERNÁNDEZ,Alicia. **A atenção aprisionada: psicopedagogia da capacidade atencional**. 1 ed. Porto Alegre:Artmed,2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018. (Coleção Leitura).
- GARCÍA,Maria. T. **La importancia de la música para el desarrollo integral en la etapa de infantil**. 74f. Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad de Cádiz,2014.
- GATTINO,Gustavo S. **Musica aplicada à avaliação da comunicação não-verbal de crianças com transtornos do espectro autista: revisão sistemática e estudo de validação**. 2012. 180f.. Tese de Doutorado, programa de pós-graduação em saúde da criança e do adolescente. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul,2012.

- GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GÓES, R. S. A música e suas possibilidades no desenvolvimento da criança e do aprimoramento do código linguístico. **Revista do Centro de Educação a Distância - CEAD/UDESC**. v.2, n. 1, 2009.
- GOMES, L. C. C. **A importância da musicalização no desenvolvimento das funções psíquicas superiores nas crianças da educação infantil**. 2013. 33f. Monografia de Especialização – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.
- LOUREIRO, Alicia M. A. **O ensino de música na escola fundamental**. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- MIRANDA, Matheus B. **A música e as emoções: os benefícios da educação musical amparados na neurociência**. 35f. Instituto Villa-Lobos, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro:UFRJ, 2013.
- NOGUEIRA, Monique A. A música e o desenvolvimento da criança. **Revista UFG**, v. 5, n. 2, dez 2003.
- OLIVEIRA, Rosimary L. G. **A inserção da música na Educação Infantil e o papel do Professor**. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA EDUCARE, 12, 2009, Curitiba, Paraná Anais[...] Curitiba, Paraná: EDUCARE, 2009. p.1-12.
- PIAGET, Jean. **As fases do desenvolvimento humano**. São Paulo: Atlas, 2002.
- PIAGET, Jean. **Biologia e conhecimento**: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ROSA, Nereide Schilaro Santa. **Educação musical para a pré-escola**. São Paulo: Ática, 1990.
- SARTORI, Alice Stephanie; FARIA Juliano Espezim Soares. Problematizando as relações entre Matemática e Música na Educação Matemática. **Revista BOEM** v. 8 n. 17 (2020): Edição Temática: Educação Matemática e Filosofia da Diferença.
- SNYDERS, Georges. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** Tradução de Maria José do Amaral Ferreira, 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- SILVA, Dorca S. V. **A música na educação infantil: refletindo concepções e práticas**. 44f. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa: UFPB, 2017.
- SILVA, Erika A.; PETRAGLIA, Marcelo. Proposta de educação musical nas escolas Waldorf como inspiração para o trabalho em outros contextos. **European Review of Artistic Studies**, v. 4, n. 3, p. 1-15, jun./set, 2013.
- SOUZA, Ingrid Miranda Moraes. **As Contribuições Da Música No Ensino Aprendizagem No Centro Infantil Irene Brelaz, Município De Jacareacanga - Pará**. 68f. Monografia (Graduação em Pedagogia), Faculdade de Itaituba-FAI. Itaituba-Pa, 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Tradução de Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

FACULDADE METROPOLITANA



A faculdade Metropolitana tem a honra de apresentar o livro :
COMPLEMENTAR VOLUME 1, o presente volume consagra o ensino da
pesquisa e extensão em nossa instituição educacional, ainda que em
pequenas parcelas de temas distribuídos nos dez capítulos, que mesmo
sendo pequenos, merecem a nossa leitura, reflexão e ação diante dos
nossos pensamentos ao se debruçarem sobre os trabalhos aqui
apresentados, pois são frutos de trabalhos de pesquisas dos nossos
discentes e docentes que ao longo das disciplinas ministradas na faculdade
metropolitana, serviu de inspiração e iluminação desse celeiro acadêmico.
Os resultados dos estudos apresentados nesse livro mostram a essência
dos nossos alunos e professores que comprometidos com o ensino da
pesquisa, realizam a extensão ao estenderem à toda comunidade em geral
esta obra "complementar", que transforma e colabora para a vida
acadêmica de todos que buscam uma boa leitura embasada em
descobertas e o fomento e incentivo a novos ensinamentos.

O que você vê e tem em mãos é um marco significativo na história da
Faculdade Metropolitana. Essa obra científica e literária só foi possível por
que Deus autor de toda sabedoria e dono de todo conhecimento permitiu
que nós na condição de seus filhos por intermédio dos nossos alunos e
professores trouxéssemos à luz do conhecimento o que nesse livro se
compartilha, a saber: Tecnologia. Inclusão. Reintegração Social.
Interdisciplinaridade. Acessibilidade. Ensino. Prática. Docência. Leitura,
Canto e Encanto.

"Então voltou os olhos para o céu e, com um profundo suspiro, disse-lhe:
"Efatá!", que significa " abre-te!" Marcos 7:34.
... Abre-te para ouvir... Abre-te para ler... Abre-te para o conhecimento...

Stefania Mayara Oliveira Silva
Diretora Geral da Faculdade Metropolitana



EDITORA ENTERPRISING

www.editoraenterprising.net
E-mail: contacto@editoraenterprising.net
Tel. : +55 61 98229-0750
CNPJ: 40.035.746/0001-55

doi 10.29327/5429192

ISBN 978-65-84546-82-0



9 786584 546820 >